



Escritas: Revista de História de Araguaína
ISSN 2238-7188

V. 11, n. 2 (2019)
Trampas do (des)envolvimento

TRAMPAS DO (DES)ENVOLVIMENTO





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: TRAMPAS DO (DES)ENVOLVIMENTO	4
Elson Santos Silva Carvalho Dernival Venâncio Ramos Junior Ana Clara Gomes Costa Ricardo Barbosa de Lima Vilma De Fátima Machado	
A NECESSIDADE E O DESAFIO DE ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: UM PREFÁCIO.....	10
María Luisa Eschenhagen	
DESENVOLVIMENTO E EXTRATIVISMO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA	15
Renato de Araújo Ribeiro	
SABERES-FAZERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DA AMÉRICA LATINA	32
Lucas Bento da Silva	
A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EM GOIÁS: ALTERNATIVA OU FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO?	42
Edson Francisco Leite Júnior	
O BEM-VIVER COMO ALTERNATIVA AOS MODELOS DESENVOLVIMENTISTAS	54
Adriano Ermerson Oliveira Vasconcelos	
UM OLHAR CRÍTICO À PARTICIPAÇÃO LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA E CONSENTIDA: O LUGAR DOS CONFLITOS E DOS CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEIS.....	69
Vilma De Fátima Machado Ricardo Barbosa De Lima Leonilson Rocha Dos Santos	



SEÇÃO LIVRE

FILMES COM TEMÁTICA HISTÓRICA PODEM SER VISTOS COMO HISTÓRIA PÚBLICA?89

Vitória Azevedo da Fonseca

SOMOS HERDEIROS DO PECADO ORIGINAL? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS PERANTE AO CORPO NA ANTIGUIDADE TARDIA.....125

Pablo Gatt

HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA DA MÚSICA DO BRASIL E A CRIAÇÃO DO SITE A MÚSICA DE: HISTÓRIA PÚBLICA DA MÚSICA DO BRASIL.....141

Daniel Lopes Saraiva



APRESENTAÇÃO: TRAMPAS DO (DE)SENVOLVIMENTO

PRESENTATION: DEVELOPMENT TRAPS

Elson Santos Silva Carvalho¹
Dernival Venâncio Ramos Junior²
Ana Clara Gomes Costa³
Ricardo Barbosa de Lima⁴
Vilma De Fátima Machado⁵

A articulação entre desenvolvimentismo e sustentabilidade foi apresentada como basilar à transformação das relações desiguais no planeta e se canonizou no documento referencial conhecido como Relatório Brundtland, de 1974. A fusão dos princípios na prática do desenvolvimento sustentável traria consigo um paradigma que orientaria políticas públicas e consensos internacionais, mediados pelo Organização das Nações Unidas (ESCHENHAGEN, 2015; MACHADO, 2013).

Reconhecera-se a necessidade em refletir acerca dos efeitos do uso inconspícuo e predatório dos recursos naturais, porém, simultaneamente, era reafirmada a premissa de que a prosperidade e a infalibilidade da ciência tornariam possíveis sustentar os desejos de consumo desta geração e garantir a das próximas. Divulgou-se, ainda, a potencialidade de um efeito derrame, em relação à acumulação material: que as benesses do progresso se espalhariam àqueles que não dispusessem das condições políticas, econômicas e culturais para alcançá-lo.

A obsessão pelo crescimento converteu-se na profissionalização, com todo o arcabouço de expertises, produzidos e legitimados pelas universidades e espaços concedidos na organização estatal e paraestatal, e na institucionalização do desenvolvimento, dos quais é relevante destacar os papéis do Banco Mundial e Interamericano de Desenvolvimento, que

¹ Doutor em Ciências do Ambiente, Universidade Federal de Goiás: profelson@ufg.br

² Doutor em História, Universidade Federal do Norte do Tocantins: dernivaljunior@gmail.com

³ Doutoranda em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro: anaclage@hotmail.com

⁴ Doutor em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Goiás: ricardo.ufg@gmail.com

⁵ Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Goiás: vilmafmachado@gmail.com



continuariam exigindo políticas econômicas austeras e comportamentos mercadológicos liberais para o empréstimo de recursos para empreendimento de estruturas que, por si, alimentariam a roda de sustentação do capitalismo (ESCOBAR, 2007). A América Latina incorporou a ânsia pelo desenvolvimentismo, a angústia em alcançar o padrão de um 1º Mundo que lhe doutrinava sobre o que aquela liberdade poderia ofertar em detrimento das involuídas e bárbaras constituições locais dos povos. Afastar-se das comunidades que seguiam por séculos, sem a necessidade de buscar uma felicidade fora de suas próprias ciências e relação com terra, era uma condição evolutiva (SILVA CARVALHO, RAMOS JÚNIOR, 2017).

A coletânea foi separada por três momentos de debate e incitações propiciadas pelo curso da professora Eschenhagen em Goiânia: o primeiro, que compõe este dossiê, com referências que permitam reconhecer as sutilezas e obviedades nos discursos e práticas desenvolvimentistas na América Latina, apresentados como respostas revolucionárias que, entretanto, não interferem nos rumos predatórios das relações ambientais. São verdadeiras armadilhas, ou TRAMPAS DO (DES)ENVOLVIMENTO, porque enlaçam e cooptam intenções justas em partições que afastam ou eufemizam os reais efeitos sistêmicos da sanha progressista.

Inspirado pela agressividade ostentada e representada pelo Touro de Wall Street, o artista visual Ciro Gonçalves criou uma interpretação poética para algo linear entre todas as armadilhas de projetos desenvolvimentos. Viu nas “trampas do (des)envolvimento” a força da mão invisível, sempre vendida como prioritária e medidor da prosperidade humana. Uma imagem emblemática aos cuidados necessários para perceber quando o símbolo da virilidade ensandecida traveste-se de docilidades compreensivas.

De forma incisiva e pragmática, María Luisa Eschenhagen inaugura o debate que se estende ao dilema de como agir efetivamente para enfrentar a sofisticação e silenciamento provocado pela hegemonia desenvolvimentista. O prólogo, intitulado “A necessidade e o desafio de alternativas ao desenvolvimento”, traz uma provocação que também é reconhecimento de que existem fissuras que podem se converter em linhas de ação realistas. Para a professora colombiana, devemos reconhecer a integração entre nossa espécie e as



outras configurações da vida em nosso planeta: um aprendizado possível com as formas sábias e longevas de viver que assumem esse axioma.

Para apresentar as armadilhas dos discursos inquestionáveis, e com a urgência dos impactos históricos e infelizmente emergentes com as tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2018) em Minas Gerais, Renato de Araújo Ribeiro desnuda o neoextrativismo, a roupa nova da exploração ambiental predatória, vendida como inevitável ao progresso, sob o altíssimo custo de vidas. Na revisão, a lógica instrumental e utilitária é disposta ao lado dos velhos fazeres do Poder na América do Sul e sua perpetuação.

A apresentação de uma alternativa produtiva re-existente e dinâmica ao dogmatismo do Progressismo é o foco de Lucas Bento da Silva. O texto disserta como as comunidades negras tradicionais descendentes de escravizados mantiveram seus laços históricos, ancestrais e de parentesco como projeto intencional, notadamente pela agricultura quilombola como alternativa ao desenvolvimento e modernização do campo. O autor adentra o holograma das formas de trabalho com as terras e nos saberes e fazeres no plantio do Quilombo Cafundó e do Ivaporunduva, no Estado de São Paulo.

O texto de Edson Francisco Leite Júnior discute o conceito de economia solidária e de que forma o Estado tem se apropriado dele, a partir de discursos e políticas públicas do Governo de Goiás. O jogo entre a solidariedade singeriana e competitividade na sociedade, logo, do debate sobre as formas de emancipação do ser humano na busca por subsistência e atendimento de suas necessidades básicas, estão no bojo de seus argumentos. A resistência à trampa está baseada na resistência dos trabalhadores por meio da cooperação. No entanto, no Programa Estadual de Economia Solidária, lançado pela Secretaria Cidadã em junho de 2017, o conceito é apresentado como alternativa inovadora de fomento ao desenvolvimento regional.

Adriano Ermerson Oliveira Vasconcelos analisa a alternativa ideológica (e/ou cosmológica) ao imposto desenvolvimentista e suas digressões políticas nas recentes experiências constitucionais equatoriana e boliviana: o buen vivir. Assumido como transição paradigmática do antropocentrismo para o biocentrismo pelo reconhecimento da natureza (pachamama) como sujeito de direitos e do estabelecimento de uma relação harmoniosa com



a natureza e todos os seus seres, humanos ou não (sumak kawsay/suma qamaña), discute a viabilidade, exequibilidade e, claro, as trampas, nos meandros dessa aproximação.

A pragmática e sustentada análise de Vilma de Fátima Machado, Ricardo Barbosa de Lima e Leonilson Rocha dos Santos trata de constatações e das precauções que o sistema legal e seus operadores incorporam em suas mediações aos limites e direcionamentos à participação informada e consentida em projetos (in)sustentáveis. Apresentada de forma muito bem articulada, os autores criticam os consensos que legitimam devastações, demonstrando o modus operandi do tensionamento das conquistas aos direitos das populações atingidas para favorecer a pressa das máquinas e seus donos.

Com a contribuição de olhares diversos, plurais e complementares, nossa coletânea é um convite ao se envolver com narrativas, povos, realidades, contextos e fluxos de resistências, em uma perspectiva de re-existir ao desenvolvimento. De forma a firmar processos de enfrentamento à colonialidade e ao colonial como eixo de partida das relações sociais e ambientais, aqui, buscamos alternativas ao desenvolvimento. Mais do que isso, buscamos o des-envolvimento pelas vias do se envolver.

Completam esse número, na Seção Livre, artigos que trafegam entre os dilemas epistemológicos e gnosiológicos da História, as sutis encruzilhadas entre o reconhecimento da produção cultural como Memória. Embora não tenham sido concebidos especificamente para a chamada do dossiê, tem afinidades com o debate, afinal, o reconhecimento das versões da História e potencialização das estruturas de preservação temporal estão intrinsecamente relacionadas nas resistências à incorporação (extrativismo ontológico) de complexidades culturais para servir um formato de controle ao Poder.

Dois artigos tratam de um tensionamento interessante sobre as demarcações da História Pública. Em “Filmes com temática histórica podem ser vistos como História Pública”, Vitória Azevedo da Fonseca aproxima-se do processo criativo do filme histórico quando roteirizado à revelia do cânone científico e os potenciais ganhos em parcerias que integrem as perspectivas.

Em outro movimento, Daniel Lopes Saraiva apresenta considerações sobre as ferramentas, métodos e epistemes que possibilitam a migração da História Pública para plataformas mnemônicas estáveis e revisitáveis, especificamente na experiência de



documentação do projeto ‘A música de: História Pública da música do Brasil’. É o escopo presente em “História Pública e História da música do Brasil e a criação do site ‘a música de: História Pública da Música do Brasil’”.

Numa reflexão filosófica amparada nos discursos do cristianismo em seus primeiros séculos, Pablo Gatt avalia o Pecado Original como mote para uma análise do imaginário sobre o corpo. É o tema em “Somos herdeiros do Pecado Original? Algumas considerações acerca dos discursos religiosos perante ao corpo na Antiguidade Tardia.

Esperamos que a diversidade de olhares propicie ao leitor a complexidade dos enfrentamentos e desafios necessários ao registro da memória coletiva e da construção das identidades. Seja pelas continuidades na Longa Duração, seja pela efemeridade e intencionalidade dos depósitos, as lições da História seguem tão longevas e dinâmicas que, ousamos afirmar, é o antídoto às armadilhas de versões únicas, seus interesses e efeitos.

REFERÊNCIAS

BENITES, Luiz Felipe Rocha. **Cultura e Reversibilidade**: breve reflexão sobre a abordagem “inventiva” de Roy Wagner. Campos, v. 8, n. 2, p. 117–130, 2007.

ESCHENHAGEN, Maria Luisa. El fracaso del desarrollo sostenible: la necesidad de buscar alternativas al desarrollo, algunas entradas. In: SERNA, Aura Gonzáles et al. (Org.). . **Espaço, políticas públicas e Territ. reflexões a partir da América do Sul**. Recife: UFPE, 2015. p. 72–102.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: elperroy larama, 2007.

MACHADO, Vilma de Fátima. Desenvolvimento Sustentável: outra Babel? **Revista da Facul. Direito UFG**, v. 37, n. 2, p. 106–141, 2013.

SILVA CARVALHO, Elson Santos; RAMOS JÚNIOR, Dornival Venâncio. Do desenvolvimento sustentável ao envolvimento integrado. Ecopedagogias como opções decoloniais. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 73, p. 35–60, 2017.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Sao Paulo: CosacNaif, 2010.



WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial**: entretejiendo caminos. Ciudad del Mexico: En cortito que's pa' largo en esta, 2014. v. 1.



A NECESSIDADE E O DESAFIO DE ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO: UM PREFÁCIO

THE NEED AND ALTERNATIVES TO DEVELOPMENT: A PREFACE

María Luisa Eschenhagen⁶

Em um contexto político e econômico que continua insistindo em modelos clássicos de desenvolvimento cada vez mais neoliberais, apesar das intermináveis advertências e evidências das mais diversas instâncias (governamentais, econômicas, sociais, acadêmicas etc.), que demonstram que esses modelos se tornam prejudiciais à integridade socioambiental, é fundamental chamar a atenção e fazer esforços para pensar e possibilitar alternativas ao desenvolvimento. Porque o modelo hegemônico põe em perigo a capacidade de reproduzir a vida em longo prazo, isto é, ele está destruindo e matando a própria vida, como a conhecemos.

No entanto, não será possível ignorar a aparente força e sucesso - tanto político quanto econômico - que o desenvolvimento teve até agora. Aparente, porque ele só conseguiu isso à custa da vida. Até certo ponto, o próprio sistema hegemônico reconheceu este problema e começou a incorporar em seu discurso o desenvolvimento sustentável, que provou ser, por um lado, altamente instrumental e preocupado com o gerenciamento de problemas ambientais, e, por outro lado, muito eficaz para realizar a Lavagem Verde ou *Greenwashing* (ESCHENHAGEN, 2010). Ou seja, mais de 30 anos após sua aparição com o Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” sobre desenvolvimento sustentável, não há melhorias substanciais (ESCHENHAGEN, 2015). Portanto, é necessário recuperar a preocupação em identificar claramente as causas e raízes históricas, sociais e filosóficas (como, por exemplo,

⁶ María Luisa Eschenhagen atualmente trabalha na Escuela de Ciencias Sociales da Universidad Pontificia Bolivariana, Colômbia. Tem trabalhado no pensamento ambiental e epistemologias do Sul, analisando e buscando alternativas ao Desenvolvimento, bem como na Fundamentação Teórica da Educação Ambiental nas Universidades: mariesche22@gmail.com



epistemologias ou a filosofia da natureza no Ocidente), culturais etc., da ideia e da trajetória do desenvolvimento.

É possível identificar dois referenciais teóricos que podem ajudar a realizar este exercício de reconhecimento e compreensão das raízes e causas do problema do desenvolvimento. Por um lado, os efeitos que permitem reconhecer a modernidade/colonialidade, como por exemplo, a colonialidade do saber, dão uma primazia e dinâmica *sui generis* ao discurso do desenvolvimento, como aponta Arturo Escobar, desde meados da década 90. Por outro lado, os impactos ambientais causados pelo desenvolvimento geraram um pensamento ambiental rico e diversificado na América Latina (LEFF, 2009).

Assim, a compreensão de um contexto amplo de desenvolvimento, além de uma perspectiva sobre modernidade/colonialidade e pensamento ambiental, como um todo, oferece a oportunidade de ter critérios mais claros para reconhecer alternativas *de* desenvolvimento, o que seria "mais do mesmo, mas diferente", ou alternativas *ao* desenvolvimento, que, efetivamente, terão que ir além do próprio desenvolvimento, abandoná-lo, deixá-lo para trás.

No entanto, a realização deste exercício não é nada fácil, porque todo o sistema educacional, até nos mais altos níveis, é sistematicamente direcionado para a profissionalização e implementação do desenvolvimento, de uma forma ou de outra. É o perigo de contar uma história única, como bem ilustra Adichie (2009). Por isso é tão importante contar muitas outras histórias agora. Reitero, sair dos quadros habituais do pensamento, raciocínio e até sentimento não é fácil ou óbvio, devido à naturalização de normas, valores e costumes na vida cotidiana. Portanto, este exercício requer um esforço consciente e dedicado. Porque as "armadilhas" são muitas, que acreditam ir mais longe e, sem perceber, são reiteraões de nós e laços profundos, ainda invisíveis. Daí a necessidade de ter um panorama de critérios claros para diferenciar entre alternativas *de* e *ao* desenvolvimento.

Agora, uma maneira possível de procurar alternativas *ao* desenvolvimento é aceitar o convite de maneira consistente, fazendo com que a modernidade/colonialidade estabeleça diálogos horizontais com outras epistemologias em torno de certas preocupações



específicas. E, definitivamente, um aspecto indiscutível que as alternativas ao desenvolvimento terão que considerar será a questão ambiental.

Esta questão é marcada e intimamente relacionada à compreensão da relação ser-humano-natureza. Portanto, será importante dialogar com outras epistemologias e saberes sobre quais são suas concepções a respeito dessa relação, já que, no mundo moderno, ocidental, judaico-cristão, ela é caracterizada por uma profunda divisão. Uma concepção que coisifica e objetifica a natureza, para ser medida, planejada e explorada, como uma coisa inerte e substituível. Mas a vida não é substituível, muito menos planejada.

Por isso, não é e nem será suficiente tentar encontrar supostas soluções instrumentistas ou normativistas, que é o que está sendo proposto desde a Rio 92 (ou há 45 anos, se tomado a reunião de Estocolmo, em 1972, como o início da inserção do problema ambiental na agenda internacional). Contudo, 25/45 anos depois e não há melhorias substanciais. Isso se deve, entre outras razões, ao fato de que as teorias que sustentam esses instrumentos e normas, em seus fundamentos epistemológicos, não pensam ou consideram a vida (ESCHENHAGEN, 2015a). Elas são feitas para pensar em objetos, não em vida⁷.

Então, se no fundo se encontra o vínculo ser-humano-natureza, a proposta seria ouvir, aprender e dialogar de e com outras cosmovisões que têm demonstrado sobreviver por séculos, senão milênios, de maneira mais respeitosa com o meio ambiente. Para dar dois exemplos, o *sumak kawsay/suma qamaña* do Quechua/Aymara e o budismo. Ambas as visões são claras de que somos parte de um todo e não há divisão ou diferença entre os seres humanos e seu ambiente. Tanto que o próprio conceito de natureza acaba por ser inexistente e, em vez disso, o que está no centro da preocupação é a própria vida.

⁷ Aqui é necessário diferenciar e apontar o seguinte: é claro não ser possível ignorar os enormes avanços que foram feitos na consolidação de campos de conhecimento como ecologia política, economia ecológica, história ambiental, pensamento ambiental ou sociologia ambiental – ainda que seja necessário salientar que eles, respectivamente, são relativamente marginais e desconhecidos dentro de suas respectivas disciplinas. Para confirmar e sustentar esse fato, basta rever os planos curriculares e seus conteúdos das respectivas carreiras, em praticamente qualquer universidade. É necessário evidenciar também, que, em geral, as ciências sociais, em suas raízes epistemológicas, continuam sem pensar na vida. Isto foi demonstrado de forma conclusiva por Enrique Leff (2014) em seu último livro, intitulado "A aposta pela vida", no que diz respeito à sociologia.



Este trabalho requer, portanto, uma revisão prévia do que seria a filosofia da natureza no Ocidente, para, então, encontrar os pontos de encontro ou divergência. Isso permitiria reflexões, discussões, comentários, debates emergentes a partir dos pontos de encontro e desacordo, por exemplo, em torno de conceitos como dualismo, o terceiro incluído, a complementaridade, realidade, ser, reciprocidade. É necessário um diálogo por meio de uma hermenêutica diatópica e equivalentes homeomórficos, como planejam Raimon Panikkar e Boaventura de Sousa Santos. Em outras palavras, são as discussões filosóficas que fornecem a base para as respectivas teorias.

Reflexões e discussões filosóficas que são necessárias, mas que foram perdidas, marginalizadas ou invisibilizada⁸, já que é possível imaginar, por exemplo, o estabelecimento do Estado-Nação democrático sem as bases filosóficas que se realizaram em volta de conceitos como liberdade, sujeito, razão, direito, contrato social etc.? Ou seria possível imaginar políticas de desenvolvimento sem as teorias econômicas de personagens como Walt Whitman Rostow, Milton Friedman ou instituições como a CEPAL?

Portanto, o desafio é reconhecer as bases que tornam difícil ou impossibilitam compreender a complexidade ambiental, entender como a divisão ser-humano-natureza se expressa na filosofia e nas ciências sociais modernas, e, em seguida, colocá-las em diálogo com outras epistemologias e ontologias, verificando as alterações necessárias. Dessa forma, é necessário colocar novamente a ênfase na vida.

Referências

ADICHIE, C. **El peligro de la historia única**. TED, 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=es>.

ESCHENHAGEN, M. L. Los límites de la retórica verde o ¿Por qué después de más de 30 años de esfuerzos no se observan mejoras ambientales sustanciales? **Revista Gestión Y Ambiente**, 13, p. 111–118, 2010.

_____. Desafíos para pensar desde la vida en las ciencias sociales. **Polis Revista Latinoamericana**, 41, 2015a. Disponível em: <<http://polis.revues.org/10909>>

⁸ Nesse ponto, entraria uma reflexão completa sobre políticas estatais para reduzir ou eliminar a filosofia e as ciências sociais dos planos curriculares nas escolas, em um grande número de países.



_____. El fracaso del desarrollo sostenible: la necesidad de buscar alternativas al desarrollo, algunas entradas. In GONZÁLEZ SERNA, A.; AGUIAR GOMES, E. T. (Eds.). **Espacio, políticas públicas e território**: Reflexões a partir da América do Sul. Recife: UPFE, 2015b. p. 72–102).

LEFF, E. **Pensamiento Ambiental Latinoamericano**: Patrimonio de un Saber para la Sustentabilidad. 2009. Disponível em: <http://www.cep.unt.edu/papers/leff-span.pdf>.

_____. La apuesta por la vida, imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur. México: Siglo XXI, 2014.



DESENVOLVIMENTO E EXTRATIVISMO: DUAS FACES DA MESMA MOEDA

DEVELOPMENT AND EXTRACTIVISM: TWO SIDES, SAME COIN

Renato de Araújo Ribeiro⁹

ABSTRACT

This article aims to denaturalize the current conception about development and extractive economic policy present in South America. Therefore, starting from a bibliographic review on the subject, it will be addressed in what context arises, how it develops and what are the main consequences of the classic discourse on development. From there, it will be explained how the new South American extractivism – or neoextractivism – is, in fact, a regional version of the classical developmental discourse, in that it incorporates to its bases the same instrumental rationality and utilitarian of this. In conclusion, taking as a backdrop the socio-environmental conflicts triggered by the progress preached by the new extractivism, the importance of the debate on alternatives to development will be raised.

RESUMO

Objetiva desnaturalizar a concepção corrente sobre desenvolvimento e a política econômica extrativista presente na América do Sul. Partindo de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, aborda em que contexto surge, como se desenvolve e quais são as principais consequências do discurso clássico sobre desenvolvimento. A partir daí, será explicitado de que maneira o novo extrativismo sul-americano – ou neoextrativismo – é, na verdade, uma versão regional do discurso desenvolvimentista clássico, na medida em que incorpora às suas bases a mesma racionalidade instrumental e utilitarista. Em conclusão, tomando como pano de fundo os conflitos socioambientais desencadeados pelo progresso pregado pelo novo extrativismo, levante-se a importância do debate sobre alternativas ao desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, novo extrativismo, crescimento econômico, conflitos socioambientais.

KEYWORDS

Development, new extractivism, economic growth, socio-environmental conflicts.

Introdução

É comum que se ouça falar em desenvolvimento quando o assunto em pauta é crescimento econômico, distribuição de renda, erradicação da pobreza, industrialização, exportação etc. O desenvolvimento é pauta comum e natural para os residentes em países ditos subdesenvolvidos, sempre pensado como único caminho pelo qual será possível

⁹ Mestre em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás: ribeiroadvgo@gmail.com



alcançar o mesmo estilo de vida e padrão de consumo mantido em países desenvolvidos, sem que se perceba o conteúdo ideológico por de trás dessa inofensiva palavra.

O presente artigo pretende, portanto, lançar luz sobre tal questão, demonstrando que o desenvolvimento é um discurso elaborado em um cenário pós Segunda Guerra por países altamente industrializados, capitaneados pelos Estados Unidos, por meio do qual, com objetivo de abrir novos mercados de consumo e formar novos fornecedores de matéria-prima, se vendeu ou impôs aos países menos industrializados, cuja história revela, na maioria dos casos, um passado de exploração colonial, uma visão eurocêntrica de progresso.

Traçado esse quadro, voltando o olhar para América do Sul, será demonstrado que o novo extrativismo (neoextrativismo) – cujos primeiros sinais começam a aparecer em período no qual prepondera uma ampla desconfiança em relação ao desenvolvimento sustentável –, é uma versão regional de política de crescimento econômico que incorpora todos os elementos do discurso desenvolvimentista clássico.

Por fim, abordaremos as principais consequências sociais e ambientais decorrentes desse modelo de desenvolvimento baseado na exportação de recursos naturais ao mercado internacional de matéria-prima, argumentando que, apesar do avanço do combate à pobreza e da melhor distribuição de renda alcançada a partir de tal modelo, os conflitos socioambientais e a degradação intensiva da natureza revelam ser necessário e urgente o debate sobre uma alternativa ao desenvolvimento.

Do discurso desenvolvimentista clássico ao novo extrativismo

O discurso do desenvolvimento há muito se faz presente nos países latino-americanos, onde, durante longo período, atuou naturalmente na legitimação de políticas e programas que, por meio do crescimento econômico, prometiam reduzir as taxas de desemprego, a pobreza e, assim, conduzir a uma melhor distribuição de renda e taxa de industrialização semelhante aos países tidos como desenvolvidos. Incorporando todos esses fatores, o uso da ideia de desenvolvimento se constituiu em recurso comum utilizado pelas empresas transnacionais como motivo poderoso diante qual as comunidades locais deveriam suportar os impactos negativos das atividades industriais e empresariais sobre o meio ambiente e sobre o modo peculiar de vida que até então levavam.



Ainda é comum que o discurso do desenvolvimento seja utilizado em um sentido positivo e de forma acrítica, na medida em que, em seu sentido geral, descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um organismo ou objeto para que esse alcance seu fim natural, sua completude ou amadurecimento (ESTEVA, 2000, p. 62). O emprego do termo na esfera do senso comum passa ao largo de qualquer questionamento quanto ao conteúdo ideológico que se esconde por trás de sua feição aparentemente natural e inofensiva.

Quem primeiro lançou mão do termo *desenvolvimento* foi a Biologia para explicar o crescimento das plantas e animais, a sua evolução, isto é, o processo através do qual os organismos atingiam seu potencial genético. Entre 1759 e 1859, com Wolff e Darwin, desenvolvimento adquire o sentido de transformação dos organismos para uma forma sempre mais perfeita de si mesmos. Até então adstrito ao campo da Biologia, o termo migra para a esfera social no decorrer dos últimos 25 anos do século XVIII, quando passa a ser utilizado por Jusus Moser para apontar um processo gradual de mudança social; e por Herder quando aponta que o desenvolvimento histórico é continuação do desenvolvimento natural. No século XIX, o termo passa ocupar posição central na obra de Marx, para quem o processo histórico se desdobra com o mesmo caráter necessário das leis naturais (ESTEVA, 2000).

No transcurso do século XIX, o termo desenvolvimento passa a ser utilizado em multivariados sentidos, inclusive para justificar o novo colonialismo. No início do século XX, com a invenção da máquina de terraplanagem e a criação de espaços urbanos com instalações cada vez mais especializadas, o termo passa a ser utilizado para identificar um processo específico de reformulação de áreas urbanas periféricas, identificando-o com desenvolvimento urbano. Em 1939, após a transformação da lei britânica sobre desenvolvimento das colônias em “Lei de Desenvolvimento e Bem-Estar”, passa-se a sustentar uma relação entre desenvolvimento econômico e bem-estar, na medida em que o colonizador deveria assegurar aos conquistados um patamar mínimo de nutrição, saúde e educação. O fato é que, quando as colônias adquiriram níveis de civilização compatível com o fornecimento adequado de mão-de-obra, isto é, com o necessário à produção (ESTEVA, 2000), a dupla função incorporada ao discurso colonialista se reduziu única e exclusivamente à exploração.



Apesar de não se fazer aqui referência aos inúmeros significados incorporados à palavra desenvolvimento, assim como às múltiplas hipóteses em que é empregada, é possível verificar, na sua utilização, alguns sentidos dos quais não se desvincilhou desde os idos do século XVIII. Conforme aponta Gustavo Esteva (2000, p. 64), o termo desenvolvimento, no século XX, permanece vinculado às ideias de crescimento, maturação, evolução, mudança positiva, passagem do simples para o mais complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor (ESTEVA, 2000, p. 64).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a política internacional do “Trato Justo”, anunciado em 20 de janeiro de 1940 por Harry Truman em sua posse como presidente dos Estados Unidos, o mundo é dividido em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, compreendidos nessa última categoria os países da América Latina, da África e da Ásia. Segundo a doutrina Truman, conforme explica Arturo Escobar (2007), caberia aos países desenvolvidos a criação de todas as condições necessárias para que os demais subdesenvolvidos alcançassem os mesmos níveis de industrialização, urbanização, modernização da agricultura, de crescimento da produção material e dos níveis de vida, assim como para que incorporassem os valores sociais modernos de vida e educação dos países ditos desenvolvidos.

De uma maneira instigante Gustavo Esteva salienta que:

O subdesenvolvimento começou, assim, a 20 de janeiro de 1949. Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda a sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada. (ESTEVA, 2000, p. 60)

O desenvolvimento é retomado, então, como meio através do qual os países subdesenvolvidos poderiam, algum dia, desfrutar do mesmo modo de vida e conforto material dos países ricos, ou seja, passa a significar o meio através do qual os padrões de consumo de uma minoria da humanidade poderiam ser apropriados pelas grandes populações dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974). Dessa forma, a ideia de desenvolvimento alinha-se ao tema do crescimento econômico e do bem-estar humano, estabelecendo a crença



de que as desigualdades sociais e a pobreza seriam problemas cuja solução não poderia ser encontrada fora das ciências econômicas (GUDYNAS, 2011, p. 22-23).

Promove-se, então, um entrelaçamento íntimo entre as ideias de desenvolvimento e crescimento econômico. Inicialmente o crescimento econômico é apontado como ponto chave para erradicar a pobreza, o desemprego e as demais mazelas dos países subdesenvolvidos, contudo, em curto espaço de tempo, ele é convertido em um fim em si mesmo. A partir daí a racionalidade instrumental moderna passou a ocupar o papel central na formulação das políticas econômicas dos países subdesenvolvidos, donde surge, como prioridade absoluta a ser alcançada, o incremento do Produto Interno Bruto – PIB.

A centralidade do crescimento econômico no discurso do desenvolvimento, em grande medida, se deve à teoria do derrame (*trickle-down*), segundo a qual os desfavorecidos, cedo ou tarde, seriam beneficiados pelo aumento da produção, da geração de emprego, do aumento dos bens e serviços. A riqueza produzida, concentrada inicialmente nas mãos de poucos, acabaria por derramar-se sobre todos os demais, através da demanda de serviços e investimentos (MANSULLO, 2010, p. 04).

Na prática, a busca pelo crescimento econômico se deu mediante adoção de uma racionalidade instrumental eurocêntrica, orientada pela emancipação do homem em relação à natureza, pelo domínio da natureza através da formulação de leis universais e pelo desenvolvimento e emprego da técnica. Pontua Guido Galafassi (2004) que, segundo essa lógica, a natureza deixa de ser algo diferente, temido e reverenciado para constituir o meio através do qual o homem logrará alcançar os benefícios do desenvolvimento e do crescimento econômico, constituindo a racionalidade o meio de conhecer para dominar.

Nesse sentido, conclui Guido Galafassi que:

De esta manera, a partir del concepto de razón instrumental se puede interpretar tanto el proceso moderno del desarrollo en el sentido de explotación de la naturaleza y alienación de los hombres, como el proceso de “positivización” de la ciencia en el sentido de aquella que entiende como conocimiento válido solo aquel que deviene del modelo restringido de las ciencias físicas y que compartimentaliza tanto la realidad como el modo de conocerla. Entre este modelo de conocimiento y la concepción del desarrollo, y la relación naturaleza-cultura, existe una unidad lógica indiscutible, sustentada en la idea de progreso material e instrumental hacia el infinito (GALAFASSI, 2004, p. 105).



Esse entrelaçamento entre crescimento econômico e racionalidade moderna levou a uma ideia inicial de que não haveria limites ao desenvolvimento, pois toda e qualquer escassez de recursos naturais, assim como os impactos negativos do crescimento, poderiam ser compensados pelo desenvolvimento da tecnologia e de formas mais eficientes de produção, o que acabou por desencadear sérios problemas ambientais. Contudo, tal concepção de desenvolvimento não tardou a ser colocada em cheque diante de vários problemas ambientais, econômicos e sociais, tais como: a redução da capa de ozônio, as mudanças climáticas, a escassez da água potável, crises geradas pela grande concentração das populações nas cidades, aumento da pobreza, da mortalidade infantil, a dependência tecnológica, refugiados ambientais etc. (GARCIA, 2016).

Diante desse panorama, após duas décadas de intensa industrialização e exploração de recursos naturais, a visão de desenvolvimento perpétuo foi questionada pelo informe “Os Limites do Crescimento”, encomendado pelo Clube de Roma a um grupo do MIT e publicado em 01 de março de 1972. O referido informe apontou que, se mantidas as mesmas taxas de crescimento verificadas desde 1900, a humanidade poderia superar os limites planetários em algum momento entre os anos 2000 a 2100. Isso significa dizer que o desenvolvimento nos moldes da racionalidade instrumental, da intensa industrialização, da exploração sem limites da natureza, do crescimento econômico é uma catástrofe anunciada.

Poucos meses após a publicação do mencionado informe, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo entre 05 e 16 de junho de 1972, tentou estabelecer, em seu documento final, sem abandonar a racionalidade econômica predominante no discurso desenvolvimentista, uma conciliação entre desenvolvimento e meio ambiente, ao erigir, como princípio internacional, a preservação dos ecossistemas naturais em benefício das gerações presentes e futuras; a necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação da natureza; a utilização dos recursos naturais não-renováveis, de modo que se evite o seu futuro esgotamento.

Salienta Wolfgang Sachs (2000) que a Declaração de Estocolmo foi um prelúdio de uma série de grandes encontros promovidos pela ONU durante a década de 70 (sobre população, alimentos, assentamentos humanos, água, desertificação, ciência e tecnologia, energia renovável), com a proposta de modificar a percepção do espaço global,



transformando sua percepção de espaço aberto no qual cada nação poderia se empenhar livremente na busca do crescimento econômico, diga-se, do desenvolvimento, para uma perspectiva sistêmica inter-relacionada, onde os efeitos da degradação ambiental afetariam a todos.

No transcurso das décadas de 1970 e 1980 nota-se que o discurso do desenvolvimento não logrou alcançar os objetivos que haviam sido propostos quando do seu lançamento, isto é, os países subdesenvolvidos não conseguiram erradicar a pobreza, não houve melhora na distribuição de renda proporcional ao aumento do PIB e, dentre outros fatores negativos, tais países não lograram alcançar o mesmo nível de industrialização e conforto material que os países desenvolvidos. Por outro lado – assim como alertaram Sachs, Latouche e Rist –, restou patente a inviabilidade ambiental de todos os países gozarem do mesmo índice de “desenvolvimento” e de crescimento econômico, ou de ostentarem todos os mesmos níveis de consumo (MANSULLO, 2010).

Quando o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e na produção de bens de consumo deu sinais de extenuação nos anos finais da década de 1980, o discurso desenvolvimentista apropriou-se da preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e com a poluição mundial para proclamar a dependência da humanidade em relação ao meio ambiente, constituindo, assim, as bases para a sua nova roupagem: o desenvolvimento sustentável. Diante desse cenário, em 1987, o Relatório Brundtland apresenta o desenvolvimento sustentável como uma alternativa de desenvolvimento cuja formulação teórica buscou conciliar as tensões entre os problemas ambientais e o crescimento econômico (ESCHENHAGEN, 2015).

Conforme afirma Eduardo Gudynas (2011, p. 30):

De esta manera, la vieja oposición entre crecimiento y conservación, ecología y economía, desaparece. Se vuelve a sostener que el desarrollo implica crecimiento económico, y para lograr eso, la conservación de los recursos naturales pasa a ser una condición necesaria. Lo que antes estaban opuestos ahora pasan a estar mutuamente condicionados.

A inserção do meio ambiente no cálculo econômico, é dizer, a tentativa de conciliação entre o modelo neoliberal de crescimento econômico, foi instrumentalizada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD),



realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida como ECO 92, que, por meio da Agenda 21 Global, estabeleceu uma série de diretrizes de políticas internacionais e domésticas baseadas em métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Destarte, realizou-se todo um esforço para a implantação de um modelo de desenvolvimento que apresentasse como fim último a promoção de uma melhor qualidade de vida para as populações em geral, segundo padrões de crescimento que resultassem no menor impacto ambiental possível (GARCIA, 2016). Contudo, segundo Eschenhagen (2015), o agravamento das crises ambientais implicou no fracasso dessa estratégia.

É no contexto mundial de fracasso do modelo sustentável e do aumento substancial da demanda por metais que surgirá, na América Latina, um movimento de retorno às políticas neoliberais clássicas de crescimento econômico, retorno promovido em alinhamento a uma postura mais presente do Estado, seja através da regulamentação, fiscalização ou aumento de impostos sobre as atividades econômicas, e a uma política de fortalecimento das empresas estatais extrativas (GUDYNAS, 2011).

É promovido, portanto, um retorno àquela concepção já ultrapassada segundo a qual desenvolvimento era tido como sinônimo de crescimento econômico, de modo que, passa-se a priorizar políticas que buscam o aumentar as exportações e os investimentos estrangeiros. Esse regresso ao mito do crescimento econômico resultou em uma tendência regional de apoio irrestrito às empresas mineradoras transnacionais, medida com a qual os governos pretendiam aumentar as exportações (GUDYNAS, 2011, p. 35).

É exatamente nesse contexto, de retorno às mesmas bases epistemológicas que outrora levaram o discurso do desenvolvimento como crescimento econômico ao fracasso, que surgiu, na América Sul, o chamado novo extrativismo progressista, consubstanciado em um novo tipo de concepção de desenvolvimento que procura legitimar grandes projetos de extração de minério e petróleo como medida necessária ao financiamento de políticas de distribuição de renda (GUDYNAS, 2011), passando ao largo de considerar seriamente os seus impactos sobre a natureza.

Características e consequências do novo extrativismo na América do Sul



Apesar do extrativismo ser um elemento importante em toda a história da América Latina, isso desde a colonização espanhola e portuguesa, é notável no curso da década de 1990 o incremento substancial de investimentos nesse setor por parte de empresas transnacionais, na medida em que, enquanto no mesmo período os investimentos nesse setor aumentam a taxa de 90% no mundo, na América Latina esse percentual atinge 400% (BEBBINGTON, 2007, *apud* SCOTTO, 2011). Segundo dados do *International Development Research Center* – IDRC e o *The Mining Policy Research Initiative* – MPRI, os investimentos na extração mineral na América Latina saltaram de U\$ 150 milhões, em 1990, para U\$ 900 milhões, em 1996, transformando essa região na maior destinatária mundial de investimentos para exploração de matéria prima (SCOTTO, 2011).

Durante os governos de esquerda, que chegaram ao poder na América Latina a partir de 1999 – Hugo Chávez na Venezuela, Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vázquez no Uruguai –, segundo dados da CEPAL, os produtos primários oriundos da indústria extrativista superaram 90% do total de exportações realizadas pela Venezuela, Equador e Bolívia; mais de 80% no Chile e no Peru; e 60% no Brasil, passando do montante de U\$ 6 bilhões em 2003 para U\$ 24 bilhões em 2009 (GUDYNAS, 2011, p. 77-78).

Os índices mencionados são resultado de um contexto que Eduardo Gudynas designou como novo extrativismo progressista. O novo modelo de exploração de recursos naturais primários se diferencia do extrativismo praticado entre os anos de 1980 a 1990 em razão do maior protagonismo do Estado; do maior controle sobre o acesso aos recursos naturais que passam a ser considerados propriedade exclusiva do Estado, a quem cabe ceder ou autorizar sua exploração; aumento da participação do Estado nos *royalties* e compensações financeiras pela exploração particular; pela exploração direta dos recursos naturais por meio de empresas estatais (PDVSA da Venezuela) ou privadas com capital majoritariamente público (Petrobrás no Brasil); pela busca da segurança jurídica através de marcos regulatórios para as atividades extrativas, a fim de tornar o terreno favorável aos investimentos estrangeiros; e, por fim, pelo considerável investimento estrangeiro materializado na grande entrada de empresas transnacionais.



Apesar de o novo extrativismo ser caracterizado por uma maior presença do Estado, seja através das empresas estatais ou de capital majoritariamente público, ou através do maior controle regulatória das atividades extrativas, é imperioso notar que a exploração dos recursos naturais se dá, inclusive por parte das empresas estatais, segundo a mesma lógica de mercado neoliberal que marcou o extrativismo entre as décadas de 1980 e 1990, ou seja, manteve-se a lógica pela busca do aumento da competitividade, da rentabilidade e, conseqüentemente, manteve-se a prática de externalizar os impactos ambientais e os custos sociais dos grandes empreendimentos mineradores.

Ademais, o novo extrativismo está baseado em um arranjo produtivo pouco diversificado e altamente dependente de investimentos estrangeiros e da inserção dos países latino-americanos no mercado internacional como fornecedores de matéria prima (GUDYNAS, 2009). Essa conjuntura acaba por influenciar na busca cada vez mais agressiva por eficiência produtiva, que começa pela redução de custos, passa pelo aumento da exploração e termina na externalização dos impactos socioambientais dos megaempreendimentos.

Outra característica relevante do novo extrativismo diz respeito à vinculação direta entre os *royalties* pagos pelos megaempreendimentos e o financiamento de programas sociais, de modo que a exploração extrativa alcançou grande legitimação social. Dentre as dez teses elaboradas por Eduardo Gudynas (2009,) sobre o novo extrativismo, a oitava propõe que o Estado alcançou alto índice de legitimação e pacificação social ao utilizar os recursos provenientes da exploração extrativa no financiamento de programas sociais

Nesse sentido, Eduardo Gudynas observa:

[...] una relación peculiar, donde el Estado busca captar excedentes provenientes del extractivismo, y al usar parte de estos en esos programas sociales, logra que esa legitimidad social también puede ser usada para defender actividades extractivas. [...] Pero esas acciones sociales a su vez necesitan un creciente financiamiento, y por lo tanto esos mismos gobiernos se vuelven dependientes del extractivismo para captar recursos financieros. (GUDYNAS, 2011, p. 85)

O alto índice de legitimação social alcançada pelos governos resultou em uma maior dificuldade de se debater outros modelos de desenvolvimento, tornando ainda mais difícil a discussão sobre alternativas ao próprio desenvolvimento, ao passo que, os que ousaram questionar o extrativismo foram classificados como opositores do progresso



nacional, da maior distribuição de renda e da erradicação da pobreza. Todo e qualquer questionamento a esse modelo de desenvolvimento transformou-se em ameaça à própria viabilidade dos programas sociais de compensação, inclusive aqueles chamados de “transferência condicionada”, consistentes em pagamentos em dinheiro para famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza, tais como Bolsa Família no Brasil; Chile Solidário; Juancito Pinto na Bolívia; PANES no Uruguai; Programa Famílias na Argentina (GUDYNAS, 2009).

Os argumentos utilizados por Rafael Correa, então presidente do Equador, sobre a necessária aprovação da nova lei de mineração em seu país, retratam muito bem esse cenário de alta legitimação do modelo neo-extrativista. Em 15 de janeiro de 2009, o então presidente equatoriano afirmou que: *“No daremos marcha atrás en la Ley de Minería, porque el desarrollo responsable de la minería es fundamental para el progreso del país. No podemos sentarnos como mendigos en el saco de oro”*.

O novo extrativismo latino-americano nada mais é do que uma versão adaptada do discurso desenvolvimentista clássico, uma vez que incorpora a suas bases a mesma racionalidade moderna que, por meio da técnica e da ciência, separou o Homem da natureza e criou a fé do progresso infinito. Considerando que esse modelo de desenvolvimento começa a se desenhar no início da década de 1990, quando o desenvolvimento sustentável começa a demonstrar sinais de descrédito, não houve, na formulação de suas bases, qualquer consideração quanto à finitude, resiliência ou amortização dos ecossistemas, retrocedendo, portanto, à perigosa lógica de apropriação da natureza pelo homem.

A influência do novo extrativismo fica evidente ao se notar que, no Brasil, houve um aumento substancial e progressivo da cessão de direitos minerários, passando de 1.109, entre os anos de 1988 e 1990, para 5.377, entre 1998 a 2000; e dos licenciamentos outorgados para exploração minerária, que passaram da média de 1.006 no primeiro triênio apontado, para 3.375 no segundo. A enorme evolução da arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Lavra (CFEM) dá mostra do real impacto do novo extrativismo sobre a política de crescimento econômico do Brasil, uma vez que esse número saltou de R\$ 186,2 milhões, em 2002, para R\$ 2,3 bilhões, em 2013. Soma-se a esses fatos o substancial incremento da produção de bauxita e ferro, que passaram, respectivamente, de 19,3 e 263,7



milhões de toneladas, em 2003, para 29 e 370 milhões de toneladas em 2010 (GUDYNAS, 2012).

Segundo Eduardo Gudynas (2010) o novo extrativismo é responsável pela geração dos mais diversos impactos socioambientais, que vão desde o deslocamento de populações locais, danos à saúde, até o desmatamento e a poluição da água. A essas consequências podemos acrescentar a extinção de modos tradicionais de vida, conflitos ambientais, poluição do solo e do ar.

Um exemplo emblemático sobre o potencial de destruição desse modelo de desenvolvimento foi o rompimento da “Barragem do Fundão”, situada no distrito de Bento Rodrigues, a 35 km do município de Mariana, em Minas Gerais, de onde vazaram 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, afetando 663 km do Rio Doce e 230 municípios por onde o mesmo passa; e destruindo 1.469 hectares de vegetação, dentre as quais Áreas de Preservação Permanente – APP. Salienta Carolina de Moura *et al* (2016, p. 24-25) que os principais impactos socioambientais daí decorrentes foram:

[...] la muerte y desaparición de personas; el aislamiento de las zonas afectadas; desplazamiento de las comunidades debido a la destrucción de sus viviendas y de estructuras urbanas; la fragmentación del hábitat; destrucción de áreas de preservación permanente y la vegetación nativa; masacre de animales de granja y el impacto en la producción rural y el turismo, con una interrupción de los ingresos económicos; restricciones a la pesca; masacre de los animales domésticos; la muerte de la fauna silvestre; destrucción de las poblaciones de peces silvestres en veda; dificultad de generación de electricidad por hidroeléctrica afectada; los cambios en la calidad y cantidad de agua, y la suspensión de sus usos para las personas y la vida silvestre, como el abastecimiento y el riego; Además de la sensación de peligro y la impotencia de la población en los diferentes niveles.

Segundo informe da Aliança Internacional das Organizações Católicas para o Desenvolvimento (CIDSE, sigla em inglês), publicado em Janeiro de 2009, as populações que vivem em áreas de exploração extrativa na América Latina têm sido vítimas de conflitos violentos, de violações reiteradas a direitos humanos e da degradação ambiental. Dentre os problemas específicos apontados pela referida instituição, decorrentes dos mega empreendimentos de mineração, estão: água contaminada por chumbo, arsênio e outros metais; diminuição do lençol freático devido à sua exploração excessiva pelas grandes instalações; problemas de pele, dores de cabeça excessivas e contaminação do sangue por chumbo; enfermidades respiratórias causadas pelo excesso de poeira; destruição da



vegetação natural por chuvas ácidas; ameaça a segurança alimentar em razão da perda dos meios tradicionais de sobrevivência; deslocamento populacional; aumento das taxas de alcoolismo e uso de drogas ilícitas; aumento da violência e da prostituição.

O novo extrativismo é nutrido por uma lógica perversa, uma vez que sua legitimação decorre de programas sociais financiados pela captação de parte dos lucros obtidos pelas empresas transnacionais na venda do minério mercado internacional pelo Estado, as *commodities*, o que termina gerando um forte incentivo para que se promovam novos projetos extrativistas. Trata-se, a toda evidência, segundo Eduardo Gudynas (2012), de um ciclo vicioso no qual os planos contra a pobreza exigem novas fontes de financiamento, gerando novos projetos extrativistas que, por sua vez, geram novos impactos sociais e ambientais que irão gerar futuras demandas por compensações.

É preciso salientar, ainda, que o novo extrativismo é marcado por uma postura insensível do Estado frente às demandas sociais e conflitos originados pelos mega empreendimentos extrativistas, seja ignorando-os, dando-lhes pouca atenção ou mesmo rechaçando-os através do emprego da violência policial. Afirma Eduardo Gudynas (2012) que isso é comum já que grande parte das reclamações partem de comunidades campesinas ou indígenas sem capacidade para gerar pressão política ou influenciar decisivamente em resultado eleitoral, as quais, ademais, recebem pouca atenção dos grandes centros urbanos quando não a antipatia.

Não restam dúvidas de que os programas sociais financiados por um modelo de desenvolvimento notavelmente clássico, focado na exploração de recursos naturais de primeira ordem, foram importantes para a redução do índice de pobreza e outras mazelas sociais que assola a América do Sul, contudo, não se pode deixar de denunciar que esse modelo de crescimento econômico tem gerado inúmeros e gravíssimos danos sociais e ambientais, cuja compensação, reversibilidade ou mitigação, apresentam um caráter altamente duvidoso.

Considerações Finais

Muito se escuta falar, hoje em dia, sobre *desenvolvimento*, na maior parte das vezes quando se quer fazer referência ao crescimento econômico, em melhoria nas condições materiais de vida, na erradicação da pobreza ou no alcance de uma melhor distribuição de



renda. Apesar de, na maioria das vezes, o termo *desenvolvimento* soar naturalmente sem se levantar qualquer alarde, ou de se apresentar como o motor que levará a humanidade ao progresso indefinido, é possível datar, no curso da história, o surgimento do *desenvolvimento* enquanto discurso criado pelas nações ricas, lideradas pelos Estados Unidos, com objetivo de legitimar sua consolidação como grande potência mundial.

O discurso do desenvolvimento surge no contexto pós-Segunda Guerra Mundial como recurso ideológico pelo qual as nações altamente industrializadas pretendiam formar novos mercados consumidores e novos fornecedores de matéria-prima. Tal discurso vendia aos países menos industrializados a falsa esperança de que um dia todos poderiam gozar do mesmo padrão de consumo e modo de vida dos países do norte, impondo, assim, que os países subdesenvolvidos assumissem sua racionalidade instrumental e utilitarista.

Essa racionalidade é tipicamente moderna e decorre de um modo eurocêntrico de interpretar e constituir o mundo que nos cerca. Isso significa dizer que essa racionalidade promove a separação entre homem e natureza para, a partir daí, objetificar e transformá-la em recurso para o alcance de um modo específico de vida, modo esse que, em vários países menos ou não industrializados, irá se chocar com modos tradicionais de vida de comunidades camponesas, povos indígenas ou nativos.

É exatamente essa racionalidade, essa forma de relacionamento com a natureza, que está por trás do novo extrativismo surgido nos países da América do Sul nos primeiros anos da década de 1990. Trata-se de uma forma específica de promoção de todos os elementos presentes no discurso clássico sobre desenvolvimento, isto é, a busca do crescimento econômico pela exploração e comercialização de recursos minerais no mercado internacional de matéria-prima.

Nada obstante o avanço obtido no combate à pobreza e na melhor distribuição de renda através de programas sociais, o novo extrativismo – o que não poderia ser diferente, já que atua segundo as premissas básicas do discurso desenvolvimentista clássico – tem gerado inúmeras e cada vez mais sérias consequências socioambientais para os países sul-americanos, tornando mais urgente e necessário o debate acerca de uma nova racionalidade a pautar a relação entre homem e natureza. Não se trata, portanto, de melhorar ou minimizar os efeitos desse modo de conceber a vida, isto é, de alternativas de desenvolvimento, como



o foi o desenvolvimento sustentável. Trata-se, na verdade, de uma necessária busca por alternativas ao próprio desenvolvimento.

Referências

BRASIL. Ministério de Minas e Energias. Departamento Nacional de Produção Minerária-DNPM. **Evolução dos Direitos Minerários 1988–2016**. Disponível em: <<http://www.dnmp.gov.br/dnmp/planilhas/estatisticas/titulos-minerarios/evolucao-dos-titulos-minerarios-no-brasil-1988-a-2016>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. **Coleção de planilhas: arrecadação da CFEM**. Disponível em: <<http://www.dnmp.gov.br/dnmp/colecoes/colecao-de-planilhas-arrecadacao-da-cfem>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

CLUB DE ROMA. **O CLUBE DE ROMA celebra o aniversário de “Os limites do crescimento”**. 29. Fev. 2012. Disponível em: <http://www.clubderoma.org.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=185:o-clube-de-roma-celebra-o-aniversario-de-os-limites-do-crescimento&catid=48&Itemid=423&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2017

ESCHENHAGEN, M. L. El fracaso del desarrollo sostenible: la necesidad de buscar alternativas al desarrollo, algunas entradas. In: SERNA; A. G. et al. (org.). **Espaço, políticas públicas e território: reflexões a partir da América do Sul**. Recife-PE: Editora Universitária da UFPE, 2016. p. 72-102.

ESCOBAR, A. La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción de desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (eds.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

GALAFASSI, G. P. Naturaleza, sociedad y alienacion: ciência y desarrollo en la modernidade. Montevideo: Nordan-Comunidad, 2004.

GARCIA, D. S. S. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e teoria do decrescimento. **Veredas do Direito**, v. 13, n. 15, p. 133-153, janeiro/abril de 2016.



GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contexto y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. In: Vários autores. **Extractivismo, política y sociedad..** Quito, Ecuador: Centro Andino de Acción Popular-CAAP y Centro Latino Americano de Ecología Social-CLAES, 2009. p. 187-225.

_____. Si eres tan progresista ¿Por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. **Ecuador Debate**, n. 79, p. 61-81, 2010. CAAP, Quito.

_____. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas em América Latina: Uma breve guía heterodoxa. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (eds.). **Mas allá del desarrollo.** Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y AbyaYala, 2011. p. 21-53.

_____. El nuevo extractivismo progresista en América del Sur: tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. In: Vários autores. **Colonialismos del siglo XXI: negocios extractivos y defensa del território en América Latina.** Barcelona, Espanha: Icaria Editorial, 2011. p. 75-92.

_____. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progressismo sudamericano. **Nueva Sociedad**, n. 237, janeiro-fevereiro de 2012.

MANSULLO, Juan. **El discurso de desarrollo y las falácias del crecimiento.** Palestra proferida na V Jornada de Jóvenes Investigadores – Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://jornadasjovenesiigg.sociales.uba.ar/files/2015/04/Mansullo.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Global.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 18 ago. 2017.

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano – 1972.** Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso em 18 ago. 2017.



SACHS, W. Meio ambiente. In: _____ (eds.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 117-131.

SCOTTO, G. **Estados nacionais, conflitos ambientais e mineração na América Latina**. Trabalho apresentado no 4º seminário de pesquisa do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, Campus dos Goytacazes, RJ, Brasil, março de 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ivspesr/images/Artigos/ST03/ST03.2%20Gabriela%20Scotto.pdf>>.

Acesso em: 11 ago. 2017.

SVAMPA, M.. **Ecuador: Los perversos versos de la minería: Minería, Maldesarrollo y Democracia**. <<https://www.servindi.org/actualidad/50155>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

VICENTI, R. D. **Conceptos y relaciones entre naturaleza, ambiente, desarrollo sostenido y resiliência**. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/21.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2017.



SABERES-FAZERES TRADICIONAIS COMO ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DA AMÉRICA LATINA

BLACK COMMUNITIES TRADITIONAL KNOW-HOW AS AN ALTERNATIVE TO CAPITALIST DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

Lucas Bento da Silva¹⁰

ABSTRACT

This article aims to denaturalize the current conception about development and extractive economic policy present in South America. Therefore, starting from a bibliographic review on the subject, it will be addressed in what context arises, how it develops and what are the main consequences of the classic discourse on development. From there, it will be explained how the new South American extractivism – or new extractivism – is, in fact, a regional version of classical developmental discourse, in that it incorporates to its bases the same instrumental rationality and utilitarian of this. In conclusion, taking as a backdrop the socio-environmental conflicts triggered by the progress preached by the new extractivism, the importance of the debate on alternatives to development will be raised.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo desnaturalizar a concepção corrente sobre desenvolvimento e a política econômica extrativista presente na América do Sul. Para tanto, partindo de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, será abordado em que contexto surge, como se desenvolve e quais são as principais consequências do discurso clássico sobre desenvolvimento. A partir daí, será explicitado de que maneira o novo extrativismo sul-americano – ou neoeextrativismo – é, na verdade, uma versão regional do discurso desenvolvimentista clássico, na medida em que incorpora às suas bases a mesma racionalidade instrumental e utilitarista deste. Em sede de conclusão, tomando como pano de fundo os conflitos socioambientais desencadeados pelo progresso pregado pelo novo extrativismo, será levantada a importância do debate sobre alternativas ao desenvolvimento.

KEYWORDS

Development, new extractivism, economic growth, socio-environmental conflicts

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento, novo extrativismo, crescimento econômico, conflitos socioambientais

Introdução

O presente trabalho visa apresentar um breve panorama sobre os trabalhadores da terra e seus saberes-fazeres tradicionais, do Quilombo Cafundó e Ivaporunduva, Brasil, a partir do sistema de produção agrícola tradicional como alternativa ao desenvolvimento

¹⁰ Doutor em Geografia, Universidade Federal de Goiás: lu_silva_8@hotmail.com



capitalismo no campo. Cafundó, localizado no município de Salto de Pirapora, sudoeste do Estado de São Paulo. No presente, 60 famílias vivem no território com área de 210 hectares. Ivaporanduva, situado no município de Eldorado, à margem esquerda do Rio Ribeira de Iguape, no Vale do Ribeira, sudeste do Estado de São Paulo. Atualmente, 80 famílias convivem no território com extensão de 2800 hectares, ambas as comunidades negras rurais tradicionais territorializaram-se através das principais cadeias produtivas: a agroecologia e a agrobiodiversidade.

Neste sentido, as comunidades negras tradicionais descendentes de escravizados mantiveram seus laços históricos, ancestrais e de parentesco. A agricultura quilombola é caracterizada como alternativa ao desenvolvimento e modernização do campo, pois é fruto de um processo associado com outros saberes-fazeres de manejos da agricultura, caracterizados pelos sistemas de cadeias produtivas. Estas características são percebidas nas formas de trabalho com as terras e nos saberes e fazeres no plantio, do Quilombo Cafundó e do Ivaporanduva.

A prática capitalista e da modernização da agricultura ignora qualquer cosmovisão de mundo e ecológica. É importante contextualizar que as comunidades tradicionais, grupos marginalizados historicamente pelos colonizadores, são os mais impactados com o avanço desse sistema capitalista no campo.

Os conflitos geopolíticos decorrentes da consolidação do mundo socialista como uma alternativa para o mundo capitalista contribuíram para o surgimento de uma teoria de desenvolvimento alternativo não revolucionária inscrito dentro dos parâmetros. Esta teoria levou a formulações na década de 1950 e 1960, várias visões do processo de "modernização" dos países periféricos. Em geral, e simplificando arbitrariamente essas conceituações, o processo de transformação foi descrita como uma luta entre setores modernos e capitalistas em conflito com instituições e grupos tradicionais (MELO, 1991).

As conflitualidades territoriais e os efeitos socioespaciais do desenvolvimento no Cafundó e Ivaporanduva são sustentados por um sistema ordenado e dominador, propiciam: a manutenção da pilhagem da exploração desenfreada dos recursos naturais, a espoliação dos meios de produção e territórios, a desterritorialização das famílias, a desconfiguração da cultura, dos saberes-fazeres locais e da biodiversidade.



Os conteúdos que serão retratados na teorização e nas reflexões deste trabalho são resultados da disciplina: Tópicos Avançados em Direitos Humanos I, aplicada no primeiro semestre de 2017, na Faculdade de Direito - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, com temas sobre: A relação do conhecimento – seres humanos – natureza; características centrais da modernidade; a ideia de progresso e o surgimento da concepção de desenvolvimento; problemas ambientais e o fracasso do desenvolvimento sustentável e a necessidade de alternativas. O conjunto das temáticas no desenrolar da disciplina dos professor(a)s Dra. María Luisa Eschenhagen - Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín - Colômbia e Dr. Ricardo Barbosa de Lima – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, complementarará na contextualização do tema aqui posto.

Alternativas do Quilombo Cafundó e Ivaporunduva ao desenvolvimento capitalista no campo

Discorrer sobre o espaço latino-americano é dialogar com a diversidade sociocultural e as disputas existentes no espaço geográfico mundial. É repensar os contextos históricos para compreender as multidimensionalidades atuais dos conflitos e das mais variadas formas de organização presentes nesses territórios. Contrapondo-se aos modelos de monopólios da terra, de degradação do meio ambiente e do uso de trabalho escravizado contemporâneo, os territórios tradicionais do Cafundó e Ivaporunduva, aqui apresentados, compõem parte do conjunto de comunidades negras rurais especializadas no espaço geográfico brasileiro.

As diretrizes no processo de reconhecimento destes territórios quilombolas vão ganhando força política a partir de 2003, quando é sancionado o Decreto nº 4.887, que rege e reconhece a propriedade das “terras ocupadas tradicionalmente” por quilombolas, e determina ainda que compete à Fundação Cultural Palmares (FCP), a emissão da certidão de auto-definição. E ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a desapropriação e mapeamento dos territórios ancestrais.

Deste modo, os quilombos são compreendidos como: grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto 4887/03 art. 2º).



Portanto, o Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo, onde se encontra maior parte dos quilombos e o Quilombo Ivaporunduva. A diversidade social, ambiental e cultural existente no território se concentra em área de Mata Atlântica, onde também se encontram várias comunidades tradicionais, como indígenas, caiçaras e outras categorias sociais ou étnicas.

Outro ponto que deve ser salientado é que esta região abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, além de pequenas bacias hidrográficas localizadas entre a primeira e o Oceano Atlântico¹¹.

O Quilombo Ivaporunduva, surge após o declínio da mineração de ouro e da produção de arroz na região. Boa parte dos trabalhadores escravizados se especializaram ao “longo das duas margens do Rio Ribeira de Iguape, entre os municípios de Iporanga e Eldorado, onde mantiveram seus laços históricos, de parentesco e formas de saberes e fazeres da agricultura” (SILVA, 2017 p.5).

Os trabalhadores da terra, através dos seus saberes-fazeres na produção de alimentos, em Ivaporunduva, detêm as técnicas e as alternativas de diversidade de produção ao desenvolvimento capitalista no campo, como: cultivo do arroz, do feijão, da mandioca, do chuchu, da banana e, com menos intencionalidade, a criação de animais, inclusive, gado. Essa rede produtiva envolve um número grande de trabalhadores e trabalhadoras quilombolas.

Na produção, colheita e comercialização de banana orgânica, como alternativa ao desenvolvimento capitalista da região, por exemplo, determina um número alto de trabalhadores quilombolas para os trabalhos nos bananais. Mais ou menos 40 famílias: organizam; executam a produção; sua comercialização e gestão da atividade. Essa produção tem conquistado mercado e especializado em diversos municípios do Estado de São Paulo e na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), na capital.

¹¹ QUILOMBOS DO RIBEIRA. Disponível em: <www.quilombosdoribeira.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2016.



A cadeia produtiva principal ao desenvolvimento capitalista no Quilombo Ivaporunduva na atualidade é a banana orgânica tradicional, que interliga na epistemologia da práxis das famílias que vivem no território. A banana é um cultivo tradicional no território. Até 2002 a venda da produção era feita por atravessadores, que comprava a caixa de banana pelo um preço baixo, de R\$ 0,50 a R\$ 1,50. Mas, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a caixa de banana é vendida atualmente por R\$ 15,00, para o programa. Até as caixas avulsas os compradores pagam na atualidade cerca de R\$ 10,00 a 12,00 pela caixa da banana, mais uma forma de geração de renda para as famílias quilombolas.

A banana comprada pelo governo federal no Quilombo Ivaporunduva é distribuída para restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, hospitais, creches e escolas do Estado de São Paulo. Também vão para famílias em situação de vulnerabilidade social da região onde o quilombo se localiza e servem ainda como estoque regulador, com destino, aos quilombolas.

As famílias do quilombo aproveitam até a fibra da bananeira para fazer artesanato, as técnicas nesta produção são variadas, no processo de extração e de tratamento, na colheita do material nos bananais, até a aquisição da fibra de bananeira viável de ser utilizada na tecelagem e em outras produções artesanais.

A economia do quilombo está organizada sob o sistema de cooperativa, da qual todas as famílias são associadas. Estabelecendo um sistema de cotas por família. Desse modo, é garantido que todas as famílias tenham rendimentos da produção da banana orgânica, do artesanato tradicional e das receitas do turismo.

Cada uma das atividades no território de Ivaporunduva é gerenciada por uma coordenadoria que se encarrega das certificações da banana, licenciamento e patentes artesanato. Segundo alguns moradores do quilombo, “as pessoas que compram nosso artesanato, por exemplo, se emocionam ao saber do trabalho social que está por trás dele e sempre recomendam os produtos a mais pessoas”.

Já no Quilombo Cafundó, as alternativas de diversidade de produção ao desenvolvimento capitalista no território é a agricultura tradicional que é processada e



produzida nas áreas A e C¹², tratando-se de uma agricultura voltada tanto para o consumo próprio, como também para a comercialização dos excedentes. Podemos destacar outros quatro tipos principais de sistemas de produção agrícola e pecuária: a) produção orgânica de hortaliças, legumes e duas estufas, utilizando irrigação manual e adubos orgânicos, fornecidos pelo ITESP ou comprados pelos próprios quilombolas; b) hortas e pomares doméstico, associados à criação extensiva de aves (como frangos e galinhas), principalmente para o consumo doméstico; c) roças de milho, mandioca; d) pequena criação de bois, vacas e carneiros.

Deste modo, as unidades de produção do Quilombo Cafundó são dinâmicas e a cultural integra como dimensão territorial, as transformações ocorridas nas terras do Cafundó são reflexos das fazes geológicas e da exploração dos recursos naturais, o território do Cafundó entrou na lista da disputa por diferentes modelos de agriculturas no espaço geográfico brasileiro, as famílias do Cafundó defendem uma alternativa modelo de territorialidade da agricultura quilombolas. Esses efeitos capitalistas no meio ambiente e limites ecológicos não foram levados em conta e nem os saberes-fazer pelos capitalistas (CRUZ e RUBÉN, 2005), que segundo Marcos Norberto, se a “produção de alimentos não relacionar com nossa ancestralidade africana e cultura, no entendimento que sem estas relações as produções de alimentos não tem sentido e vida, porque não existe amor com a terra¹³”.

A territorialização da agricultura tradicional dos quilombolas do Cafundó se consolidou a partir do conjunto de conhecimento ancestral, que são reflexos da agricultura africana. As relações com o uso do solo e as características nas produções de alimentos tradicionais, mesmo nos dias atuais com dimensão menor, são: técnicas rudimentares, em alguns casos; produção destinada quase exclusivamente para consumo; se por vezes comercializam é em quantidades reduzidas; com tarefas a serem feitas pelos vários grupos de trabalhos e com sistema de agrobiodiversidade. “O termo agrobiodiversidade é formado

¹² O território atual ocupado pelos quilombolas do Cafundó compreende a área Total de 210 ha. Esse total está dividido em quatro áreas, são elas: a área A cuja extensão é de 09 ha; área B com 36 ha; área C com 35 ha e a área D com 130 ha.

¹³ Depoimento oral, Quilombo Cafundó: Marcos Norberto Almeida, símbolo de resistência e coordenador do Cafundó – 10/09/2016.

por agro, do latim, campo, cultura, bio, do grego, vida, diversidade. Significa, portanto, diversidade da vida no campo, das culturas” (MACHADO, 2012, p. 48).

No entanto, a disputa territorial pelo fato da espacialização e territorialização do agronegócio no espaço brasileiro e nas áreas do Cafundó e dos quilombos no espaço geográfico, de umas décadas adiante, outra agricultura que é mais recente que surgiu como movimento de reação ao modelo político do agronegócio é a agroecologia. Essa concepção de agricultura procura organizar o processo de produção de plantas e animais que também totaliza no território étnico do Quilombo Cafundó, a partir das relações estabelecidas entre os conjuntos dos saberes tradicionais, que configura no mundo rural das Américas de formas ancestrais e culturais, como afirma Enrique Leff.

A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) ‘que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram descolonizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura’. (LEFF, 2002, p. 42).

Para Elis Regina Sallas, moradora do Quilombo Cafundó; “no começo a palavra agroecologia não tinha nenhum sentido para nós, porque os técnicos do ITESP e INCRA - SP não explicavam direito o significado da palavra, quem nos explicou foi uns pesquisadores que vieram pesquisar o Cafundó, que a palavra tem a ver com a nossa forma de produzir alimentos que é tradicional¹⁴”. Em vista disso, as produções de alimentos no Quilombo Cafundó estão divididas em áreas e cada área apresenta dimensões territoriais diversas de relevo e geomorfologia do local. Na área A era uma das áreas em que os quilombolas usam e usavam em escala maior para a produção de feijão e arroz.

As unidades de produção e consumo das famílias na área A são em lotes e roças que são dinâmicos com prática do manejo tradicional mantendo a biodiversidade local. A produção de alimentos nos lotes são, laranja, mexerica, arroz, feijão, cana, mandioca, manga, abacate, cenoura, abóbora e três estufas de produção orgânica coletiva (ver Figura 1 e Figura

¹⁴ Depoimento oral concedido por, Elis Regina Sallas, Quilombo Cafundó, moradora e integrante da coordenação da associação do Cafundó – 10/07/2016.

2). A produção é para autoconsumo e comercialização individual ou em grupo através dos programas do governo federal e Estadual, como exemplo; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/ Companhia Nacional do Abastecimento – (CONAB).

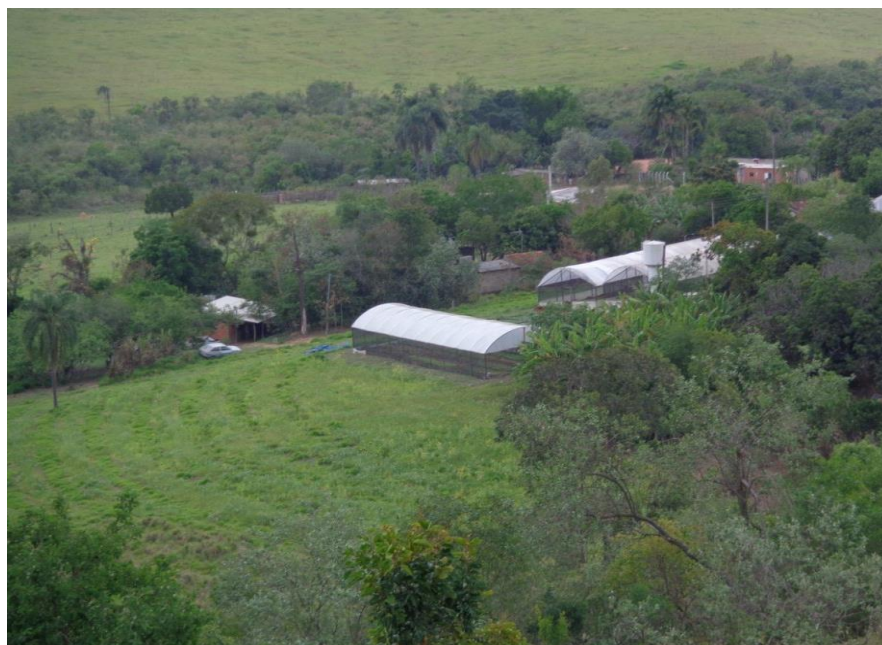


Figura 1 - SILVA, Lucas Bento. Área A, as três estufas e o local escolhido pelas famílias do Cafundó



Figura 2 - GOMES, L. André (2016). Marcos Norberto Almeida jogando adubo nas carreiras da estufa orgânica, da área A do Quilombo Cafundó

As fotos acima retratam as dinâmicas das técnicas culturais da agricultura e do manejo na área A do Cafundó, o manejo e as técnicas na plantação de arroz e feijão sempre esteve ligado na territorialidade étnica dos quilombolas do Cafundó. E o centro experimental em escala menor onde produzem alface, cebolinha e tomate, para o consumo e para o PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos tem como objetivo comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar dos camponeses ou dos territórios tradicionais, esses alimentos são distribuídos gratuitamente a pessoas, famílias ou ONGs, que precisam de suplementação alimentar ou complementação da dieta. O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Considerações finais

Essa pesquisa buscou empreender um breve panorama sobre o Quilombo Cafundó e Ivaporunduva que representa alternativas espacial de produção tradicional de alimentos, que não se compara à da agricultura capitalista, que só visualiza o território como mercadoria. Para os quilombolas, o manejo tradicional da terra é o principal para uma produção limpa, sem a presença de agrotóxicos e sementes transgênicas, como ocorre nas áreas A e C do Cafundó com sementes crioulas - distribuídas pelo ITESP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O horizonte multiétnico de ocupação do espaço geográfico brasileiro requer leituras críticas e uma reinterpretação da base legal que possibilite dialogar com diferentes formas de uso da terra. O que está colocado é a revisão desses conceitos étnicos, baseados em novas territorialidades, considerando a existência coletiva para enfrentar estruturas de poder.

Sendo assim, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada, apontamos a necessidade de continuidade de análises em futuros trabalhos acadêmicos, com finalidade de aprofundar conteúdos geográficos para um entendimento



mais amplo das “atuais” categorias sociais e étnicas nas disputas territoriais e dos conflitos no campo.

REFERÊNCIAS

PÉREZ, R. Medio ambiente, globalización, mercado y desarrollo humano. Un breve recuento histórico y situación actual del debate). **Red de revistas científicas de América Latina y el Caribe**, España y Portugal, v. 28, p. 121-135, 2005.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002. Disponível em: <http://www.pvnocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_saber_ambiental.pdf>. Acesso em: 08 set. 2015.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 46-51. Disponível em:<<file:///C:/Users/Lucas/Downloads/dicionario%20de%20Educacao%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015.

MELO, Jorge Orlando, Algunas consideraciones globales sobre “modernidad” y “modernización” en el caso colombiano, En: Colombia: el despertar de la modernidade. **Foro Nacional por Colombia, Santa Fe de Bogotá**, 1991, Disponível em <<http://www.jorgeorlandomelo.com/modernidad.htm>. Acesso em 01 mai. 17.

SILVA, L. B. d. Quilombos na América Latina: o sistema de produção agrícola tradicional quilombola do estado de São Paulo – SP. **XII ENANPEGE**, Geografia, Ciência e Política: do pensamento à ação, da ação ao pensamento, de 12 a 15 de Outubro de 2017, Porto Alegre.



A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA EM GOIÁS: ALTERNATIVA OU FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO?

THE SOLIDARITY ECONOMY AS A PUBLIC POLICY IN GOIÁS, BRAZIL: REAL ALTERNATIVE OR FOSTERING DEVELOPMENT?

Edson Francisco Leite Júnior¹⁵

ABSTRACT

The idea is to discuss the concept of solidarity economy and how the Government of Goiás has appropriated it. The reference is that of Paul Singer, when he proposes that solidarity should take the place of competitiveness in society with the objective of emancipation of the human being in the search for subsistence and meeting their basic needs. It then emerges as a development alternative based on workers' resistance through cooperation. However, in the State Program of Solidarity Economy, launched in June 2017, the concept is presented as an innovative alternative to foster regional development. Thus, the objective is to identify how the Goiás program approaches and/or distances itself from the original concept of solidarity economy.

RESUMO

A ideia é discutir o conceito de economia solidária e de que forma o Governo de Goiás tem se apropriado dele. A referência é a de Paul Singer, quando propõe que a solidariedade deve tomar o lugar da competitividade na sociedade com o objetivo de emancipação do ser humano na busca por subsistência e atendimento de suas necessidades básicas. Surge, então, como uma alternativa de desenvolvimento baseada na resistência dos trabalhadores por meio da cooperação. No entanto, no Programa Estadual de Economia Solidária, lançado em junho de 2017, o conceito é apresentado como alternativa inovadora de fomento ao desenvolvimento regional. Assim, o objetivo é identificar de que forma o programa goiano se aproxima e/ou se distancia do conceito original de economia solidária.

KEYWORDS

solidarity economy; development; public policy; Goiás.

PALAVRAS-CHAVE

economia solidária; desenvolvimento; política pública; Goiás.

Introdução

“Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual” (SINGER, 2002, p. 10). A afirmação de Paul Singer, considerado “um dos mais renomados autores e militantes dentro do campo da economia solidária” (PITAGUARI; SANTOS;

¹⁵ Mestre em Comunicação, Universidade Federal de Goiás: edsonleite@gmail.com



CAMARA, 2012, p. 36), é verdadeira e provocativa, uma vez que a solidariedade vai contra um dos princípios fundadores do sistema capitalista: a competitividade.

“Uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si ao invés de competir”. Dessa forma, a proposta de Singer é que, na economia solidária, a lógica do sistema econômico deve mudar: “associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9).

Até porque, “a solidariedade da economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar” (SINGER, 2002, p. 9). Consequentemente, “as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital” (GAIGER, 2003, p. 193).

Apesar dos avanços ocorridos na economia, a distribuição de renda ainda é desigual e existem regiões em que políticas de assistência ainda são insuficientes para amenizar os problemas sociais existentes. Dentro deste contexto gerado pela exclusão social e a necessidade premente de sobrevivência, as pessoas buscam maneiras de organização para superação de suas dificuldades e alento para as restrições encontradas no dia a dia. Uma das maneiras encontradas é a articulação conjunta de pessoas que não teriam oportunidades individualmente. (COSTA; ARRIEL, 2014, p. 6)

Assim, “os modelos de economia solidária buscam ir além de simples geradores de trabalho e renda, idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária” (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012, p. 35), uma vez que “defendem a potencialidade que pode ser gerada a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e na equidade, em vez da competição e do individualismo” (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012, p. 35). E o sentimento de partilha emerge da economia solidária, pois “pela cooperação surgem iniciativas de produção visando ao bem-estar coletivo e um senso de responsabilidade comunitário” (COSTA; ARRIEL, 2014, p. 6).



Partindo desses pressupostos, a ideia deste artigo é discutir o conceito de economia solidária e de que forma o Governo de Goiás tem se apropriado dele. Originalmente, a economia solidária surge como uma alternativa de desenvolvimento baseada na resistência dos trabalhadores por meio da cooperação. No entanto, no Programa Estadual de Economia Solidária, lançado pela Secretaria Cidadã em junho de 2017, o conceito é apresentado como alternativa inovadora de fomento ao desenvolvimento regional. Assim, o objetivo deste artigo é investigar de que forma o programa goiano se aproxima e/ou se distancia do conceito original de economia solidária.

Fundamentos da economia solidária

Baseada no cooperativismo, “a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas na organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24), como um modo de produção alternativo ao capitalismo. Inclusive, cabe ressaltar, seria justo chamar essa origem histórica da economia solidária de “cooperativismo revolucionário, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida” (SINGER, 2002, p. 35), o que tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

É verdade que “desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores” (GAIGER, 2003, p. 182). Assim, para Luiz Inácio Gaiger (2003, p. 182), iniciativas de economia solidária “representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento”.

Mas, ao ser “concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002, p. 115), para Paul Singer (2002, p. 114), “a economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”.

Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as



empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidores, etc., uma vida melhor. (SINGER, 2002, p. 114)

E vida melhor “não apenas no sentido de que possam consumir mais com menos dispêndio de esforço produtivo” (SINGER, 2002, p. 114), mas também nas relações pessoais, justamente pela “segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado” (SINGER, 2002, p. 115). Até porque “a economia solidária é centrada no ser humano e na sua capacidade de desenvolver soluções para os problemas que o afetam de forma democrática e participativa, substituindo o modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações” (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012, p. 35).

Mas Paul Singer (2002, p. 114) reconhece que “se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista”. Assim, ela “teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho” (SINGER, 2002, p. 116).

A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autosustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio dos serviços financeiro e científico-tecnológico solidários. (SINGER, 2002, p. 121)

No entanto, “a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois a substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003, p. 194). Mas, de fato, “a desigualdade não é natural e a competição



generalizada tampouco é” (SINGER, 2002, p. 10). E, uma vez que o direito de propriedade individual e o direito à liberdade individual são princípios básicos do sistema capitalista, a competição e a desigualdade ganham forma por conta da divisão da sociedade em duas classes: a dominante (que possui capital) e a operária (que vende sua força de trabalho em troca de capital) (MARX, 2006).

E é justamente nesse ponto em que a ruptura proposta pela economia solidária reside: ela mantém o direito à liberdade individual, mas preza pelo direito a propriedade coletiva ou associada do capital (SINGER, 2002). Assim, a solidariedade e a igualdade seriam consequências naturais, mas a reprodução desses princípios, para Paul Singer (2002, p. 10), “exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa frequentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo. (SINGER, 2002, p. 11)

Mas “o avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação” (SINGER, 2002), p. 112). Isso porque, de acordo com Paul Singer (2002, p. 112), para a maioria da população, “construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir esses princípios na vida cotidiana” (SINGER, 2002, p. 112).

Além disso, outro ponto que diferencia a economia capitalista da solidária é o modo como as empresas são administradas. Enquanto “a primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para



baixo” (SINGER, 2002, p. 16), “a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão” (SINGER, 2002, p. 18).

O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. (GAIGER, 2003, p. 191)

De acordo com Paul Singer (2002, p. 121), “no Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional”. Isso porque, apesar do cooperativismo ter chegado “ao Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus” (SINGER, 2002, p. 122), tomando, a forma, principalmente, de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo, foi com a crise social das décadas perdidas de 1980 e 1990, em que o país se desindustrializou e milhões de postos de trabalho foram perdidos (SINGER, 2002), que a economia solidária reviveu no país.

Mas, “a partir do momento em que o movimento cresce inicia-se um processo de cobrança de respaldo jurídico, pressionando os entes públicos para que se manifestem no campo do Direito, garantindo reconhecimento das mais diversas formas de expressão da economia solidária” (COSTA; ARRIEL, 2014, p. 7). Justamente por isso, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Lei nº 10.683, publicada em 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, quando também foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

“Torna-se necessário ressaltar que é inédita essa iniciativa do governo, na tentativa de subordinar-se a uma outra via para o trabalho, que não a do emprego assalariado” (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 76), o que de fato tornou um marco legal da economia solidária no Brasil em um governo que prezou muito pela questão social ao instituir o programa Bolsa Família, que até hoje auxilia financeiramente famílias de baixa renda. “Nesse

contexto, o desenvolvimento da proposta da política pública assentada na Economia Solidária vem com a finalidade de amenizar a pobreza, no momento em que pode se constituir em alternativa à exclusão socioespacial” (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 63).

“Dessa forma, a Economia Solidária tem como intuito aliviar a pobreza, e proporcionar autonomia, como uma alternativa à exclusão social e como uma nova forma de trabalho” (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 76). E, de fato, “seu principal objetivo é a emancipação do ser humano, tornando-o capaz de exercer suas capacidades plenas, agindo por meio da cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade” (COSTA; ARRIEL, 2014, p. 6).

Ao se considerar que o Estado tem um papel fundamental no bem-estar da população, cabe ressaltar que a erradicação da pobreza tem que se tornar um objeto nacional, visando a conduzir a uma nova hierarquia de prioridades, em que as vantagens sociais se sobreponham às econômicas. E, principalmente, que a condição da pobreza e a realidade vivenciada no mundo contemporâneo com o desemprego estrutural, que remete uma grande parte da população economicamente ativa para condições precárias de trabalho, tornem-se o cerne da discussão e da atenção de políticas públicas que visem a desenvolver possibilidades de inclusão social mediante ocupações alternativas. (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 73)

Panorama da economia solidária em Goiás

“A Economia Solidária como política pública apresenta o desafio de possibilitar a inclusão social e observar o trabalho por uma nova ótica” (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 79). Dessa forma, “no intuito de estruturar uma sociedade mais equilibrada e justa, o Estado é um elemento essencial, pois cria malhas de proteção social, visando a garantir a seguridade social para qualquer cidadão, independentemente de sua capacidade de produção” (LUIZÃO; ANTONELLO, 2012, p. 73). Assim:

O modelo de economia solidária ganha força quando cresce a percepção pública das distorções do mundo contemporâneo, do processo de insustentabilidade em que nos encontramos, além da tendência em querer-se reduzir o sentido maior da existência ao ato do consumo e ao individualismo extremo. (PITAGUARI; SANTOS; CAMARA, 2012, p. 35)



Em Goiás o primeiro empreendimento de economia solidária de que se tem registro data de 1966. E a vocação agrícola da região também influencia no fato da maioria das cooperativas e associações ser formada por pequenos produtores rurais (COSTA; ARRIEL, 2014). No entanto, do total desses empreendimentos existentes hoje no Estado, “95% tiveram suas atividades iniciadas a partir da década de 1990, período marcado pelo início da abertura do mercado ao comércio exterior, da melhoria tecnológica na indústria e consolidação da mecanização do campo” (COSTA; ARRIEL, 2014, p. 11). Além disso, de acordo com estudo do Instituto Mauro Borges (IMB) de 2014, a economia solidária está presente em 48% dos municípios goianos (COSTA; ARRIEL, 2014).

O Estado de Goiás já conta com uma legislação que prevê a prática da economia solidária. A Lei nº 17.142, de 10 de setembro de 2010, foi a que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (PEFEPS), seguida da Lei nº 17.420, de 21 de setembro de 2011, que criou o Selo Economia Solidária. Já o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), também foi criado em forma de decreto: o de nº 8.196, de 18 de junho de 2014.

O site da Secretaria Cidadã do Estado de Goiás destaca que o Conselho Estadual de Economia Solidária tem natureza consultiva, de controle social, fiscalizadora e propositiva. Assim, sua finalidade seria a de realizar a interlocução e buscar consenso em torno de políticas e ações de fortalecimento da economia solidária do Estado. É composto por membros do governo estadual e de entidades de assessoria e fomento, além de representantes do seguimento de empreendimentos de economia solidária em Goiás.

Com o marco legal já estabelecido, em 5 de junho de 2017, a Secretaria Cidadã de Goiás lançou o Programa de Ações Integradas em Economia Solidária em Goiás, que envolve um convênio entre os governos estadual e federal, no valor de R\$ 3,2 milhões. Nesse programa, conforme foi anunciado no site da Secretaria Cidadã, serão beneficiados 86 dos 242 municípios goianos.

O logotipo do programa, inclusive, possui elementos gráficos representarem dois indivíduos com um só coração, que remete a valores presentes na economia solidária, como união e cooperação. Mas, quase que contradizendo isso, o objetivo do programa, apresentado no site da Secretaria Cidadã, seria de “fomentar o desenvolvimento regional a partir de



empreendimentos baseados na autogestão, solidariedade, rede de cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário”.

O enunciado acima consegue resumir bem de que forma o Estado de Goiás deturpa o conceito original de economia solidária. Apesar de definir corretamente em que se baseia os empreendimentos solidários, é um equívoco associar a economia solidária ao fomento ao desenvolvimento. Isso porque, a economia solidária, ao ser concebida como resistência ao modelo capitalista e arvorada no conceito de solidariedade, refuta também a noção de desenvolvimento, que está totalmente atrelado à ideia de competitividade.

Assim, solidariedade e competitividade são conceitos antagônicos, que só podem ser utilizados juntos se um anular o efeito do outro e vice-versa.

Considerações finais

De fato, atualmente, a economia solidária convive com as coerções do sistema capitalista, que “cerceam a lógica econômica solidária, pois obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios” (GAIGER, 2003, p. 201). Assim, “para assegurar sua reprodução, os empreendimentos solidários precisam lidar adaptativamente com as externalidades capitalistas” (GAIGER, 2003, p. 205). Por essa razão, “as iniciativas solidárias vivem um momento de ebulição, ao mesmo tempo que de debilidade” (GAIGER, 2003, p. 205).

No entanto, o Governo de Goiás, ao imputar o modelo de desenvolvimento capitalista aos empreendimentos solidários por meio de políticas públicas, cai por terra qualquer possibilidade de a economia solidária, na prática, ser uma alternativa ao desenvolvimento para ser apenas uma alternativa de desenvolvimento. Pelo menos em Goiás, essa proposta foi ressignificada e adaptada ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Até porque, vale destacar, acreditar que a ideia do desenvolvimento pode ser atrelada à economia solidária é se deixar levar pelo que Juan Mansullo Jiménez (2010) chama de falácias do crescimento: a de que o desenvolvimento contribuiria para a melhor distribuição de renda, a de que ele seria um fator de redução da pobreza e a de que o desenvolvimento é fundamental para a geração de emprego e renda. Para o autor, são as fissuras internas do discurso desenvolvimentista que, se trazidas à luz, podem ajudar a



desconstruir o modelo imposto pelo sistema capitalista e uma forma de ajudar a prosperar ideias e alternativas ao desenvolvimento.

E para entender melhor o quanto é prejudicial a lógica do desenvolvimento ao conceito de economia solidária, é preciso adentrar um pouco mais na questão do desenvolvimento. Paul Singer (1984) esclarece que, no fundo, o processo de desenvolvimento é um processo de acumulação de capital, uma vez que, o capitalismo é opressor no sentido em que “exige” o crescimento acelerado sob a ameaça de “engolir” e marginalizar os que estagnam ou decrescem.

Acumulação de capital significa criar maior capacidade produtiva, criar maiores possibilidades de produzir sob a forma de novas fábricas, fazendas, meios de transporte etc. Significa, em última análise, alocar uma parcela crescente dos trabalhadores na produção de meios de produção. Essa é a essência da acumulação de capital. Para crescer – e crescer depressa – é necessário criar novos setores da economia, o que significa utilizar uma parte do trabalho social de que o país dispõe para alguma coisa que vai criar possibilidades de produção futura, mas que não cria bens ou serviços para o consumo presente. (SINGER, 1984, p. 150)

Assim, se no capitalismo o desenvolvimento faz parte da lógica de acumulação do sistema (FERNÁNDEZ, 2007), não faz sentido utilizar esse mesmo modelo em um empreendimento de economia solidário, avesso à competitividade. E não há razões para acreditar que um projeto alternativo conduziria a humanidade ao caos. Dessa forma, um caminho alternativo deveria, tanto na teoria quanto na prática, estabelecer um contrapoder ao poder capitalista, o que não se concretizou com a economia solidária ao ser estabelecida como política pública no Estado de Goiás.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 10.683**, de 28 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm> Acesso em: 05 ago. 2017.
- COSTA, Rafael dos Reis; ARRIEL, Marcos Fernando. Aspectos da Economia Solidária em Goiás. **Estudos do IMB**, abr. 2014.



FERNÁNDEZ, José Iglesias. Serge Latouche o el reciclaje del sistema capitalista. **Revista Apuntes del CENES**, v. 27, n. 44, p. 9-28, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GOIÁS. **Lei nº 17.142**, de 10 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=9816> Acesso em: 05 ago. 2017.

GOIÁS. **Lei nº 17.420**, de 21 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=10074> Acesso em: 05 ago. 2017.

GOIÁS. **Decreto nº 8.196**, de 18 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2014/decreto_8196.htm> Acesso em: 05 ago. 2017.

GOIÁS (a). **Secretaria Cidadã**. Conselho Estadual de Economia Solidária. Disponível em: < <http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-economia-solidaria>> Acesso em: 05 ago. 2017.

GOIÁS (b). **Secretaria Cidadã**. Secretaria cidadã lança programa estadual de economia solidária. Disponível em: <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/secretaria-cidadada-lanca-programa-estadual-de-economia-solidaria>> Acesso em: 05 ago. 2017.

JIMÉNEZ, Juan Mansullo. **El desarrollo como discurso y el crecimiento como mito repensando el desarrollo, explorando el postdesarrollo**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso). Disponível em: <<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/6501/tesis152.pdf?sequence=1>> Acesso em: 05 ago. 2010.

LUIZÃO, Franciene Michele Consorte; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Economia solidária como política pública: alternativa à exclusão socioespacial. In: **A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares**. PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Líria Maria Betiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeirda (Orgs.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



PITAGUARI, Sinival Osorio; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da. Panorama da economia solidária no Brasil. In: **A sustentabilidade da economia solidária**: contribuições multidisciplinares. PITAGUARI, Sinival Osório; LANZA, Líria Maria Betiol; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida (Orgs.). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. 4^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1^a ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



O BEM-VIVER COMO ALTERNATIVA AOS MODELOS DESENVOLVIMENTISTAS

BUEN VIVIR AS AN ALTERNATIVE TO DEVELOPMENTAL MODELS

Adriano Ermerson Oliveira Vasconcelos¹⁶

ABSTRACT

It seeks to analyze alternatives to the development model that has been imposed by globalization to all countries. The concept is part of the political agenda of the governments of the most varied nations. The model is eurocentrist and neo-colonialist, since the European countries, or "the center", are at the apex of a supposed human social evolution and that the others, still in the process of "development", must submit to "Europeanize". Alternatively, it starts from recent Ecuadorian and Bolivian constitutional experiences, which represent a paradigmatic transition from anthropocentrism to biocentrism, through the recognition of Nature (Pachamama) as a subject of rights and establishment of a harmonious relationship with nature and all its beings, human or not. It is intended to present a viable alternative applicable to the disastrous tax model.

RESUMO

Busca analisar alternativas ao modelo de desenvolvimento que vem sendo imposto pela globalização a todos os países. O conceito faz parte da agenda política dos governos das mais variadas Nações. O modelo é eurocentrista e neocolonialista, na medida em que parte de que os países Europeus, ou “do centro”, se encontram no ápice de uma suposta evolução social humana e que os demais, ainda em vias de “desenvolvimento”, devem se submeter para “europeizarem-se”. Como alternativa, parte-se das recentes experiências constitucionais Equatoriana e Boliviana, que representam transição paradigmática do antropocentrismo para o biocentrismo, através do reconhecimento da Natureza (*Pachamama*) como sujeito de direitos e do estabelecimento de uma relação harmoniosa com a Natureza e todos os seus seres, humanos ou não. Pretende-se apresentar uma alternativa viável e aplicável ao desastroso modelo imposto.

KEYWORDS

Development Alternatives; Well-Living; Anthropocentrism; Biocentrism

PALAVRAS-CHAVE

Alternativas ao Desenvolvimento; Bem-Viver; Antropocentrismo; Biocentrismo.

Introdução

O processo de globalização que se encontra avançado e já consolidado, é fruto de um sistema que teve início com a colonização do Continente Americano e com o

¹⁶ Mestre em Direito Agrário, Universidade Federal de Goiás: adriano.vasconcelos.adv@gmail.com



estabelecimento do capitalismo colonial/moderno, de cunho eurocêntrico, como padrão estabelecido de poder mundial (QUIJANO, 2000, p. 201).

Uno de los ejes fundamentales de ese patrón de poder es la clasificación social de la población mundial sobre la idea de raza, una construcción mental que expresa la experiencia básica de la dominación colonial y que desde entonces permea las dimensiones más importantes del poder mundial. Dicho eje tiene, pues, origen y carácter colonial, pero ha probado ser más duradero y estable que el colonialismo en cuya matriz fue establecido. Implica, en consecuencia un elemento de colonialidad en el patrón de poder hoy establecido (QUIJANO, 2000, p. 201).

Assim, com a colonização do, então recém-descoberto, Continente Americano, as duas potências ultramarinas ibéricas: Espanha e Portugal, cada uma em seus respectivos territórios conquistados, trataram de impor relações entre sua própria gente, entre os habitantes originários da América e, mais tarde, entre os contingentes humanos trazidos da África e escravizados.

Paulatinamente, os papéis a desempenhar nas sociedades coloniais americanas foram se encaixando, de maneira arbitrária, mas com certa previsibilidade, de acordo com a “relevância” que era dada a cada indivíduo segundo sua posição social, étnica, influência e grau de importância para os interesses das Coroas.

Dessa forma, “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”. O critério de raça acabou por se constituir como “primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares, e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2000, p. 202).

Do ponto de vista eurocêntrico, formas de trabalho baseadas na escravidão e servidão (no imaginário unilinear da perspectiva cronológica de uma suposta evolução da sociedade europeia frente aos demais povos do mundo), fazem parte do passado. Ou seja, são próprias de períodos anteriores ao estabelecimento do capital e, portanto, pré-capitalistas. Entretanto, como pontua Aníbal Quijano:

En América la esclavitud fue deliberadamente establecida y organizada como mercancía para producir mercancías para el mercado mundial y, de ese modo, para servir a los propósitos y necesidades del capitalismo. Así mismo, la servidumbre impuesta sobre los indios, inclusive la redefinición de las instituciones de la reciprocidad, para servir los mismos fines, i.e, para producir mercancías para el



mercado mundial. Y en fin, la producción mercantil independiente fue establecida y expandida para los mismos propósitos (QUIJANO, 2000, p. 219).

Portanto, formas ditas “pré-capitalistas”, como servidão e escravidão, foram largamente utilizadas na América, mesmo após a independência política dos países latino-americanos, ao lado de outros instrumentos de cunho colonial, como base para o sistema de acumulação de capital a nível internacional.

A medida em que as estruturas de poder se fortaleciam, todos os traços da existência cultural dos povos colonizados passaram a ser apagados, ressignificados segundo a cosmovisão do colonizador.

Neste sentido, assinala Quijano (2000) que:

Ese resultado de la historia del poder colonial tuvo dos implicaciones decisivas. La primera es óbvia: todos aquellos pueblos fueron despojados de sus propias identidades históricas. La segunda es, quizás, menos óbvia, pero no es menos decisiva: su nueva identidad racial, colonial y negativa, implicaba el despojo de su lugar en la historia de la producción cultural de la humanidad (QUIJANO, 2000, p. 221).

Daí em diante, não apenas passaram a ser considerados como povos ou raças inferiores, e, portanto, fadadas à produção de uma cultura de “segunda classe”, desta imposição e ressignificação colonial se derivaram novas realocações em que tais povos passaram a representar o “passado”, espelhando o “primitivo”, enquanto que a Europa passou a ser identificada com o “moderno” (QUIJANO, 2000, p. 221).

No decorrer do Século XVIII, a ideia de progresso associado a mitos fundacionais da civilização europeia em oposição a um alegado estado de natureza e, portanto, selvagem dos povos colonizados foi ganhando força, servindo de base para teorias que sustentavam a perspectiva local europeia como o ápice da evolução social humana e que, diante disso, os demais povos estavam em vias de “desenvolvimento”. Assim todos os povos não europeus foram classificados como em um processo de “desenvolvimento” que ia do “primitivo ao civilizado”. “*En otras palabras, desde lo no-europeo/pre-europeo a algo que en el tiempo se europeizará o ‘modernizará’*” (QUIJANO, 2000, p. 225).

Os modelos de desenvolvimento econômico que se encontram em uso pela maioria dos países do mundo estão inseridos na lógica neocolonial global, reproduzindo sua



lógica colonial através dos arquétipos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” por meio dos quais classificam os países e suas populações segundo critérios hierárquicos.

O racismo e o sexismo como elementos da modernidade

Partindo do sistema de pertença hierarquizada, assinalado por Boaventura de Sousa Santos (1999), na modernidade capitalista tanto o racismo quanto o sexismo são modalidades de hierarquização e abarcam elementos tanto da desigualdade quanto da exclusão. Assim:

No caso do racismo, o princípio de exclusão assenta na hierarquia das raças e a integração desigual ocorre, primeiro, através da exploração colonial, e depois, através da imigração. No caso do sexismo, o princípio da exclusão assenta na distinção entre o espaço público e o espaço privado e o princípio da integração desigual, no papel da mulher na reprodução da força do trabalho no seio da família e, mais tarde, tal como o racismo, pela integração em formas desvalorizadas de força de trabalho. Por um lado, a etnicização/racialização da força de trabalho. Por outro, a sexização da força de trabalho” (SANTOS, 1999, p. 3).

Dessa forma, o sistema de desigualdade se encontra assentado no ideário de igualdade, o que explica a razão pela qual o contrato de trabalho se dá entre “partes livres e iguais”. Já o sistema de exclusão se assenta no essencialismo da diferença, seja ela a imposição de um padrão de normalidade ou o determinismo biológico da desigualdade racial ou social (SANTOS, 1999, p. 4).

Portanto, tanto a desigualdade quanto a exclusão comportam variadas gradações que se apresentam complexas e mais ou menos difíceis de se identificar, a depender da estrutura social em que estejam inseridas. Assim, *“quer a desigualdade, quer a exclusão permitem diferentes graus. O grau extremo de exclusão é o extermínio: o extermínio dos judeus e dos ciganos no nazismo, a limpeza étnica dos nossos dias. O grau extremo da desigualdade é a escravatura”* (SANTOS, 1999, p. 4). Neste contexto, explica Boaventura:

A desigualdade entre o capital e o trabalho, a exclusão do interdito, o racismo e o sexismo foram construídos socialmente enquanto princípios de hierarquização social no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas (...) Mas desde o início da expansão capitalista estes princípios de hierarquização e discriminação têm um outro espaço-tempo: o sistema mundial onde também desde sempre se misturaram



os princípios da desigualdade e de exclusão. Por um lado, a desigualdade pelo trabalho escravo; por outro, a exclusão pelo genocídio dos países indígenas” (SANTOS, 1999, p. 4).

Dessa forma, tanto a desigualdade quanto as exclusões sociais foram processos retroalimentados pelo avanço do sistema capitalista ao longo do tempo e ao redor do Globo. Assim, a modernidade (e com ela seu eixo desenvolvimentista), é ela própria geradora de desigualdade e exclusão, cumprindo papel exatamente oposto ao pregado por seus defensores.

Segundo o mesmo autor, o conceito de desenvolvimento capitalista se denota por meio do ideário de universalismo que pode se apresentar pela via anti-diferencialista ou diferencialista. A primeira nega as diferenças, buscando a homogeneização, a segunda é centrada no relativismo. Neste sentido, ambos processos “permitem a aplicação de critérios abstratos de normalização sempre baseados numa diferença que tem poder social para negar todas as demais ou para as declarar incomparáveis e, portanto, inassimiláveis” (SANTOS, 1999, p. 6). Assim:

No que diz respeito a desigualdade, a função consiste em manter a desigualdade dentro dos limites que não inviabilizem a integração subordinada. No que diz respeito à exclusão, a função consiste em distinguir, entre as diferentes formas de exclusão, aquelas que devem ser objeto de assimilação, ou pelo contrário, objecto de segregação, expulsão ou extermínio (SANTOS, 1999, p. 7)

Portanto, esclarece Santos (1999), o Estado tem que legitimar social e politicamente tal hierarquização, e o faz através de critérios tais como: “o louco”, o “criminoso perigoso” e o “não perigoso”; “o bom e o mau imigrante”; “o povo indígena bárbaro e o aculturável”, ou seja, busca-se identificar e reconhecer os “civilizáveis” e os “incivilizáveis” (SANTOS, 1999, p. 8).

Dessa forma, busca-se escalonar as diferenças e, então, identificar quais são “úteis” ao sistema e quais devem ser eliminadas por serem consideradas “perigosas”. Assim, o mesmo modelo de controle social que é responsável pela produção da exclusão e desigualdade, procura mantê-las nos limites funcionais, tudo em nome da perpetuação do sistema (SANTOS, 1999, p. 8), dando-se novas roupagens as relações que, antes coloniais, hoje se dão na desigualdade entre países centrais e países periféricos.



Portanto, as várias receitas de desenvolvimento que se encontram em uso pelos governos das mais variadas nações possuem o traço comum de manter determinados países, povos e setores dessas sociedades em dependência constante do mercado transnacional global e reféns dos interesses geopolíticos estratégicos das potências econômicas.

Sob o paradigma da modernidade, o conceito de desenvolvimento surge no pós-guerra. Dito isto, é necessário que se tenha em mente que “desenvolvimento” implica em um resultado a ser alcançado, resultado este mediado por valores específicos.

Portanto, o conceito de desenvolvimento é um padrão permeado de normas e valores que se encontram intrinsecamente ligadas às relações de poder e de construção de uma hegemonia. Dessa forma, se faz necessário identificar quem estabelece o “dever ser” que constitui a espinha dorsal do ideário desenvolvimentista e como os dominados assumem, e ressignificam esses sentidos (LARREA, 2010, p. 17).

Desde el hegemon, todo aquello que no puede ser estructurado dentro de este deber ser pasa a ser desvalorizado, invisibilizado y desconocido. Se construye entonces, la idea del subdesarrollo, con una carga valorica que tiene que ver con ele atraso, lo no deseado, aquello que deve ser superado, desconociendo la riqueza de la diversidad identificada com los sectores subalternos, como eje constitutivo de nuestras sociedades. Desde la perspectiva de construccion de sentidos del campo del desarrollo y del subdesarrollo se construye un régimen de verdad que invisibiliza a las grandes mayorias de nuestra poblacion” (LARREA, 2010, p. 17)

Dessa forma, esse “regime de verdade” que é imposto aos países ditos “subdesenvolvidos”, é racista e sexista, por invisibilizar povos, culturas, crenças, religiões, cosmovisões, lutas, histórias, e todo um passado próprio e único, com o claro intuito de estabelecer um padrão civilizatório próprio da modernidade.

O bem-viver como alternativa aos modelos de desenvolvimento

Na cosmovisão indígena andina, o “bem-viver”, acepção latina que se dá aos termos “*sumak kawsay* ou *suma qamaña*”, se estende para lá de questões religiosas ou filosóficas. Diz respeito à criação e manutenção das diversas formas de vida que convivem nos mais variados ecossistemas do planeta Terra, por eles conhecido como “Pachamama”.

Interessante ressaltar que o termo atualmente em voga “Pachamama”, é uma junção do vocábulo “*Pacha*”, originário da língua *kolla-suyu*, e que remete a ideia de “universo”, “mundo”, “pertencimento”, e o vocábulo “*Achachi*” que, com o passar do tempo,



e sob a influência cultural, política, religiosa, etc, dos conquistadores espanhóis, foi mutacionando-se para “Mama”, termo latino para “mãe”, “terra”, remetendo a Nossa Senhora, representando clara influência do Catolicismo (PAREDES, 1920, p.38).

Assim, “Pachamama” é tudo aquilo que nos rodeia e do qual nossa própria matéria faz parte, significando a Natureza, o universo, a vida em toda a sua acepção.

No que diz respeito à forma como as pessoas se enxergam e veem o mundo nas sociedades indígenas equatorianas, por exemplo, Alberto Acosta (2008, p. 1) aponta a ausência de modelos de desenvolvimento. Isso quer dizer que para estes povos, não há sentido em se estabelecer um processo de “antes” e “depois” como sinônimo de evolução social, tal qual as acepções modernas de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”.

Neste sentido, Vasconcelos (2019) aponta que na cosmovisão indígena andina inexistem, como na cosmovisão moderno-ocidental, categorias de estágios ou formas de medir a qualidade da vida por meio de acréscimo ou decréscimo de bens materiais ou com base em padrões econômicos (VASCONCELOS, 2019, p. 94).

A cosmovisão do bem-viver presente nas Cartas Constitucionais do Equador e da Bolívia, não rejeita ou nega a importância dos avanços tecnológicos e desenvolvimentos científicos, e nem considera indesejável o acesso a bens e serviços advindos do modelo de sociedade moderna, mas sim busca o necessário equilíbrio entre os modos de ser, sentir, produzir, comercializar e consumir, próprios da modernidade, e a proteção integral ao espaço da vida.

O uso indiscriminado da Natureza pelo ser humano tem resultado em severas alterações no clima do planeta Terra. Tais consequências chamam a atenção para a urgência da necessidade de se mudar o rumo das intervenções antrópicas no ambiente.

O estilo de vida moderno, com seus excessos, tem dado claras mostras de que a forma e intensidade com que o ser humano vem intervindo nos sistemas regulatórios da vida são responsáveis pelo esgotamento dos solos, contaminação do ar, águas, desaparecimento de espécies, e de ecossistemas inteiros, dentre outros inúmeros danos ao sistema mantenedor da vida terrestre.



Neste sentido, Acosta (2008) aponta que o crescimento material infinito poderia dar causa a um tipo de “suicídio coletivo”, em consequência do aquecimento da atmosfera, da deterioração da camada de ozônio, pela perda de biodiversidade agrícola e silvestre, bem como pela contaminação de fontes de água potável, dentre tantas outras consequências fatais para a manutenção da vida humana e não humana no planeta (ACOSTA, 2008, p. 2), o que demonstra a necessidade da adoção de um modelo (ou modelos) de economia não destrutiva.

Vasconcelos (2019) aponta que o desenvolvimento econômico deve ser entendido como um meio, dentre tantos outros, para se atingir a satisfação plena das necessidades humanas e dos demais seres, com a necessária compatibilização das atividades econômicas com o respeito integral ao espaço da vida. Assim: *“sua função social deve ser ecologizada, voltada para a promoção do bem-estar (não apenas econômico) das populações, tal qual o bem viver nas constituições equatoriana e boliviana”* (VASCONCELOS, 2019, p. 109).

Acerca da economia tradicional do desenvolvimento, Amartya Sen (1985) afirma que as limitações que advêm deste modelo econômico não se dão necessariamente pela escolha dos meios para se alcançar o crescimento, mas sim pelo reconhecimento insuficiente de que o modelo de desenvolvimento econômico não é um fim em si mesmo mas sim um meio para se chegar a outros fins (SEN, 1985, p. 944). Inclusive, alerta o citado autor, os modelos que buscam o crescimento econômico nem mesmo poderiam ser entendidos como os meios mais eficientes quando se trata do campo das capacidades das gentes.

Dessa forma, os fins a serem atingidos pelas intervenções econômicas na Natureza devem mirar o pleno desenvolvimento das capacidades humanas, por um lado, e o menor impacto possível (resultante dessas intervenções) por outro. Em suma, deve-se buscar a satisfação das necessidades humanas sem que, para isso, se sacrifique o bem estar (ou mesmo a existência) de outras espécies.

Entretanto, o que se tem verificado é que o conceito tradicional de desenvolvimento econômico não se preocupa, ou preocupa-se muito pouco, com critérios que representam faces importantes das vidas das pessoas, como soberania alimentar (e não apenas segurança alimentar), a busca por realizações pessoais e comunitárias (para além das educacionais e profissionais), ou a busca pela melhora dos níveis de felicidade das pessoas.



Sen (1985), ao falar das capacidades das pessoas, afirma que o processo de desenvolvimento econômico deve ser tratado como o processo de aumento da capacidade das pessoas, de forma que haja uma relação equilibrada entre os direitos e as possibilidades de materializá-los (SEN, 1985, p. 945).

Portanto, desenvolvimento não é um fim em si mesmo, mas um caminho possível para o progresso da humanidade. Entretanto, os modelos desenvolvimentistas que têm sido postos em prática têm revelado ser devastadores para as pessoas e a Natureza de todo o globo, por se fixarem em critérios economicistas e de produtividade, deixando o bem-estar físico, psicológico, social e natural sem qualquer atenção.

Ana Maria Larrea (2010) alerta que as inúmeras “receitas” para se alcançar o desenvolvimento, prometido pelos modelos de desenvolvimento econômico, têm levado a uma crise planetária sem precedentes, o que deixa claro que tal modelo é insustentável, apontando para a necessidade de se romper com a rota extrativista e devastadora para os países do Sul Global, bem como com as relações comerciais desiguais entre nações, e os padrões de consumo ilimitados que, caso persistam, levarão ao colapso dos sistemas de manutenção da vida do planeta ao não permitir sua capacidade de regeneração (LARREA, 2010, págs. 15/16).

Neste contexto, Vasconcelos (2019) alerta que:

Aos padrões de consumo ilimitados da modernidade se poderia atribuir a pecha de esquizofrênicos, frente a sua aparente cegueira não biológica, mas igualmente patológica, para os resultados maléficos óbvios e reiterados de seus comportamentos. As sociedades modernas, no que pese as evoluções técnicas e informacionais que se sucederam, não parecem enxergar um mundo para além daquele desenhado segundo o modelo de Estado monista, antropocêntrico, hierárquico, instrumental-mecanicista, mercadocêntrico, e neocolonialista, autocentrando-se num modelo de sociedade identificada com a subjetivação de instituições ligadas ao Estado e ao mercado, ao passo que objetifica a Natureza e, em certa medida, os próprios seres humanos quando considerados “inferiores” sob a lógica do paradigma desenvolvimentista internacional. (VASCONCELOS, 2019, p. 20).

Assim, um dos caminhos possíveis, por via de importante mudança paradigmática, diz respeito ao questionamento ao próprio conceito de desenvolvimento e a busca de novas epistemologias baseadas nas cosmovisões dos povos ancestrais latinoamericanos, suas lutas emancipadoras e teorias críticas (LARREA, 2010, p. 15).



Neste contexto, o novo constitucionalismo latino-americano surge como verdadeira alternativa ao conceito economicista de desenvolvimento, haja vista que sua lógica opera para além das amarras do paradigma antropocentrismo-capitalista.

Assim, o “bem-viver”, expressão máxima ao se descrever a forma de viver e se relacionar com a Natureza, e os demais seres, humanos ou não, apresenta-se como o ponto de partida para a organização da sociedade e do próprio Estado Nacional, ao quebrar a hierarquia existente entre seres humanos e não humanos, e pô-los em igualdade, reconhecendo e respeitando seus direitos e necessidades como sujeitos de direitos.

Como experiências materializadas no campo político-jurídico, podemos apontar as Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia, de 2009. Neste sentido, destaca-se o artigo 71 da Carta Constitucional Equatoriana em que deixa claro que a Natureza não é vista como uma reserva econômica ou para a sobrevivência da espécie humana, mas como um ser vivo e reconhecida como sujeito de direitos:

Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda (ECUADOR, 2008).

O artigo 72 da mesma Carta deixa mais claro que o respeito à Natureza se deve não aos prejuízos que o contrário possa causar aos seres humanos, mas sim em razão de sua dignidade.

Art. 72.- La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de Indemnizar a los individuos y colectivos que dependen de los sistemas naturales afectados (ECUADOR, 2008).

Quanto a Constituição Boliviana, fundamental destacar como princípios do Estado, o disposto em seu artigo 8º

Artículo 8.
I – El estado asume y promueve como principios etico-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso no seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kawi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble)” (BOLÍVIA, 2009).



Portanto, em ambas Constituições, resta claro que o *status* de sujeito de direitos é assegurado à Natureza, garantindo que qualquer indivíduo, ou coletividade, tenha legitimidade para litigar em juízo *em nome da Natureza*, pois que os direitos são dela e não dos humanos que em nome dela demandam (ZAFFARONI, 2001, p. 52).

O bem viver, representado nas citadas Constituições, busca o estabelecimento de formas não utilitaristas ou mercantilistas de relações entre seres humanos, demais seres vivos e a Natureza como um todo, mirando uma via alternativa e à imposta pelo paradigma da modernidade e seu modelo desenvolvimentista, servindo de clara demonstração de que é possível (e desejável) trilhar por caminhos verdadeiramente sustentáveis.

Conclusão

O atual modelo de desenvolvimento que vem sendo (im)posto em prática no mundo todo tem levado ao esgotamento da Natureza e a extinção de inúmeros seres vivos. No centro deste “estilo de vida” se encontra o paradigma da modernidade, que impõe modelos de produção, uso, acumulação e consumo

O carro-chefe da modernidade se traduz pelo modelo sócio-econômico desenvolvimentista, que parte da perspectiva de que o Continente Europeu (ou mais precisamente os países centrais) é o ápice de uma suposta evolução da sociedade humana, e que, neste caminho evolutivo, os demais países e povos do Globo estão ainda em “desenvolvimento” (ZAFFARONI, 2010, p. 126).

Dessa forma, se impõe aos países “em desenvolvimento”, que percorram uma via ditada pelos países desenvolvidos, em que os primeiros devem se submeter a uma série de regras para que se “desenvolvam”.

Diante deste quadro, a quebra paradigmática do antropocentrismo para o biocentrismo representa a inversão da lógica utilitarista que enxerga e trata o meio ambiente como mero recurso ao bem-estar (que é diferente de bem-viver) do ser humano, e que trata os demais seres como inferiores, própria das sociedades capitalistas modernas e de seu modelo desenvolvimentista.

Aponta ZAFFARONI (2011) que:



No se trata tampoco de limitar esos derechos a los animales, sino de reconocerlos a las plantas y a los seres microscópicos en tanto formamos parte de un continuo de vida, e incluso a la materia aparentemente inerte, que no estan inerte como parece (ZAFFARONI, 2011, p. 36).

Diante disso, o bem-viver, forma de se relacionar com os seres e com a própria Natureza, constitucionalizado através do novo constitucionalismo latino-americano, apresenta-se como importante instrumento jurídico contra o eurocentrismo e as práticas neo-coloniais típicas da relação “centro/periferia” e de seu modelo desenvolvimentista, representando resposta plural, participativa e democrática (MAGALHÃES, 2008, p. 203).

Neste sentido, afirma Agustin Grijalva Jimenez (2008) que:

El constitucionalismo plurinacional debe ser un nuevo tipo de constitucionalismo basado em relaciones interculturales igualitarias que redefinan y reinterpreten los derechos constitucionales y reestructuren la institucionalidad proveniente del Estado Nacional. El Estado Plurinacional no es, o no debe reducirse a una Constitucion que incluye un reconocimiento puramente culturalista (...), sino un sistema de foros de deliberacion autenticamente democrática” (GRIJALVA, 2008, p. 50-51).

Aliada a esta proposta paradigmática, se encontra a cosmovisão do biocentrismo que identifica na personificação da Pachamama, representada pela Natureza, um ser vivo e sujeito de direitos, o que faz necessário a revisão da forma como o ser humano se relaciona com o ambiente natural que o rodeia e com os demais seres vivos.

Dessa forma, o *sumak kawsay/suma qamaña*, ou “bem viver”, passa a ser o paradigma norteador da relação humano/natureza. Neste sentido:

La naturaleza puede ser usada para vivir, pero no suntuariamente, es decir, para lo que no es necesario. La infinita creacion de necesidades artificiales que sostienen el crecimiento ilimitado del consumo estaria limitada por el criterio del *sumak kawsay*” (ZAFFARONI, 2010).

Portanto, as recentes experiências constitucionais Equatoriana e Boliviana têm demonstrado a possibilidade real de caminhos que levem a alternativas aos modelos de desenvolvimento até então postos em prática, e não apenas variações de tais modelos.

Desta forma, estar-se-ia trilhando a via do “bem viver”, inserindo-se na macrovisão holística acerca da interação entre o ser humano, demais animais, e a Natureza, assimilando a lógica da interculturalidade entre seres, povos, etnias, culturas, etc, buscando uma fusão epistemológica entre os saberes tradicionais e a ciência clássica, com vistas a se



atingir o bem comum (SOUSA SANTOS, 1999, pg. 23-71) e a superação de um modelo voltado para a mercantilização do solo, da água, dos seres, das gentes, em suma, da própria vida.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. **Ecuador debate**, v. 75, n. 1, p. 33-48, 2008. Disponível em: http://www.otrodesarrollo.com/buenvivir/Ecuador_Debate_dic.2008.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2017.

BOLÍVIA. **Constitucion Política del Estado**. La Paz: Congreso Nacional, 2009. Disponível em: <https://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/ncpe_cep.d.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

ECUADOR. **Constitucion Política de la República del Ecuador**. Riobamba: Congreso Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acesso em: 29 de julho de 2017.

GRIJALVA, Agustin, El Estado Plurinacional e Intercultural em la Constitucion Ecuatoriana de 2008. In **Ecuador Debate 75**. Quito – Ecuador, Diciembre de 2008, p. 49-62. Disponível em: < <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4170/1/RFLACSO-ED75-04-Grijalva.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

LARREA, Ana María. **La disputa de sentidos por el buen vivir como proceso contrahegemónico**. Los nuevos retos de América Latina. Socialismo y sumak kawsay”. SENPLADES, Quito, p. 15-27, 2010. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2012/info/docs/SocialismoYSumakKawsay.pdf#page=15>>. Acesso em: 23 de julho de 2017.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Plurinacionalidade e Cosmopolitismo: a diversidade cultural das cidades e diversidade comportamental nas metrópoles. In **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória**, nº 7, p. 203 a 216, jan/jun de 2010. Disponível em: <



<https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/83/79>>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45925192/Anibal-Quijano_Colonialidad_del_poder__eurocentrismo....pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1502481809&Signature=%2Bf3spyMI7uO0Mig1t1g8c3oHU7c%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DColonialidad_del_poder_eurocentrismo_y_A.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

PAREDES, M. Rigoberto, Mitos, supersticiones y supervivências populares de Bolivia. LaPaz: Arno Hermanos, 1920.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. 1999. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/11020/1/A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Multicultural%20da%20Igualdade%20e%20da%20Diferen%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2017.

SEN, Amartya; “Cuál es el camino del desarrollo”. In **Comercio Exterior**, volume 35, Nº 10, México, outubro de 1985. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/299/2/RCE2.pdf>>. Acesso em: 5 de agosto de 2017.

VASCONCELOS, Adriano Ermerson Oliveira. O estudo de impacto ambiental nas atividades agrárias sucroalcooleiras no estado de Goiás: Uma análise em perspectiva biocêntrica do bem viver. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9362/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Adriano%20Ermerson%20Oliveira%20Vasconcelos%20-%202019.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2019.

ZAFFARONI, Euggenio Raúl. **La Pachamama y el humano**. Buenos Aires: Colihue, 2011. Disponível em: <http://therightsofnature.org/wp->



content/uploads/pdfs/Espanol/Zaffaroni_Pachamama_Humano_s.f..pdf>. Acesso em
08/08/2017.



UM OLHAR CRÍTICO À PARTICIPAÇÃO LIVRE, PRÉVIA, INFORMADA E CONSENTIDA: O LUGAR DOS CONFLITOS E DOS CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEIS

A CRITICAL LOOK AT PREVIOUS, INFORMED AND CONSENTED PARTICIPATION: THE PLACE OF CONFLICTS AND THE COSTS OF PARTICIPATION IN THE MANAGEMENT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT PROJECTS

Vilma De Fátima Machado¹⁷
Ricardo Barbosa De Lima¹⁸
Leonilson Rocha Dos Santos¹⁹

ABSTRACT

This work deals with participation and its implications in the processes of mitigating the impacts of development projects. Specifically, the limits of the "informed and consented" participation of social groups affected by development projects, for their planning, implementation, monitoring and management. It reflects on what is and how the cost of citizen participation can be calculated (the construction of the collective participation of individuals and or social groups). It recognizes the multiplicity of ways to participate, in the diversity of forms and intensities of doing so, including actions guided by the principles of sustainability. It confronts the plasticity of the development model, far from a principle that generates alternatives to what it denounces unsustainable.

RESUMO

Este trabalho trata da participação e de suas implicações nos processos de mitigação dos impactos dos projetos de desenvolvimento. Especificamente, dos limites da participação "informada e consentida" de grupos sociais atingidos pelos projetos de desenvolvimento, para o seu planejamento, implantação, monitoramento e gestão. Reflete sobre qual é e como pode ser calculado o custo da participação cidadã (a construção da participação coletiva dos indivíduos e ou grupos sociais). Reconhece a multiplicidade das formas de participar, na diversidade das formas e intensidades de se fazê-lo, inclusive, em ações orientadas pelos princípios da sustentabilidade. Confronta a plasticidade do modelo de desenvolvimento, muito longe de um princípio gerador de alternativas ao que denuncia insustentável.

KEYWORDS

Participation; conflicts; Development

PALAVRAS-CHAVE

Participação; conflitos; desenvolvimento.

¹⁷ Doutora em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Goiás: vilmafmachado@gmail.com

¹⁸ Doutor em Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal de Goiás: ricardo.ufg@gmail.com

¹⁹ Mestre em Direito Agrário, Universidade Federal de Goiás: rocha.leonilson@gmail.com



Introdução

O final do século XX foi particularmente rico em alertas sobre os desafios que se desenhavam para a sociedade contemporânea: das distensões entre Leste-Oeste às desigualdades entre Norte-Sul; das promessas de um mundo livre e sem classes a um mundo cada vez mais excludente; do fim dos colonialismos à consolidação do Império; da possibilidade do desastre nuclear à materialidade do aquecimento global.

Sobre esse solo de dilemas, limites e ameaças, o século XXI revela-se, de início, mais violento, intolerante. Esse cenário, por vezes, confronta a promessa de um mundo virtuoso fundada nas possibilidades que o desenvolvimento da sociedade moderna (do Estado, da ciência, da democracia, da tecnologia) abriria ao futuro: a efetivação do ideal moderno de uma sociedade da afluência e da autonomia.

No centro desse debate estão os ideais de realização de uma cidadania plena e do desenvolvimento, virtuoso e ilimitado. Enquanto o primeiro, impoluto, tem se deslocado para um horizonte cada vez mais distante, a noção de desenvolvimento vem sendo ressignificada, e disputada pelos mais variados agentes sociais: na academia; no interior de instituições ligadas ao aparato estatal; em organizações multilaterais, não-governamentais. Em todos esses espaços há diferentes aproximações, que vão desde a reivindicação “do direito ao desenvolvimento” à crítica aos problemas decorrentes das tentativas de sua efetividade, ou por vezes, “pelo direito de não consentir”, “desconstruir” ou rechaçar o desenvolvimento projetado.

Para tanto, e, nos limites deste artigo, escolhemos problematizar o conceito (ou como firma os documentos legais: o princípio) da “participação”. Haja vista que este é o garantidor de qualquer possibilidade de um mínimo de efetividade do “derecho a la consulta y consentimiento previo, libre y informado”.

Advogaremos que grande parte da legislação que busca regular e assegurar os direitos das populações atingidas pelos projetos de desenvolvimento (grandes ou pequenos), apesar dos consensos expressos positivamente no avanço normativo e semântico que ostentam, ainda portam e defendem uma visão limitada e instrumental de participação. Isso se daria, inclusive, em documentos defendem o “direito ao desenvolvimento sustentável” e o “princípio da participação” das populações atingidas, como se a participação cidadã, que



se sustenta pela busca de autonomia, pudesse ser regulada e normatizada pela proclamação positiva desse direito.

Procurar-se-á não dissociar essa discussão teórica da busca de se reduzir as desigualdades provocadas pelas assimetrias de acesso: a justiça, a ciência e a tecnologia, ao espaço público, ao consumo. Para tanto, o desafio analítico não deve limitar-se ao desvelo de como as “agendas de desenvolvimento” parecem desconhecer as especificidades e as diferenças sociais, culturais e ambientais de grupos, populações e regiões para os quais foram dirigidas. Antes de tudo, devemos estranhar a qualidade dos poucos consensos (e suas materializações positivas legais e formais) que foram construídos em torno projetos de desenvolvimento atentos ao “derecho a la consulta y consentimiento previo, libre y informado” das populações atingidas. Estranhar antropologicamente, no sentido de distanciarmos daquilo que hoje entendemos como conquistas formais que dizem buscar garantir pelo consentimento das populações atingidas o direito ao desenvolvimento, e nunca permitir a construção de alternativas ao desenvolvimento.

Uma vez que só pode ser tomado como sujeito de direitos aqueles grupos que se afirmam como tal. O momento, as condições e a forma como participam é que darão os limites e possibilidades de reafirmarem a singularidade por a qual dão relevo a sua humanidade. Sem essa visão crítica, avaliamos que, o conceito de “diversidade cultural” e o “princípio da participação” perdem, não somente em força analítica, mas ao contrário do que postulam, passam ser tomados como postulados formais e vazios de conteúdo. Isso porque o direito de existir será, nesses limites, sempre o direito mitigar e adaptar as externalidades negativas que tornam insustentáveis ao seu modo de vida. Sempre a serviço de alternativas de desenvolvimento e nunca a serviço de alternativas ao desenvolvimento.

Para tanto, é por meio de três questões que este trabalho busca se aproximar criticamente do conceito de participação e de suas implicações nos processos de mitigação dos impactos dos projetos de desenvolvimento, ou seja, da sua gestão participativa: 1) quais são os limites da participação “informada e consentida” de grupos sociais atingidos pelos projetos de desenvolvimento, para o seu planejamento, implantação, monitoramento e gestão? 2) a presença insistente de conflitos em torno da participação dos grupos atingidos sempre assume contornos de um fator social puramente negativo, isto é, um fator dificultador



da efetivar essa mesma participação? 3) Qual é e como pode ser calculado o custo da participação cidadã nos projetos e programas e, inclusive, ações norteadas pelos princípios da sustentabilidade?

Para tanto, na sua primeira parte, procurar-se-á traçar uma linha que liga o modelo ocidental de desenvolvimento (particularmente aqueles que se postulam sustentáveis) e de participação dos grupos atingidos e/ou envolvidos. Retomaremos a relação da gestão e da participação nos processos produtivos e na implementação de políticas públicas para chegarmos ao atual conceito de gestão participativa dos projetos de desenvolvimento e dos seus impactos sócio-culturais e ambientais. Depois, se destacará a centralidade do conceito de participação, diante da meta sustentabilista de fundar e implementar novas práticas coletivas que reordenem as ações humanas em relação a justiça ambiental, em especial, analisando como os especialistas vêem a participação e conflitos entre grupos sociais no processo de tomada de decisão ambiental.

Feita essa contextualização histórica e conceitual, aproximaremos teoricamente das três questões que recortam nosso trabalho. Com Georg Simmel, procuraremos destacar a natureza sociológica do conflito, qual seja, pensá-lo como uma forma de sociação, de interação entre as pessoas geradoras de novas formas de sociação, e não somente como dissociação. Já com Mancur Olson, buscaremos entender a lógica da ação coletiva, ou melhor, como os grupos sociais calculam os custos da participação social.

Por fim, nas considerações finais, pretende-se apontar como essas duas leituras possibilitam problematizar o princípio da participação como portador de uma potencialidade de novas formas de organização e controle social.

Desenvolvimento, sustentabilidade, e gestão da participação: uma pequena história crítica do encontro dessas definições e conceitos

As últimas três décadas do século passado indicaram e demonstraram que os problemas socioambientais e culturais decorrentes das políticas e planos de desenvolvimento, não poderiam ser tratados distante de suas raízes, fincadas no desenvolvimento tecnológico e econômico das sociedades contemporâneas. Essa configuração do problema, que colocava no mesmo barco conservação/preservação ambiental, promoção do desenvolvimento socioeconômico nacional e reconhecimento dos direitos dos grupos locais diretamente



atingidos, impôs que o tratamento das dessas políticas “não poderia ser mantido permanentemente à margem de processos de ação coletiva e de organização econômica.” (GODARD, 1997, p. 201).

De forma que, as discussões em torno das tentativas de união do binômio “desenvolvimento” e “sustentabilidade” e, em particular, sobre as clivagens abertas por suas dimensões culturais e sociais, começam a definir os seguintes contornos generalistas: promover o desenvolvimento sustentável é gerar, socialmente, uma nova forma de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico e preservação ambiental, ao mesmo tempo em que diminua as distâncias e desigualdades sociais, respeite a diversidade cultural e garanta condições e qualidade de vida para as futuras gerações. Mais ainda, a participação cidadã no processo de formulação, tomada de decisão, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos que visem ao desenvolvimento (e a sua sustentabilidade) e à sua gestão coletiva, é posta como uma condição *sine qua non* para que esta seja efetiva e duradoura. Para James Wolfensohn, “a participação conta não só como um meio de melhorar a eficácia do desenvolvimento, como sabemos de estudos recentes, mas como chave para a sustentabilidade de longo prazo...” (*apud* WEISS, 2000, 12).

Nesse sentido, as políticas e projetos que postulam a sustentabilidade do desenvolvimento tem na garantia e na manutenção da participação das comunidades, em todas as fases de sua elaboração e de sua implementação, um de seus maiores desafios. Entretanto, mesmo os projetos que se orientam fundamentalmente no sentido de incrementar o capital social dos grupos envolvidos, tais como, os fundos sociais e ambientais, têm apresentados resultados ainda incipientes. Segundo levantamento feito por Weiss (2000) das características de fundos sociais criados pelo Banco Mundial até o ano 2000, somente 27% dos projetos financiados ou administrados pelo Banco apresentou aumento da participação das comunidades envolvidas.

Por outro lado, quando se consegue um bom nível de adesão e “comprometimento” e “consentimento” das populações, comunidades e ou grupos sociais aos projetos (seja na implementação de programas, projetos e atividades ou na avaliação dos possíveis impactos socioambientais), o conflito entre esses grupos ou entre os grupos, as



agências e ou os proponentes (públicos ou privados), aparece como um fator complicador do processo de participação. Como bem anota Canter (1998, p. 737-738),

Los conflictos pueden aparecer por las estrategias de gestión de los recursos, por los impactos ambientales previstos de nuevos proyectos y/o planes de desarrollo económico, por el funcionamiento de proyectos existentes (como presas) y por la restauración ambiental asociada a la recuperación de recursos ambientales degradados. Los temas objeto de conflictos son a menudo científicamente complejos, técnicamente complicados y altamente inciertos. [grifos nossos]

Antes de levarmos a cabo a problematização dos conceitos de participação e conflito, faz-se necessário darmos um passo atrás. No próximo apartado discorreremos, de maneira breve e sucinta, o caminho pelo qual acabamos nos aproximamos da noção de gestão, qual seja: como este conceito cruza os portões das grandes organizações industriais e se estabelece como um conceito central na imbricação de políticas públicas de desenvolvimento socio-econômico-cultural-ambiental?

Uma aproximação semântica

Hoje o termo gestão aparece sem maiores dificuldades no campo das políticas públicas, mas historicamente o seu emprego origina-se no domínio do privado, especialmente como um conceito jurídico administrativo. Via de regra, ainda hoje, os dicionários da Língua Portuguesa, anunciam esse entendimento. Para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, gestão provém do latim *gestione* e significa “1. Ato de gerir; gerência, administração. Gestão de negócios. Jur. 1. Administração oficiosa de negócio alheio, sem mandato ou representação legal” (1999, p. 685).²⁰ Godard (1997) resgata precisamente esse sentido. Para esse autor francês, a formulação original de gestão – administrar “bens possuídos por um proprietário” – contém duas ideias importantes:

- (...) a. Esses bens são suscetíveis de serem apropriados por pessoas, mas eles podem ser separados dessas pessoas a ponto de sua administração poder ser confiada a um terceiro;
- b. repousando sobre uma relação entre um sujeito (o titular do direito de propriedade ou seu representante legal) e um objeto (o bem possuído), a relação de gestão pressupõe que o vir-a-ser do objeto, incluindo-se aqui sua destruição,

²⁰ O Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, traz o mesmo sentido ao termo: “1. Ato de gerir. 2. Administração, direção. G. de negócio: administração oficiosa de negócio alheio, feito sem procuração.” (Michaelis, 1998:915)



submete-se aos projetos, usos e preferências do sujeito, o que manifesta a concepção plenamente desenvolvida do direito de propriedade que é, de forma última, um direito de destruir (RÉMOND-GOUILLOUD, 1989 apud GODARD, 1997, p. 209)

Hoje, quando se formula o conceito de gestão, particularmente no campo do desenvolvimento sustentável, se anuncia muito mais do que a simples gerência de bens privados por um terceiro sem mandato, sem procuração ou representação legal. Primeiro, via de regra, a gestão ambiental dos projetos de desenvolvimento, diz de empreendimentos que interessam à vida pública. Por outras tantas, mesmo quando se tratar de avaliação de projetos ‘privados’ ou de bens particulares, avalia-se seus impactos externalizados, seu interesse coletivo. Em projetos, planos e atividades pautadas pelas diretrizes do conceito de desenvolvimento sustentável [21], o emprego do termo gestão parece deixar a raiz *gerir* e se aproxima do significado de *gestar*. Não se restringindo mais à *gerência* de bens particulares (ou públicos), mas também ao planejamento, à discussão pública, à implantação, ao monitoramento e à avaliação de planos, programas e atividades, isto é, de gestão – da gestão coletiva – de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Como se pôde notar, a migração do termo *gestão* do espaço da administração e direção de bens particulares ao espaço da administração de bens públicos, impõe não só a assunção de novos princípios, mas também uma ressignificação, uma composição ou, no limite, uma oposição entre *gerir* e *gestar* [22]. A gerência dos interesses e dos bens particulares, apontada por Godard (1997) como a capacidade de submeter os projetos e usos à vontade do sujeito, implicando, inclusive, a possibilidade da própria destruição do objeto da gestão, passa a ser entendida como a gestão de políticas que buscam orientar opções de desenvolvimento, em resumo, planejando, implementando e avaliando programas e projetos

²¹ Neste trabalho, quando nos referimos ao substantivo desenvolvimento e ao adjetivo sustentável, temos em mente a matriz conceitual estabelecida por Sachs (1993, 37), especialmente o que o autor aponta como sendo as cinco dimensões do ecodesenvolvimento: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial, sustentabilidade cultural.

²² Abre-se aqui uma perspectiva interessante de aprofundamento desse debate semântico: a discussão sobre signo e significado aproxima a discussão de gestão à lente analítica da semiótica (Ver PEIRCE, 1977). Mas esse já seria mote para outro trabalho



locais e nacionais^[23] que buscam integrar meio ambiente, desenvolvimento e direitos dos grupos envolvidos no processo decisório (Bursztyn e Bursztyn, 2000). Lá o gerenciamento de bens particulares, aqui a gestão (gerenciamento, monitoramento e avaliação) de interesses e bens públicos:

A gestão constitui agora o cerne onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e ao ordenamento e àqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação da qualidade ambiental. Ela está sendo introduzida em todas as áreas: gestão dos equilíbrios naturais, gestão dos povoamentos, gestão dos recursos naturais, gestão do espaço, gestão dos recursos genéticos etc. (Godard, 1997, p. 214)

Mas, antes de chegar ao domínio das políticas públicas, foi na atividade empresarial que o significado de gestão teve a sua primeira extensão.

O domínio tradicional de aplicação desse conceito é aquele relativo aos bens materiais, móveis, ou imóveis, resultantes de uma atividade de produção ou necessitando um trabalho para serem mantidos em seu estado útil. É este sentido que vai ser sistematizado na análise de atividades empresariais, onde ocorre uma primeira extensão de seu significado: os objetos da gestão constituem o conjunto dos fatores materiais e imateriais, (os ativos financeiros, uma imagem de marca...), humanos e não-humanos, que concorrem para a realização de uma certa performance econômica, expressa em termos de produtos vendidos no mercado ou de serviços prestados. (GODARD, 1997, p. 214)

Aqui, será a apropriação desse primeiro alargamento do conceito de gestão: a gerência dos negócios das grandes corporações, que vai nos interessar. Particularmente, no que tange à formulação e incorporação aos modelos de gestão da atividade empresarial, de propostas de co-gestão (capital-trabalho) e, em decorrência dessas propostas de gestão compartilhada, de técnicas de controle da participação. De forma que, antes de qualquer vinculação conceitual entre participação e desenvolvimento sustentável (economia e meio ambiente), o conceito de gestão foi incorporado ao mundo da produção.

²³ Sobre a relação entre projeto nacional e visão ecológica da economia, entre projeto nacional e natureza, ver o texto seminal de Pádua (1997).



A gestão da produção e participação

A gestão vista pela administração é tida como a própria gerência do bem econômico, envolvendo todo o processo administrativo na busca de atingir as metas e os objetivos traçados (de planejamento, de organização, de produção, de rentabilidade, de comercialização). A essa visão administrativa e produtivista do processo de gestão, opõe-se, segundo Garay (1997), uma visão crítica. Para esses críticos, “[...] sob a bandeira da racionalidade, objetivando o aumento da produtividade, justificar-se-ia a natureza da relação de subordinação entre capital e trabalho” (GARAY, 1997, p. 101). Assim, o controle do processo de gestão é que passa a ser o centro das disputas e preocupações no mundo do trabalho.

Paulatinamente esse embate entre as formas de organização e as formas de controle do processo produtivo ganhou corpo e novos contornos. A cada mudança ou incremento no sistema produtivo (crescimento, expansão, complexidade), a gestão incorporava mecanismos de administração que conduzissem a uma maior eficiência produtiva e um maior controle do processo de trabalho.

Vejamos alguns exemplos indicados por Garay (1997). A *Escola das Relações Humanas*, passou a conceber o trabalhador como um ser social. Assim, do ponto de vista da produção, passa-se dos incentivos econômicos aos psicossociais: “introduziram-se novas formas de dominação mais sutis, minimizando-se as coerções com base no entendimento das ‘motivações humanas’, sempre com a justificativa econômica do aumento de produtividade” (Garay, 1997, p. 103). A *Abordagem Estruturalista da Administração*, sustentada pela preponderância da máquina burocrática e nos princípios da dominação racional-legal, buscou garantir um maior controle sobre a disciplina do trabalhador. Já a *Escola Comportamentalista da Administração*, centrou suas preocupações no comportamento organizacional, “discutindo os conflitos existentes entre objetivos organizacionais e objetivos individuais” (GARAY, 1997, p. 104), de forma que a gestão deveria definir papéis, deveres e tarefas com o intuito



de diminuir os possíveis conflitos²⁴. Por sua vez, a Abordagem dos Sistemas Abertos abriu a discussão sobre o modelo de gestão ao debate interdisciplinar. Aqui, o controle e organização da produção e do trabalho passam contar com a sofisticação de complexos sistemas de informação. Por fim, a Abordagem Contingencial da Administração passa a abordar a influência nas condições e no espaço de trabalho, da tecnologia e dos sistemas culturais, políticos, econômicos e sociais. Abre-se a gestão da produção às influências e condicionantes ambientais, internas e externas ao processo produtivo.

A partir do final dos anos 60 do século passado, com a crise advinda com o acirramento da concorrência internacional e seus desdobramentos no setor produtivo mundial (a saturação do mercado de bens duráveis, a perda do poder aquisitivo, a entrada de novos países produtores, a formação de blocos regionais etc.), a ‘organização científica do trabalho’, seus métodos e técnicas de Engenharia Industrial começam a dar lugar a novos modelos de gestão.

As empresas começaram, então, a passar, ou sentirem a necessidade de passar, por um processo de reestruturação produtiva. Esse processo tende a dar origem a um novo padrão de acumulação de capital e de organização da produção, o qual vem sendo chamado, pelos estudiosos, de pós ou neofordismo, de acumulação flexível, especialização flexível, modelo japonês, entre outras nomenclaturas (GARAY, 1997, p. 106)

É nesse contexto de crise e de reestruturação produtiva que se delineia, na década de 80, os modelos de gestão participativa. A questão da participação, ou do controle do processo de gestão, passa a ser central, seja pelos dilemas e entraves do modelo científico-produtivista, seja pela necessidade de incorporar e gerar processos constantes de inovação, seja pela pressão das organizações de trabalhadores de co-gestionar a produção.

A gestão participativa rompe com o modelo taylorista e fordista, particularmente no que diz respeito aos postulados da separação entre as “tarefas de concepção e de execução, da fragmentação e da especialização das tarefas e da desresponsabilização do trabalhador

²⁴ Mais à frente verifica-se que os projetos de gestão ambiental do desenvolvimento que se abrem à participação, especialmente aqueles que envolvem um processo de tomada de decisão, a limita e a controla a fim de diminuir os conflitos.



com a produção e com a vida da empresa.” (CATTANI, 1997, p. 108). Para as empresas, a gestão participativa estabelece vantagens competitivas adicionais e uma flexibilização da produção, já para os trabalhadores, abre-se um espaço de realização do ideal da autonomia.

A despeito do avanço em relação ao sistema anterior, a gestão participativa pode assumir um caráter paradoxal: a participação no processo de produção diminui a participação social do trabalhador. Cattani (1997) levanta alguns fundamentos para uma postura crítica em relação à gestão participativa. Para os objetivos deste trabalho destacamos quatro:

a) GP [Gestão Participativa] de iniciativa patronal é episódica e reversível, apresentando-se como estratégia para legitimar decisões tomadas pela administração superior sem verdadeira consulta ao conjunto dos trabalhadores. [...]; c) a GP permite às gerências apoderarem-se dos saberes clandestinos [...]; d) [...] no sistema participativo, os assalariados não reconhecem a gerência como fonte da pressão [...], consideram-se responsáveis pela redução da produtividade e culpados pelos eventuais desacertos (Tixier, 1986); e) por fim, o impacto mais contundente da GT ocorre sobre a ação sindical, uma vez que, habitualmente, os sindicatos são alijados do processo. Por definição a gestão participativa deveria ser um processo coletivo. Entretanto, por imposição patronal, ela tende a isolar o trabalhador das questões coletivas mais amplas. A participação promovida pelas gerências restringe-se aos problemas técnicos da produção (custos, produtividade, qualidade), impedindo a discussão e a contestação do sistema de poder e do sentido da produção (CATTANI, 1997, p. 112-113).

Por mais que essa aproximação ao mundo do trabalho (das limitações e das encruzilhadas do processo de gestão no interior das corporações), possa parecer, em um primeiro momento, distante do debate sobre participação, desenvolvimento e direitos das populações atingidas, acreditamos que seja possível traçar algumas heranças (ou dilemas) e paralelos entre o modelo de gestão ambiental do desenvolvimento e o modelo de gestão empresarial. Antes de caminhar para o tópico seguinte, faz-se importante registrar algumas dessas similitudes:

A concepção de gestão como um processo global. A gestão passa a ser entendida como um processo que interessa não só à administração do negócio particular em si (do bem ou da produção), mas que rege um contínuo que vai da concepção ao planejamento, da implantação ao gerenciamento de bens e, por fim, chega ao monitoramento e à avaliação dos



projetos, atividades e procedimentos adotados, bem como dos resultados públicos e coletivos alcançados;

A denúncia da falta de racionalidade no processo produtivo. O apelo a uma maior racionalidade, que nas empresas, via de regra, incrementa a produtividade, na gestão ambiental do desenvolvimento sustenta a sua compatibilidade com os imperativos econômicos (utilização mais racional dos recursos, prevenção e previsão de futuros danos ou acidentes, controle do desperdício, reaproveitamento de materiais, controle do tempo e dos custos);

Planejamento e Internalização. A crença na capacidade de antever e se prevenir de possíveis percalços e acidentes, a planificação com vistas à realização ou não dos empreendimentos se sustenta, em ambos os casos, no planejamento. A busca da integralização de todos os custos do processo produtivo nas planilhas, inclusive os danos causados pela externalização dos impactos ambientais (degradação, poluição, contaminação), são princípios cobrados pela gestão ambiental do desenvolvimento e pela gestão empresarial. Aqui é difícil definir suas fronteiras, mesmo porque as atividades e empreendimentos industriais colocam-se como um dos principais objetos de gestão ambiental do desenvolvimento. Mas ainda, é na gestão dos processos industriais que a gestão ambiental do desenvolvimento destaca, por vezes, seus maiores êxitos;

Apelo à participação. Os mecanismos de participação coletiva na gestão da corporação e de envolvimento da sociedade nos projetos, nas avaliações e nos processos de tomada de decisão dos projetos de desenvolvimento têm mecanismos e instrumentos de informação, de consulta e de planejamento bastante similares. Mais ainda, foi agravamento de uma situação de crise, a mesma crise econômica e ambiental, tanto lá quanto cá, que incorpora ao processo de gestão o princípio da participação;

O controle da participação. O controle da participação coletiva nas empresas e nas agências, via de regra, fica a cargo de suas respectivas gerências técnico-administrativas. Nesses casos a participação só é bem vinda sob rígido planejamento das técnicas, da objetivação do tempo e da delimitação do espaço;

Os limites impostos à participação. Tanto no interior das corporações quanto nos processos de decisão ambiental, a participação é limitada. Uma das formas é restringir os



debates aos objetivos dos projetos e ou atividades, qualquer extrapolação é regulada e não permitida. A participação deve evitar gerar conflitos e quando surgem a participação deve organizá-los, resolve-los ou contorná-los restringindo ou adiando pautas locais e autóctones.

Nesta parte do texto buscamos descrever como o crescimento econômico e crise do modelo de desenvolvimento ligam e interligam gestão empresarial e gestão do desenvolvimento. Em suma, se gestão ambiental e crescimento econômico encontram-se imbricados em toda parte, gestão econômica e gestão ambiental do desenvolvimento não podem ser dissociadas quando se fala de desenvolvimento sustentável. Mais ainda, se um dos marcos da fronteira entre gerir e gestar repousa na noção de processo, a sua melhor demarcação é o grau de internalização e institucionalização do princípio da participação e do controle social das instâncias de planejamento, implantação, monitoramento e avaliação – de todo processo. Mesmo porque, nesses dois espaços de gestão, a introdução do princípio da participação não se fez sem custos ou conflitos. São esses os focos de análise do próximo tópico: o princípio da participação na gestão ambiental do desenvolvimento, seus custos e conflitos.

O princípio da participação na gestão ambiental do desenvolvimento

Políticas Públicas e participação

Como se viu anteriormente, a discussão sobre participação não é tão nova e, muito menos, se restringe ao mundo do trabalho e das questões ambientais. O princípio da participação também permite traçar uma linha entre o debate em torno da gestão de políticas públicas e a questão ambiental, dos mecanismos de participação pública ao processo de tomada de decisão ambiental [25]. Na década de oitenta, o modelo tecnocrático de planejamento governamental adotado pelo Estado brasileiro, no qual as ações eram

²⁵ A participação da sociedade civil, em especial de seus setores organizados, nas instâncias de decisão públicas, configura um campo de estudo bastante amplo que assume uma dimensão que vai das organizações clássicas do movimento social (sindicatos, associações profissionais, ligas camponesas, grupos sociais e religiosos), dos novos movimentos sociais (de negros, pacifistas, homossexuais, mulheres, ambientalistas) e das organizações civis do chamado terceiro setor, aos grupos de interesses. Neste trabalho optamos em destacar, rápida e resumidamente, os impasses da participação no processo produtivo e nas políticas públicas, por entender que esse recorte analítico permite focar o núcleo de interesse deste texto: participação e gestão do desenvolvimento.



“formuladas de cima para baixo”, começava a ser criticado e questionado. No ano de 1980 já era possível apontar a necessidade da

[...] participação das comunidades, dos vários grupos sociais, dos diferentes níveis de Governo, a fim de que possa haver maior mobilização de recursos para as soluções alternativas que são melhor conhecidas, em geral, pelos próprios grupos afetados. (Haddad, 1980 apud Bandeira, 1999:9)

Atualmente, não só as agências governamentais assumem a importância da participação social no planejamento e implantação de políticas públicas. As agências multilaterais e os organismos financiadores internacionais (Banco Mundial, OIT, JICA, BID) apontam a participação não só como princípio, mas como um indicador de efetividade e sustentabilidade dos programas que financiam. Weiss (2000, p. 18-19) sintetiza os impactos da participação em projetos financiados pelo Banco Mundial no seguinte quadro:



Tabela 1 Retirado de Weiss, Joseph. Relatório Geral I. Lições aprendidas da experiência comparada entre fundos no Brasil e no Exterior. In: Estudo sobre fundos sociais e ambientais financiados ou administrados pelo Banco Mundial no Brasil. Brasília, 2000

Em levantamento de 121 projetos comunitários de abastecimento de água financiados por várias agências, notou-se que foram altamente eficazes apenas 3% dos projetos com baixas taxas de participação, enquanto foram altamente eficazes 81% dos projetos com alta participação. Verificou-se que **a participação (“empoderamento”) da comunidade foi a variável que mais explicou o êxito dos projetos.**

Em levantamento de 28 avaliações ambientais na Região Latino-América e o Caribe (LAC) entre os anos fiscais 1989 e 1994, verificou-se que **os desenhos dos projetos foram melhorados com a participação popular e consultas às comunidades, aos governos e ONGs locais.** (Partridge, W., *People’s Participation in Environmental*

Evidências reportadas sobre o **impacto dos fundos sociais**

Verificou-se que a participação pública tem sido a variável mais importante no êxito inicial de projetos da Facilidade Ambiental Global (GEF). (*Public Involvement in GEF-Financed Projects*, GEF

O capital social, medido pela participação em grupos e redes, é fator importante ao desenvolvimento, segundo estudo na Tanzânia com 750 domicílios localizados em 45 aldeias. Da análise de regressão múltipla, verificou-se que **o capital social contribuiu mais ao bem-estar do domicílio que o nível educacional, os bens amealhados, o acesso ao mercado, o capital humano, físico e natural.** (Narayan,



James D. Wolfensonh, então presidente do Banco Mundial, e a Japanese International Cooperation Agency-JICA, citados por Bandeira (1999, p. 12-15), confirmam o quadro descrito acima. Wolfensonh diz claramente que: *“I personally believe in the relevance of participatory approaches and partnerships in development and I am committed to making them a way of doing business in the Bank”*. A JICA também deixa claro a importância atribuída à implantação de mecanismo de participação (individual e comunitária) em seus projetos de cooperação e na política de desenvolvimento dos países cooperantes: *“There is an increasing recognition of the necessity not only community participation in individual projects but also widespread citizen participation in national development activities in recipient countries.”*

Entre o discurso e a prática efetiva desses organismos, há uma distância que deve ser anotada. Analisando os fundos sociais recém-criados pelo Banco Mundial, Weiss (2000, p. 5) aponta as seguintes características:

Orientação. 1) à participação comunitária (27% dos fundos), 2) às necessidades expressas da comunidade (“demand-driven”) (8% dos fundos) e 3) ao fortalecimento da capacidade comunitária (desenvolvimento institucional, apenas 16% dos fundos). Áreas financiadas em % dos projetos. Infra-estrutura econômica (45%), Infra-estrutura social (30%), programas de serviço social (33%), crédito para empreendimentos (12%), desenvolvimento comunitário (14%), etc.; Forma de subsídio. Todos tinham doações para infra-estrutura, enquanto 20% ofereciam microcrédito para geração de renda. De 8-10% dos recursos doados são para geração de renda apenas nos fundos em Guatemala e no Peru.

Essa pequena síntese da análise feita por Weiss (2000) revela um insistente descompasso entre o reconhecimento da importância e a internalização dos custos da participação (atendimento às necessidades expressas, desenvolvimento comunitário, geração de renda). A importância dada ao princípio da participação destoa de sua implementação prática [26]. Falamos disso insistentemente porque essa distância vai aparecer, com diferentes contornos, também no discurso e na prática da gestão ambiental do desenvolvimento.

²⁶ Não custa lembrar aqui do duro questionamento feito pelos especialistas, bem como pelos sindicalistas, do paradoxo da gestão participativa do processo produtivo: um discurso mobilizador e uma prática desmobilizadora.



Considerações finais

A fronteira entre gerir alternativas de desenvolvimento e gestar alternativas ao desenvolvimento

Neste trabalho, procuramos construir um rápido histórico da incorporação do princípio da participação solução dos problemas de causados pelos projetos de desenvolvimento, no qual os modelos de gestão da produção e de políticas públicas fertilizam os modelos de sua regulação. Primeiramente com a defesa do planejamento, da regulamentação, da gestão e do monitoramento como um processo contínuo e, seguida, com a defesa da necessidade de inserir quem efetivamente produz e quem efetivamente fica com os benefícios e malefícios das políticas públicas.

O projeto de mapear cuidadosamente a lógica da participação coletiva, bem como insistir na relevância e na positividade dos conflitos inerentes ao processo de participação, neste trabalho, foi somente esboçado nos limites de uma provocação “boa para pensar” os dilemas e encruzilhadas dos processos de consulta que hoje procuram inserir as comunidades atingidas pelas paradoxais externalidades (impactos) infligidos quando se busca o “direito ao desenvolvimento”

Particularmente pretendeu-se iniciar o questionamento sobre certa discrepância entre a vistosa presença da participação como princípio norteador dos processos de consultas e a sua pouca eficácia prática na gestação, gerência e monitoramento desses mesmos projetos. Mais ainda, apontamos que, em boa parte desses projetos, a participação é entendida e medida como adesão aos projetos e/ou às atividades propostas “de fora” da coletividade que tem como “público alvo”. Comunidade esta que “tem” que aderir, sob pena de sua (des) qualificação como desmotivada, despreparada, indolente ou mesmo incapaz para “participar” ou “dialogar” pelos conflitos que geram.

Referências

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão nº 630, 1999.



BUBER, Martin. Sobre Comunidade. In: **Coleção Debates**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1987 **apud** WEBER, Max. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida, BENAKOUCHE, Rabah e BURSZTYN, Marcel. **Os instrumentos econômicos e a política ambiental**. Brasília: Mimeogr., 1994.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Instrumentos de Ajuda ao processo decisório. In : **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, pp. 37-60, 1994.

_____, Abordagem econômica da questão ambiental. In : **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, 1994.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida e BURSZTYN, Marcel. Integração do meio ambiente e desenvolvimento no processo decisório (versão preliminar). Brasília, Mimeogr., 2000.

CANTER, Larry W. Participación pública en la toma de decisiones ambiental. In: **Manual de evaluación de impacto ambiental: técnicas para la elaboración de estudios de impacto**. Madrid: McGrawhill, 1998.

CATTANI, Antonio David. Gestão participativa. In : CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed, Universitária. 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

GARAY, Ângela. Gestão. In: CATTANI, Antonio David (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed, Universitária. pp. 1997.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (orgs). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.



LIMA, Ricardo Barbosa de. A constituição do fato moral em Durkheim: coerção, desejo, e racionalidade no ambientalismo. In: **Pós Revista Brasileira de Pós Graduação**. UnB, Brasília, v. I, p. 75-92, 1997.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

OLSON, Mancur. **A lógica da Ação Coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999.

OIT - Organización Internacional del Trabajo. **Monitoreo de los derechos de los pueblos indígenas y tribales a través de los Convenios de la OIT**: una recopilación de los comentarios de los órganos de control de la OIT 2009-2010. Ginebra: OIT, 2010.

OIT - Organización Internacional del Trabajo. Los derechos de los pueblos indígenas y tribales en la práctica. Ginebra, OIT, 2009.

OIT - Organización Internacional del Trabajo. La aplicación del Convenio Núm. 169 por tribunales nacionales e internacionales en América Latina. Ginebra: OIT, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro. In : SVISKY, Enrique, CAPOBIANCO, João Paulo (orgs.). **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, pp. 13-19, 1997.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectivas, 1997.

REIS, Fábio W. **Política e Racionalidade**: problemas de Teoria e Método de uma sociologia 'crítica' da Política. Belo Horizonte: UFMG/PROED/RBEP, 1984.

SIMMEL, Georg. In : FILHO, Evaristo de Moraes (org.). **Georg Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

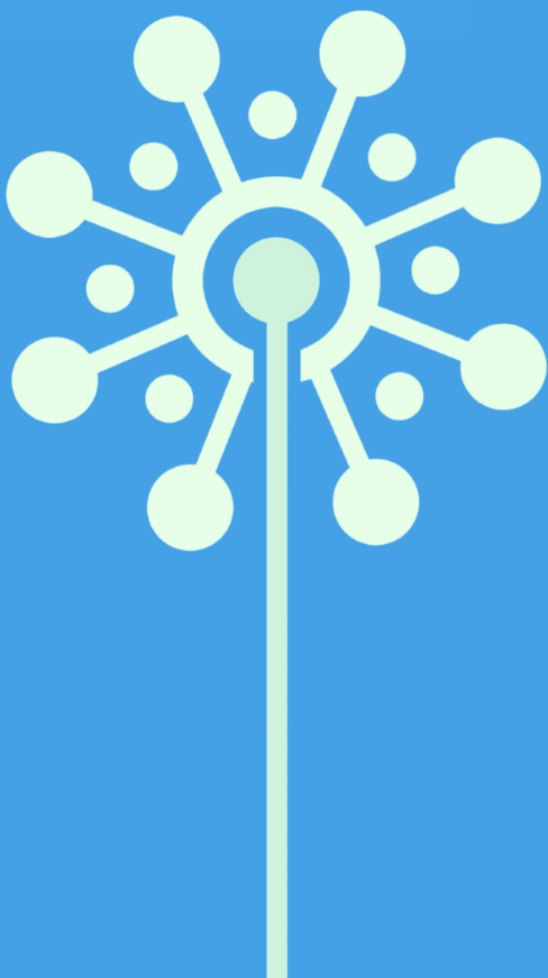
WEISS, Joseph. Relatório Geral I. Lições aprendidas da experiência comparada entre fundos no Brasil e no Exterior. In: **Estudo sobre fundos sociais e ambientais financiados ou administrados pelo Banco Mundial no Brasil**. Brasília, mimeogr., 2000.



Escritas: Revista de História de Araguaína
ISSN 2238-7188

V. 11, n. 2 (2019)
Trampas do (des)envolvimento

SEÇÃO LIVRE





FILMES COM TEMÁTICA HISTÓRICA PODEM SER VISTOS COMO HISTÓRIA PÚBLICA?

HISTORICAL MOVIE CAN BE CONSIDERED A KIND OF PUBLIC HISTORY?

Vitória Azevedo da Fonseca²⁷

ABSTRACT

The present text propose, considering a differentiation between public history produced by historians who understand other medias and, on the other hand, analyzes of possible public histories produced by non historians, this text propose two possible approximations between public history and historical films. First, based on Robert Rosenstone who think the historical film as a writing of the past, analyzes what histories tell in a movie considering relationships with an tradition and second, thinking about possibilities of partnerships between filmmakers and historians in the script and synopsis.

RESUMO

A partir de artigos sobre o “fazer” história pública, considerando uma diferenciação entre a história pública produzida por historiadores que dominam outras linguagens e as análises de possíveis histórias públicas produzidas à revelia de historiadores, propomos situar duas possíveis aproximações com filmes históricos. Primeiro, tomando por base Robert Rosenstone, pensar o filme histórico como escrita do passado, produzida à revelia dos historiadores, mas que, no entanto, pode ser inserido em um contexto maior de abordagem da temática que propõe a partir da análise do roteiro cinematográfico e, segundo, pensar em possibilidades de parcerias entre cineastas e historiadores na atuação deste último na elaboração de argumentos e roteiros para filmes.

KEYWORDS

Historical movies; public history; sare authority.

PALAVRAS-CHAVE

Filme histórico; história pública; autoridade compartilhada.

Introdução

Sem dúvida os filmes, ao longo de décadas, em diferentes países, atuaram como produtos culturais importantes em elaborações e reelaborações de culturas históricas, difundindo, criando ou desmontando imagens, percepções, sentimentos sobre a experiência do homem no tempo. Cinemas criando culturas e filmes como fontes históricas tem sido investimentos importantes das pesquisas historiográficas sobre cinema e história, já com

²⁷ Doutora em História, Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: vitória.azevedo@gmail.com



larga produção acadêmica. Os debates em torno da história pública poderiam alterar percepções e debates já em desenvolvimento nesta área? Poderiam sugerir novas abordagens e práticas?

O termo “história pública”, recentemente difundido no Brasil, usado em outros países desde a década de 1970 e, frequentemente associado ao que se fazia sob a denominação de história oral, ganha, ao se configurar como campo de pesquisa, seja em torno da institucionalização a partir da criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), em 2012, da organização do Simpósio Internacional de História Pública (1º em São Paulo, 2012; 2º no Rio de Janeiro, em 2014, o 3º, em Cariri, em 2016 e o 4º, em 2018, em São Paulo), seja através da disseminação de textos, dossiês, cursos, uma dimensão ampla e polissêmica que abarca diversas possibilidades de interpretações, dentro de alguns limites. A constituição de um campo de diálogos, a partir de determinados lugares de fala, vem delimitando as dimensões da história pública no Brasil. O ser visto e ouvido em um espaço de compartilhamento de saberes, no que diz respeito ao tema, se consolida nas publicações de livros e artigos que, em algum sentido, travam diálogos entre “iguais”.

Conforme a apresentação do livro *História Pública no Brasil sentidos e itinerários*, os autores Ana Maria Mauad, Juniele Almeida e Ricardo Santhiago, refletem sobre os usos e as possibilidades do termo “história pública” na atualidade.

Seguindo a fórmula sob a qual o termo *public history* (com suas diversas traduções se consagrou, tendemos em um primeiro momento a compreender a história pública como uma prática eminentemente voltada àquela ‘divulgação histórica’ (...) e, de fato, a produção de materiais para circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos consiste em uma de suas modalidades mais nobres. Entretanto, os *sentidos* atribuídos à história pública contemplam também os engajamentos (muitas vezes conflituosos, mas ainda assim instigantes) entre o historiador e a produção acadêmica, de um lado, e os diletantes e seus trabalhos que respondem a demandas próximas e imediatas, de outro. Aqui, a história pública age no *reconhecimento* da legitimidade desses trabalhos tidos como ‘amadores’, bem como no delineamento das diferenças entre as duas práticas; ou então em uma atuação *colaborativa*, na qual os diferentes agentes produtores trabalham dialogicamente (MAUAD, ALMEIDA, SANTHIAGO, 2016, p.12).



Conforme os autores citados, em um viés das preocupações em torno da chamada história pública, está inserida uma possibilidade colaborativa entre o que se produz no contexto acadêmico em termos de conhecimento histórico e a produção de conhecimento sobre o passado fora deste contexto. A multiplicidade de sentidos da história pública traz, assim, a ideia da preocupação com o rompimento de barreiras entre o espaço acadêmico de produção historiográfica e o contato com um público não acadêmico.

Santhiago elenca o que chama de “três instâncias” da história pública: o fazer, o pensar e o campo de reflexão. No primeiro caso, estão inseridos aqueles que efetivamente fazem história pública, em suas mais diversas experiências, tendências e consequências; no segundo e terceiros casos, atuações ligadas às universidades e produções acadêmicas.

Quem são alguns daqueles que “fazem” histórias públicas? Respondendo a esta pergunta, Schmidt (2018) remete às experiências de egressos dos cursos de História que, optando por caminhos alternativos aos já consagrados ensino/pesquisa, passaram a atuar em diversos espaços a partir de suas formações em História. Com a emergência da “história pública” foi possível atribuir nome ao que já vinha sendo feito por estes profissionais.

Com isso, também emergiu um novo sujeito: o historiador público, e não mais o historiador ‘diferentão’ que, ao contrário da maioria de seus pares, não atua como professor ou pesquisador *strictu sensu*, mas em espaços públicos e privados variados, como museus, arquivos, memoriais e secretarias de turismo; ou gerenciando *websites* e *blogs*; ou assessorando produtoras de cinema e editoras. Sujeito esse que busca espaço, voz e, sobretudo, reconhecimento profissional (SCHMIDT, 2018, p.18).

Essa figura do historiador, atuando em diferentes espaços, reinventando o fazer historiográfico em mídias diferentes das recorrentes é identificado, neste caso, com aquele que *faz* história pública. Mas, será que o único que produz história pública é o historiador “deslocado”? O que caracteriza a história pública?

No livro *Que história pública queremos*, os diversos autores, convidados a responderem ao chamado trazem dimensões variadas para a pergunta. Em alguns, emerge a compreensão de que é pública a história feita pelo historiador difundida em audiências maiores, em linguagens acessíveis; ou, aquela feita de maneira compartilhada em métodos e produtos; partindo da ciência de referência. Em outros casos, história pública é aquela



construída a partir de outros agentes, variados, que emergem da grande circulação de informações e imagens que, de alguma maneira, transformam/constroem realidades; ou ainda aquelas produções que problematizam o passado/presente em, principalmente, produtos culturais e artísticos. O *fazer*, do primeiro caso, emerge como possibilidade desejável no campo historiográfico na construção da própria legitimidade deste campo se considerarmos as preocupações trazidas por Jörn Rüsen e a didática da história. O *fazer* do segundo caso, emerge, algumas vezes, como análise do trabalho de outros e possibilidades de compreensão dessa história produzida sem chancelas, em espaços e mídias variados.

Assim, as possibilidades diversas do *fazer* história pública e a ambígua relação entre o historiador e as histórias públicas, seja como promotor ou como analista, é interessante para pensar o que estou propondo: a viabilidade da produção de história pública audiovisual a partir do compartilhamento de saberes em produções conjuntas.

Histórias compartilhadas: quem faz a história pública?

Compartilhar é uma ideia importante utilizada por Frisch na expressão “autoridade compartilhada” construída a partir de suas experiências com história oral, fundamental para construir as bases das suas reflexões sobre história pública. O debate em torno da “autoridade compartilhada” e de possíveis incompreensões da expressão trazem problemáticas importantes. Segundo Frisch, a expressão sugere “que na natureza da história oral e da história pública *nós* não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores” (FRISCH, 2016, p.62).

Neste sentido, a compreensão de história pública se solidifica em torno da ideia de “autoridade compartilhada” na qual historiadores e seus métodos de pesquisa (de história oral) encontram produtores de memórias e narrativas (“suposto público”) num processo de construção dialógica de histórias, as quais são compartilhadas para uma comunidade não acadêmica. Os princípios dos processos e produtos, decorrentes de práticas de história oral, confluem na delimitação dos espaços de construção da história pública no Brasil.

Considerando a ideia da autoridade compartilhada, quem são os sujeitos do *fazer* essas histórias? Como seria possível um diálogo compartilhado? Almeida defende o estabelecimento de pontes “entre o saber acadêmico e o trabalho não científico (trabalho de



memória realizado pelos próprios integrantes dos movimentos)” (ALMEIDA, 2016, p.52) também preconiza alguns limites: “ a não-supressão da ciência histórica em favor da história pública, reforçando um desejo mútuo de diálogo com as práticas e reflexões não acadêmicas compromissadas com a história” (ALMEIDA, 2016, p.53. grifo nosso). Esses limites, não muito claros, deixa alguns questionamentos: existe aí uma oposição entre uma história pública e a ciência histórica, estabelecendo, com isso, uma espécie de fronteira entre ambas. Ou seja, ainda existe algo feito por “nós” e algo feito por “eles”; e, o questionamento sobre o que seriam práticas compromissadas com a “história”. Essa afirmação deixa dúvida sobre o limite da defesa de um suposto diálogo na construção de uma história compartilhada quando este é feito a partir de parâmetros estabelecidos apenas por uma das partes.

Renata Schittino (2016), questionando o conceito “público” a partir de referências gregas e romanas, passando por Hannah Arendt e Habermas, aponta para possibilidades da acepção do vocábulo. Tomando como referência Hannah Arendt, a autora traz a ideia do público como espaço do ser visto e ouvido, na construção de um espaço comum, de visibilidade coletiva, na construção de sentidos compartilhados por um número maior de pessoas e, portanto, da construção de uma existência. Por outro lado, seguindo Habermas, uma possibilidade seria pensar no papel do historiador como mediador na popularização do conhecimento histórico. Entre pensar a história pública como espaço de compartilhamento e pensar a história pública como espaço de mediação, ela propõe a história pública como um espaço de compartilhamento e não de popularização de saberes acadêmicos. Assim, esta seria uma “...forma específica – uma dentre outras com as quais pretende conviver e conversar – como entre iguais e diferentes num mundo comum”. (SCHITTINO, 2016, p.45)

...o compartilhamento nos deixa ver que a questão da história pública é menos a questão de fronteira – de demarcação de fronteira e mais uma possibilidade de olharmos para os lados, para cima, para baixo e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível (SCHITTINO, 2016, p.46).

Qual o papel do historiador na construção da história pública? A ideia de uma história pública como saber historiográfico popularizado, ou a ser popularizado, a partir de práticas e produtos está presente em diversas reflexões presentes no livro *Que história pública queremos?*



Na tentativa de relacionar ensino de história e história pública, por exemplo, a ênfase recai na formação e atuação do professor, principalmente, como um “mediador” de história pública. “Durante o processo de ensino, o professor realiza operações que confluem para a divulgação, difusão e circulação do conhecimento histórico.” (FERREIRA, 2018, p.34). Esse docente, mediador, ou aquele que realiza uma “transposição didática”, conceito amplamente discutido/questionado nos debates na área de ensino de História, teria o papel de corrigir compreensões e mediar aprendizados. “O ensino no viés da história pública é um trabalho ampliado e de contínua mediação. A esperança é que os profissionais e estudantes não sejam seduzidos pelo ‘ouro de tolo’ mercadológico, que imbui a ideia de produto com impacto de *marketing*” (FERREIRA, 2018, p.38).

Marieta Ferreira, ao responder sobre as relações entre professores de história e a história pública, a partir do ProfHistória (Mestrado Profissional de Ensino de História), traz essa dimensão do professor de história, no âmbito do ensino, como “...responsável por traduzir o conhecimento acadêmico da área e, como auxílio do livro didático, estabelecer os parâmetros básicos do que se entende por história, visando o público geral em formação” (FERREIRA, 2018b, p.50). O professor, às vezes entendido como historiador, às vezes entendido como repassador de conteúdos, é eleito, justamente, como figura importante no processo de criação de espaços públicos de histórias compartilhadas²⁸.

Um espaço importante de compartilhamento e construção de passados é o espaço da *Web*, e as mídias digitais. Carvalho (2018), desenvolvendo reflexões sobre a autoridade do historiador na internet, traz a questão da possibilidade ampliada de geradores de discursos promovida pela *Web* e a difusão de informações, acessíveis a um grande público, que supostamente pulveriza informações sobre o passado, eclipsando o papel do historiador. Os desafios do historiador, neste sentido, seria ocupar um espaço de poder no mundo virtual que envolve ganhar legitimidade dominando a “linguagem” e atingindo grande número de *likes* e *views*. Carvalho atribui a dificuldade do historiador em ocupar esse espaço em função da ausência de habilitação na lida com diferentes linguagens/ferramentas de comunicação.

²⁸ Ressaltamos aqui que as relações possíveis entre ensino de História e história pública não passam somente pela atuação do docente, no espaço escolar.



Algumas iniciativas de incorporação dessas linguagens na formação de historiadores se fazem presentes, por exemplo, em iniciativas como as descritas por Rodrigues, ocorridas na UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) onde foram criadas disciplinas de caráter prático que possibilitam “...iniciar os aprendizes de historiador (...) a montar um pequeno documentário em vídeo, a construir um roteiro de programa para rádio e/ou televisão, a dar apoio técnico na organização de acervos e exposições” (RODRIGUES, 2018, p.281). Outra iniciativa no mesmo curso diz respeito à inserção de disciplina que promove reflexões e exercícios sobre outras formas de escritas historiográficas:

Os discentes fazem exercício de escrita de história para jornais, blogs e roteiros turísticos; são iniciados na linguagem da ficção histórica, da produção de biografias e autobiografias, fazem exercícios de transposição de trabalhos acadêmicos para textos didáticos, entre outras modalidades (RODRIGUES, 2018, p.282).

Os espaços *outros* a serem ocupados pelos historiadores estão sendo a partir de iniciativas, como por exemplo, do projeto *Passado Presente*, que traz problemáticas que serão cada vez mais recorrentes nesse processo de compartilhamentos de saberes. “Como não estamos escrevendo livros ou artigos, mas conteúdo digital e placas turísticas, precisamos aprender a escrever de maneira pouco usual na Academia.” (MATTOS, GRINBERG e ABREU, 2018, p.234. Grifo meu).

Essas iniciativas descrevem atuações de historiadores como “mediadores” no espaço público. No entanto, além dessas histórias produzidas por historiadores, existiriam outras histórias públicas? Outros autores apontam para uma resposta positiva indicando que não é apenas o historiador quem faz história pública. Esta foi e continuará sendo feita à sua revelia.

A mobilização da experiência histórica para problematizar o presente, nos palcos da ditadura civil-militar, a partir da obra de Chico Buarque, é tomado por Hermeto (2018), por exemplo, como um exercício de história pública. Ao envolver uma parcela da população em debates em torno das obras *Ópera do Malandro*, *Calabar* e *Gota d’água*, os palcos se tornam lugares de história pública.



Associando à discussão sobre as noções de público, trazidas por Schittino (2018), as considerações de Mauad problematiza a dimensão da fotografia pública numa compreensão não da autoridade compartilhada, processo e produto, mas da sua circulação, documentando e construindo realidades. “Assim, é pública não somente a fotografia publicada, mas aquela que se refere ao espaço público como tema e que tem no espaço público o seu lugar de referência política” (MAUAD, 2018, p.129).

A fotografia pública está estreitamente relacionada às configurações da memória social ao longo do século XX. Quer documentando de forma independente os acontecimentos sociais, registrando a ação dos governos ou reconfigurando-se nos mundos da arte, a prática fotográfica criou uma série de imagens que pavimentam o espaço público visual contemporâneo. (MAUAD, 2018, p.128).

Em uma direção semelhante, Meneses aponta para a produção de uma história pública a partir do monopólio de grupos de comunicação e a construção de visões do passado por meio de suas enunciações. Ela chama a atenção para esta dinâmica: “...uma visão unilateral sobre os usos do passado pode institucionalizar, em longo prazo, versões conservadoras da História, endossadas pelo poder econômico de distribuição da informação” (MENESES, 2018, p.186).

No âmbito dos espaços museais e similares, os debates em torno do patrimônio constroem passados que hoje podem ser associados à construção de histórias públicas. Patrimônio como história pública, argumenta Meneses (2018b), se justifica em função, não da mediação do historiador, como ponto de partida, mas, na circulação fora do campo acadêmico.

Os processos interpretativos do patrimônio histórico-cultural escaparam das mãos de acadêmicos e deixaram de ser um exercício da tradição da cultura erudita. Passaram a objetivar a construção de produtos para serem lidos, fruídos e interpretados por uma gama maior de ‘consumidores de cultura’. Têm, assim, sido fundamentados em etapas que vão do inventário de bens e de valores à construção de linguagens museais, imagéticas e informativas, que apresentam o bem como um produto para a compreensão e a fruição prazerosa (MENESES, 2018b, p.70).



Apesar do autor pontuar que a História daria o escopo fundamental, podemos indicar que tanto a educação museal, a educação patrimonial e debates em torno de museus e patrimônios vem sendo desenvolvidas ao largo das discussões historiográficas. Para Knauss, “...pode-se considerar que os museus enfrentam dilemas próximos dos da historiografia acadêmica, que se confrontou com o movimento da história pública” (KNAUSS, 2018, p.144). O autor aproxima as duas áreas em termos de desafios e objetivos, pontuando a distinção entre elas.

...os museus também enfrentam na atualidade os desafios de se dirigirem para o seu público em busca de conquistar novas audiências. Com frequência, fazem uso de estratégias de mobilização social para construir com seu público a interpretação e a leitura de seus acervos e coleções, num movimento colaborativo de reconhecimento de autoridade compartilhada” (KNAUSS, 2018, p.145).

História pública mediada pelos historiadores, historiadores emprestando-se de outras linguagens para comunicar-se com seu público, histórias produzidas à revelia dos historiadores, desafios de construir autoridades compartilhadas, são alguns dos problemas que compõem o universo em torno dos debates da “história pública” na atualidade. E, de que maneira algumas problemáticas em torno da relação entre Cinema e História poderiam se encontrar com os debates sobre história pública?

Em um sentido, pelo viés da história pública produzida a despeito do historiador, filmes podem produzir histórias públicas assim como os meios de comunicação e as fotografias. Por outro lado, a linguagem cinematográfica, da qual alguns historiadores tentam se apropriar, também pode ser um meio de produção de história pública mediada por historiadores. No entanto, há uma terceira possibilidade: a promoção de diálogos e compartilhamento de saberes na confluência entre cinema e história enquanto tradições de formas de pensar e formas de fazer.

Filme histórico: de fonte histórica à história pública

Marc Ferro, grande referência quando o assunto é cinema e história, historiador francês que, na década de 1970 trouxe os filmes para as análises historiográficas, escreveu a seguinte frase: “...os filmes sobre o passado, as reconstituições históricas são incapazes de ultrapassar o testemunho sobre o presente” (FERRO, 1992, p.117). A briga travada por Ferro



estava na arena da legitimidade das “novidades”, e, dentre elas, a legitimidade das “novas fontes” e “novas abordagens” trazidas pela “Nova História”. O cinema, até então, na França, não era tomado como fonte histórica legítima. O medo do fascínio pelo cinema assombrava. Depois de argumentar os motivos pelos quais o cinema, assim como outras manifestações culturais, não se transformou em fonte para o historiador, Ferro denuncia: “Cinquenta anos se passaram. A história se transformou e o filme continua na porta do laboratório” (FERRO, 1992, p.84). O cinema continuava não sendo eleito como fonte histórica nas análises historiográficas.

Mas Marc Ferro triunfa em sua batalha. Demonstra, e instiga a outros historiadores, que imagens em movimento podem ser matéria prima do fazer historiográfico. Um filme pode ser fonte histórica. “Um filme testemunha” (FERRO, 1992, p.85), defende Ferro. “A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos” (FERRO, 1992, p.86). Durante muito tempo, pensar em cinema e história era pensar em Marc Ferro, no filme como testemunho de seu presente, na análise em busca dos “lapsos” dos realizadores, no filme como “uma contra-análise da sociedade”.

Marc Ferro abre um caminho possível: a dos filmes como fontes históricas testemunhos de seu tempo. Uma luta travada em um tempo e espaço importantes na legitimação do cinema nas arenas historiográficas. No entanto, este não é o único caminho. O próprio Ferro, ao questionar, em outro texto, se é possível uma “escritura filmica do passado” aponta para outras possibilidades na relação cinema e história.

No livro “Hacer historia com imagenes”, de 2014, Robert Rosenstone, após situar as diferentes abordagens nas análises de filmes históricos, defende o filme histórico como forma de pensamento. Assim sendo, procura analisa-los a partir daquilo que o filme propõe como pensamento sobre o passado apesar da tendência, conforme aponta, das análises buscarem mais o presente nos filmes.

Esse tipo de leitura – que vê as obras como se não tratasse do passado a não ser o que está acontecendo no presente – é uma das abordagens mais comuns em relação ao filme histórico. Isso implica de maneira tácita que enquanto os filmes históricos somente reconfiguram o passado do ponto de vista dos conflitos e inquietudes do presente sobre a



guerra, os movimentos sociais, os indivíduos, as ideologias. A história mais tradicional, quer dizer, a história escrita pelos acadêmicos, faz algo diferente, algo que escapa da influência do presente e se centra unicamente no passado” (ROSENSTONE, 2014, paginação irregular).

Esta prática, defende Rosenstone, é calcada na mistificação da história acadêmica. No entanto, qualquer historiador tem consciência, ou deveria ter, da historicidade de sua obra, da presença do presente em suas abordagens. Nesse sentido, o presente marca qualquer manifestação humana. “Como a história escrita, o filme histórico é também (independente do que reflete sobre o presente) uma maneira de pensar em acontecimentos e personagens do passado e lhes dar um sentido no presente” (ROSENSTONE, 2014, paginação irregular).

Os historiadores acadêmicos, nos diz Rosenstone, se opõem a considerar como “história” em função das ficcionalidades e invenções dos filmes, bem como as estratégias de convencimento de um filme. “Supõe-se que estes ingredientes nos induzem a sentir algo sobre o passado, mas a tendência é temer que estes mesmos elementos também nos impeçam de pensar ou refletir sobre o que acontece na tela.” (ROSENSTONE, 2014, paginação irregular). Apesar das ressalvas, o filme histórico constrói passados.

O filme histórico, sem dúvida, envolve historiar. É uma forma de pensamento, uma maneira de pensar e colocar questões sobre o passado necessariamente diferente da história escrita. É verdade que nunca poderá ser tão fiel aos detalhes factuais do passado como o estudo acadêmico pelas razões que já defendi em outros trabalhos, em resumo, em função da câmera exigir detalhes mais específicos que vai além do que qualquer historiador possa conhecer, além disso, as artes dramáticas requerem que uma história tenha princípio meio e fim, assim como um arco de desenvolvimento com personagens e situações que mudam ao longo da obra. Mas, devemos lembrar que a história acadêmica é também uma forma de contar histórias, mas com exigências diferentes das dos filmes. O que o papel à tela é o fato de que ambos envolve usar informações para pensar em personagens e acontecimentos do passado, dando-lhes significados. Em poucas palavras, ambos são maneiras de historiar.” (ROSENSTONE, 2014, paginação irregular).

Considerando filmes históricos como formas de historiar, Rosenstone convida os historiadores a repensarem este produto a partir de uma compreensão do mesmo como uma



forma de narração sobre o passado. Tomando como referência estas provocações lançadas por Robert Rosenstone é possível pensar o filme histórico como uma das formas de construção de histórias públicas. Assim, tirando o foco das análises propostas por Marc Ferro, e pensando o filme na perspectiva de Robert Rosenstone, filmes históricos podem ser vistos como possíveis histórias públicas na perspectiva daquelas produzidas fora do âmbito da atuação do historiador.

No entanto, um filme, como uma obra de arte coletiva, cujos múltiplos sentidos são construídos a partir da atuação de diversos sujeitos, nem sempre constrói uma narrativa sobre o passado à revelia dos historiadores se considerarmos as diversas experiências nas quais os historiadores atuam como consultores em diferentes aspectos do filme, inclusive, para a construção do roteiro ou argumento.

Fonseca (2016) demonstra, por exemplo, as relações entre a construção da biografia de Villa-Lobos no filme *Villa-Lobos uma vida de paixão* (Zelito Viana, 1997) a partir de um diálogo estreito com as biografias do músico, inclusive com as histórias fantasiosas que ele contava sobre si mesmo. No caso deste filme, o processo de pesquisa para o roteiro foi realizado por uma historiadora. Outros exemplos foram estudados por Fonseca (2008, 2017) demonstrando a relação estabelecida entre os filmes e as bases escritas sobre a temática que aborda, trazendo, ou não, questões historiográficas para dentro da dramaturgia do filme. Ao estudar, por exemplo, os filmes *Independência ou morte* (Carlos Coimbra, 1972) e *Carlota Joaquina, a princesa do Brasil* (Carla Camurati, 1995) demonstra como os filmes dialogam com as referências, historiográficas ou não, que pautaram as construções das situações dramáticas, personagens, cenários, etc. apontando para os diálogos existentes entre o filme e aquilo que lhe informava enquanto leitura do passado.

Desta forma, é possível demonstrar, através da abordagem proposta por Robert Rosenstone de considerar o filme como uma forma possível de escrita sobre o passado, que filmes históricos dialogam, com maior ou menor intensidade, com abordagens escritas anteriores ao filme, bem como com uma “história pública” sobre a temática enfocada figurando, desta maneira, em um contexto de elaboração de uma cultura histórica.

E, apesar de uma suposta oposição entre uma história produzida por “nós” historiadores e uma outra coisa sobre o passado produzida por “eles” não historiadores,



dentre as quais podemos inserir as obras dos fotógrafos, jornalistas, romancistas, cineastas, compositores, atores, etc, todos estes compartilham de um “espaço” mais ou menos comum, no qual algumas referências sobre o passado circulam. Não de um lado para o outro, mas, de todos os lados para todos os lados, criando contaminações e imagens que formam uma espécie de “história pública” compartilhada. Historiadores influenciados por músicas, por filmes, por romances, por notícias, constroem suas visões de mundo, e, de passados, a partir desta sopa de referências que compõem universos de experiências.

Considerações finais: Compartilhar *fazeres* na pesquisa para roteiros cinematográficos

A partir da compreensão de que grande parte dos filmes com temáticas históricas trazem, em seu processo de produção, preocupações mínimas com referências historiográficas, Fonseca (2008) estudou o processo de roteirização cinematográfica e a relação estabelecida com pesquisas históricas tomando como referência as preocupações de Carlo Ginzburg (2002) que propôs, para as análises historiográficas, “deslocar a atenção do produto literário final para as fases preparatórias, para investigar a interação recíproca, *no interior do processo de pesquisa*, dos dados empíricos com os vínculos narrativos.” (p.114). Assim, guardadas as devidas proporções, demonstrou a preocupação na possibilidade, ou não, de uma interação, no processo de roteirização e pesquisa, entre a prática historiográfica desenvolvida pelos historiadores e a criação cinematográfica, com todas as suas especificidades, desenvolvida por roteiristas e diretores.

Ao propor debruçar-se sobre o processo criativo narrativo de um filme histórico, tendo a preocupação esmiuçar e compreender formas possíveis nos quais os filmes podem dialogar com os dados historiográficos, em seus processos de produção, pesquisa e roteirização (FONSECA, 2008) buscou compreender como diretores e roteiristas se relacionavam com as fontes históricas, construindo, assim, histórias visuais a partir de um lastro de conhecimento histórico, acadêmico ou popular. Desta forma, não era outra a preocupação senão considerar o filme como uma narrativa produtora de conhecimento sobre o passado com grande potencial de circulação e formação de ideias, que dialoga com histórias públicas de seu tempo.



Reformulando, à luz de novos conceitos, dentre eles, de “história pública”, essas preocupações ganham uma outra dimensão. O conceito de história pública se torna fundamental para justificar estas abordagens e estudos, principalmente no estabelecimento das *diferenças* entre a história produzida na academia e a produzida no cinema brasileiro, para, a partir daí construir possibilidades *colaborativas* entre esses dois espaços, conforme o conceito de “autoridade compartilhada” (Frisch, 2016).

Ao pensar em *diferenças* de maneira alguma a história produzida na universidade é pensada como superior à produzida no cinema. Por vários motivos, dentre eles, por serem produtos sociais e culturais de natureza e metodologias distintas, com tradições distintas. Pensar a *diferença* mirando na possibilidade *colaborativa* entre história e cinema significa um profundo respeito pelas soluções criativas nas tradições diferenciadas de ambas as áreas e a aceitação da negociação, que implica tanto no recuo quanto no avanço das ideias, em prol de ambas. E aqui uma utopia: os historiadores e a sociedade ganham com filmes sobre o passado brasileiro que instiguem, que façam refletir, que provoquem, que disseminem ideias complexas sobre o passado brasileiro, que sejam vistos pelo público. Cineastas ganham com novas ideias, novas narrativas, novas abordagens, novas possibilidades de roteiros, novos pontos de vistas que possam ser trazidas pelas pesquisas historiográficas. Essa interação pode ser muito mais instigante.

Concordando com Frisch, que defende que a história pública não seja uma via de mão única, propondo um “reimaginar e reorientar esta estrada rumo a um terreno público verdadeiramente inclusivo, contestado, aberto e dialógico” (FRISCH, 2016, p.61), partindo das experiências, ideias e práticas de diversos protagonistas na arte de criar histórias visuais para, à luz das referências da metodologia e do “modo de fazer” historiográfico, é possível propor reflexões e aproximações das duas áreas no âmbito do “fazer”.

Um historiador, na produção de um filme, pode atuar como o intérprete desse “país distante” e, ao contrário do que se imagina, pode enriquecer a abordagem trabalhando em parceria com roteiristas e cineastas. No entanto, para que seja possível uma parceria é fundamental compreender as diferenças. Fonseca (2008) propôs observar e analisar a forma como as pesquisas foram feitas na elaboração de alguns filmes brasileiros com temáticas



históricas, para, depois, juntamente com a análise desse processo, propor compartilhamentos possíveis.

A partir das diversas entrevistas com cineastas, montadores, roteiristas, atores e pesquisadores a autora identificou e classificou práticas e abordagens na relação estabelecida entre a produção cinematográfica, naquele momento, o processo de roteirização e a busca por informações históricas, chamada, genericamente de “pesquisa”. Assim, propôs a seguinte classificação: a pesquisa pensada como levantamento de dados; a pesquisa e a construção da estrutura narrativa do filme; a pesquisa e a busca de elementos dramáticos e a pesquisa e construção do argumento do filme.

Essa classificação pode ser questionável e simplificadora do processo de roteirização e pesquisa, no entanto, a classificação propõe pensar em objetivos e possíveis pontos de diálogo entre um historiador e um roteirista. Por exemplo, existem diferenças entre uma pesquisa para embasar situações dramáticas de um roteiro original em elaboração, e, uma pesquisa para construção de argumentos de um filme, ou seja, para construção da espinha dorsal do filme. Assim, esses tipos de pesquisa para roteiros não estão, necessariamente, nesta ordem e nem claramente delineadas durante o processo e, nem sempre presente em todos os filmes. A divisão é apenas para compreender o processo, e como toda esquematização está sujeita a simplificações.

Poderíamos dizer que são quatro situações de pesquisa: uma primeira situação que pode ser identificada como uma pesquisa inicial ampla, que poderia ser chamada de *levantamento de dados*, na qual busca-se muito material sem um foco específico. Uma outra situação, que seria uma espécie de pesquisa para construção da narrativa. As relações entre a pesquisa e a narrativa podem ser variadas: pode já existir a definição da linha narrativa do filme e essa pesquisa procura dar substância a ela; a linha narrativa pode ter sido descoberta a partir dessa pesquisa mais ampla ou ser um processo de construção concomitante. Uma terceira situação, uma espécie de pesquisa dramática, ou seja, a busca por elementos que alimentem a dramaturgia. Nesse ponto entra a pesquisa de personagens, a busca por conflitos, ações e emoções. A construção dramática não se limita às ficções, ela está presente também em documentários. E, por fim, a quarta situação que seria a construção de argumentos para filmes, a partir das referências documentais historiográficas.



Pode um filme histórico ser considerado história pública? Considerando a possibilidade de filmes históricos construírem realidades e difundirem práticas e abordagens sobre o passado, sim, ele pode ser visto como história pública. Por outro lado, considerando como história pública aquela produzida pela mediação do historiador a partir do domínio de outras linguagens, então, se isto ocorrer no âmbito cinematográfico, então, sim, isso pode ser história pública. No entanto, a terceira possibilidade, que envolve a prática compartilhada, seria a atuação do historiador como um dos agentes criativos do processo de elaboração de um filme, que é uma obra de arte coletiva, a partir do desenvolvimento de pesquisas históricas na elaboração de roteiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (organizadores). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.47-56
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.169-174
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018b. pp.49-58
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual relação entre a história pública e o ensino de História? in: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.29-38
- FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1992.
- FONSECA, Vitória Azevedo da. **A Monarquia no cinema brasileiro**. Metodologia e análise de filmes históricos. Jundiaí: Paco Editorial, 2017



FONSECA, Vitória Azevedo da. Pesquisa histórica e cinema: a criação de Villa-Lobos. *ArtCultura*_Revista de História, Cultura e Arte Uberlândia, v. 18, p. 99-110, 2017b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/37951>

FONSECA, Vitória Azevedo da. **Cinema na história e a história no cinema**: pesquisa e criação em três experiências cinematográficas no Brasil dos anos 1990. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 220p., 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_FONSECA_Vitoria_Azevedo_da-S.pdf

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (organizadores). **História Pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.57-70

GINZGURB, Carlo. **Relações de Força**. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HERMETO, Miriam. Podem os palcos ser lugares de história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.153-160

KNAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.141-146

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila; ABREU, Martha. Que diferença faz a perspectiva da história pública nos estudos sobre a escravidão? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 229-238

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 121-130.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (organizadores). **História Pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.



MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018b. pp. 69-76

MENESES, Sônia. Qual a função da história pública em um país caracterizado por uma forte concentração midiática? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.181-188

RODRIGUES, Rogério Rosa. A história pública serve para a teoria da história, e vice-versa? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 277-284

ROSENSTONE, Robert A. La película histórica como campo, como modo de pensamiento (historiar) y un montón de malas jugadas que les hacemos a los Muertos. in: MONTÓN, A.L.H., GOMEZ, G.C. Gómez **Hacer historia con imágenes** (coords). Editorial Síntesis. Madrid, 2014.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. in: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (organizadores). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. pp.37-46

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre história pública e a profissionalização do historiador? In: MAUAD, Ana Maria, SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp.17-28



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



Artigo Excluído por Violação das Regras Editoriais da Revista



SOMOS HERDEIROS DO PECADO ORIGINAL? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DISCURSOS RELIGIOSOS PERANTE AO CORPO NA ANTIGUIDADE TARDIA

ARE WE HEIRS OF ORIGINAL SIN? SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE RELIGIOUS SPEECHES BEFORE THE BODY IN LATE ANTIQUITY

Pablo Gatt²⁹

ABSTRACT

The present article aims to analyze representations about the body in Roman and medieval society according to the discourses that were propagated by the representatives of the Christian religion of the first centuries and the currents opposed to Christianity. In this sense, we will discuss how the body was seen in Late Antiquity as well as in the Middle Ages, since with the advent of the Original Sin it was renounced to the social margin and depreciated under the aspect of the concupiscence of the flesh. In addition, we will investigate in the imaginary of each society how the body was connected to the social scope and its function in the institution of the marriage.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as representações acerca do corpo na sociedade romana e no medievo de acordo com os discursos que eram propagados pelos representantes da religião cristã dos primeiros séculos e pelas correntes opostas ao Cristianismo. Nesse sentido, discutiremos como era visto o corpo na Antiguidade Tardia assim como na Idade Média, uma vez que com o advento do Pecado Original o mesmo passou a ser renegado à margem social e depreciado sob o aspecto pelo viés da concupiscência da carne. Ademais, investigaremos no imaginário de cada sociedade como o corpo estivera ligado ao âmbito social e a sua função na instituição do casamento.

KEYWORDS

Body; Imaginary; Speech

PALAVRAS-CHAVE

Corpo; Imaginário; Discurso

Introdução

Jacques Le Goff considera que de todas as grandes revoluções culturais que ocorrem no Ocidente, das quais foram promovidas pelo Cristianismo, a que está ligada ao

²⁹ Doutorando em História Medieval, Universidade Federal do Espírito Santo: gattpablo@gmail.com



corpo fora uma das principais (LE GOFF, 1994, p. 145), uma vez que no século V, a Igreja Cristã já se destacava no antigo mundo romano como uma Instituição Central. O enfoque antes positivo dado à natureza humana, tal como a musculatura dos corpos dos soldados, com a presença do Cristianismo concede lugar as questões da vontade do ser, dos desejos corporais. A influência e preocupação provinda da doutrina pessimista de Agostinho de Hipona em relação ao corpo espelha e conduz nos discursos religiosos uma negação da concupiscência da carne, em que a vontade primeira do corpo como instrumento de pecado ascende ao primeiro plano.

Nesse sentido, a carne do corpo humano no início da Idade Média oscila entre o Pecado Original de Adão e Eva e a salvação do sujeito cristão (BROWN, 1990, p. 357). É uma história cristã de renúncia sexual, visto que no ano de 546 o imperador Justiano proíbe os atores em suas peças teatrais de vestirem os mantos sagrados dos monges. É o início do trato rigoroso do Cristianismo quanto ao corpo que, pautado pela desobediência original, deferiu nas cidades e aldeias paulatinamente um imaginário homogêneo.

O discurso do corporal na Antiguidade Tardia

Embora no seio da Igreja dos primeiros séculos houvesse controvérsias perante os sentidos que carregavam a carne, diferentemente era o imaginário do homem da Roma antiga, em que a única preocupação e negação institucional permeava a passividade do cidadão aristocrata.

Por meio dessas palavras, estabelece aquilo que lhe parece como a “ordem natural”: a função sexual ativa do homem aristocrático e cidadão, compatível com o seu autodomínio, integridade física, controle e domínio sobre os demais membros da sociedade e povos: mulheres, libertos e escravos. A sua virilidade estaria representada em seu ativo papel sexual e social (FEITOSA, 2008, p. 132).

Do mesmo modo, no Império do Oriente e anteriormente ao apogeu do Cristianismo encontramos uma moral em que o dinheiro e o estamento social se sobressaem ao Evangelho no que concerne o casamento e o divórcio. Entretanto, a lógica cristã gradualmente transforma o corpo em um templo sacrossanto (BROWN, 1990, p. 360), na união dos sexos pela oposição homem e mulher, em que ambos deveriam gerar filhos para a



perpetuação da palavra de Deus. O pai de família, no século IV, perde o direito de negar o filho, assim como são proibidos os métodos anticonceptivos, uma vez que tais atitudes são movidas às esferas pagãs.

O papel de Deus aparece na constituição do casal e posteriormente na formação dos filhos, engendrando uma sociedade de lares devotos, de sujeitos cristãos, acompanhados de restrições às práticas sexuais, pois para que os homens assumissem a forma de Cristo ressuscitado era necessário a renúncia do corpo. Dado que os líderes latinos atrelavam o mal presente no mundo à vontade humana, os Padres do deserto defendiam o ideal da castidade como forma de abundância e de paz. É, então, no século VI, que as noções cristãs se tornam hegemônicas no imaginário desses homens, visto que “da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente uma busca de uma ética pessoal, a uma moral como obediência a um sistema de regras.” (FOUCAULT, 2006, p. 289-290). No medievo a representação do ato sexual, quando praticado em dias proibidos pela Igreja, causava a geração de filhos leprosos e epiléticos. Nesse sentido, o “desbaratamento do corpo marcou o término do mundo clássico e o início da Idade Média.” (BROWN, 1990, p. 363), dando início a um período de uma moral em que há a valorização da renúncia de si.

Por sexualidade entendemos um dispositivo que engloba os interdiscursos, atitudes mentais, proposições filosóficas, morais e elementos heterogêneos. Empregada como nomenclatura somente no século XIX, para descrever a historicidade dos corpos e das práticas sexuais, na Idade Média a sexualidade fora um *peccatum*, um desvio da justiça original, um peso carregado pela humanidade devido ao Pecado Original, pois “o cristianismo produziu uma nova orientação para a sexualidade, introduzindo a ideia que há uma relação entre carne e pecado.” (JARDIM, 2006, p.125). Nota-se que a sexualidade é colocada como um valor singular constituído por cada grupo social no tempo e espaço, variando de acordo com cada sociedade analisada e imaginário, artifício construído socialmente e usado nos interdiscursos religiosos da Idade Média para o controle dos corpos.

Michel Foucault procurou realizar nos anos 80, através de uma análise discursiva, a genealogia da sexualidade e a identificação da construção de um sujeito desejante, dado ao apogeu dos estudos voltados à prática do poder nos anos 70. Em sua obra *Microfísica do poder* de 1979, Foucault acredita que o sistema de poder e as práticas corporais estão



diretamente ligadas. Nesse sentido, a prática do poder não impede o saber sobre determinado assunto, na verdade, esse poder produz o saber, constituindo uma verdade acerca do corpo, em que por meio dos canais discursivos ocorre a produção de discursos com efeitos de verdade.

Em qualquer sociedade encontramos múltiplas relações de poder que atravessam o corpo social, todas ligadas à prática do discurso, posto que esse poder está interiorizado na consciência das pessoas e nas relações que submetem inquiridos de verdades, assim como foram submetidos os homens medievais às pastorais de confissões. A analogia de que Cristo era a cabeça da Igreja, (*Ef* – 5, 23), fizera do Alto Clero latino uma poderosa Instituição espiritual e dominante no período medieval. Nessa perspectiva, o Clero desenvolveu um sistema de *representações* ao qual o mesmo estaria ligado a alma enquanto a maior parte da população, a laicidade, estaria ligada ao corpo. Esse discurso clerical conseqüentemente versaria o ideal da superioridade e uma hierarquia dos membros do Clero perante o popular (RANHEL, 2018, p. 16). Essa associação do Clero com a alma fizera com que a sociedade fosse guiada pelos mesmos em busca da salvação eterna, na ideia de que o corpo só seria salvo se seguisse as vontades da alma. Portanto, uma vez que submetidos ao poder das pastorais de confissões mediante ao discurso religioso o homem estaria no caminho correto da salvação, em que somente a Igreja encarnada nos valores espirituais no mundo poderia conduzir os homens na salvação das almas.

Esse poder que sobrepuja as regras e circula em cadeias funcionou como uma rede, ultrapassando e moldando o homem ao impor aparelhos de punição, ao sujeitar seus corpos, gestos, comportamentos e atitudes. Por isso, estudar a representação do homem medieval é compreender o social, a cultura, o religioso e as influências que marcaram o interdiscurso do período.

A desmistificação da liberdade sexual existente na Roma antiga e a quebra do pensamento de que foi o Cristianismo o promotor de uma moral sexual reguladora foram ideias cunhadas pelo historiador francês Paul Veyne. Em sua obra *Sexo e poder em Roma*, publicada originalmente em 2005, o historiador elucida que temas como castidade, finalidade reprodutiva e contenção já se faziam presente cem anos antes do advento do Cristianismo, quando na Roma antiga prevaleceu-se uma conduta sexual de ordem cívica, em que no corpo



do homem refletiam seus deveres como cidadão. Michel Foucault em *O cuidado de si* de 1984, compartilha de uma visão similar à de Veyne, ao elaborar uma análise do corpo a partir da medicina grega, entre a necessidade de um domínio sobre os desejos e de uma luta contra o prazer, em que será encontrada mais tarde na moral discursiva cristã.

O sexo era visto pela igreja como um mal necessário, indispensável para que a humanidade pudesse cumprir a orientação bíblica que propõe aos homens e mulheres serem fecundos, de modo a multiplicar e encher a terra de sua espécie, conforme se lê em Gênesis (Cap. 1, v. 28). Entretanto, isto desvirtuava o ser de sua verdadeira vocação que requer um total controle sobre os desejos da carne, sobretudo, a abstinência sexual. (JARDIM, 2006, p. 126)

Durante toda a história da era cristã não encontramos um modelo comportamental homogêneo no que tange a sexualidade a ser seguido. Na Roma antiga a promiscuidade estava atrelada aos escravos, que computavam 25% da população, uma vez que não eram considerados cidadãos pois não tinham deveres morais algum com o Império. Nesta lógica, o casamento funcionava como um negócio, em que não se fazia presente o sentimento a dois. Casar-se era um dever cívico, visto que o único objetivo era o de procriação, gerando homens livres para o Império. A instituição do casamento monogâmico já se fazia presente, nesse sentido, existiu uma conduta ordem cívica e de responsabilidade para com a sociedade. O sexo não deveria ser praticado livremente, mas sim com o intuito da reprodução, embora encontremos práticas contrárias ao discurso esperado, uma vez que o cidadão aristocrata poderia procurar a satisfação dos prazeres com um escravo ou em lugares públicos próprios para o flerte, na condição de que o mesmo jamais poderia ser submisso.

A virilidade, significando uma soberania sobre si, é uma virtude do cidadão. Esse homem viril era considerado um “soldado do dever cívico”, um ser moralmente responsável. Esse homem romano tinha uma série de tarefas a realizar: o ofício da guerra, a escrever leis, a manutenção e preservação da *gens*. Ser, portanto, viril, era tido como útil para que o exercício dessas atividades, e por conta disso a carência de virilidade não era vista com bons olhos. Ser efeminado, não ser viril, era trair o *mos maiurum*. Este ideal romano expressava, além da questão do domínio de si, o domínio exercido na vida pública. Ser senhor de si e, mais ainda, ser viril era uma qualidade muito desejada. (MENNETTI, 2011, p. 45-46)



Uma vez que estamos falando de homens livres da aristocracia, ser penetrado ou submisso é malvisto, o cidadão romano deve sempre ser ativo, pois o seu papel sexual reflete no corpo social. Em suma, em um primeiro momento da história romana, o corpo esteve atrelado a um dever cívico, em que a figura masculina deveria zelar pelo lar, proprietário de sua esposa, filhos e bens, compreendendo uma sociedade de valores estéticos.

No final da fase do Império, a filosofia estoica abarcou a vida privada desses sujeitos. Descolando de uma conduta vinculada à cidade para o equilíbrio pessoal, o homem passou a transitar entre a vigilância no que tange o prazer e a real necessidade da matéria. O corpo passou a se enquadrar entre a dualidade da contenção e da educação, entretanto, jamais da satisfação dos desejos. Nesta ocasião, fundou-se uma luta no interior do homem frente aos excessos provocados pelo prazer. Mesmo com a virada estoica o sexo ainda continuou a ser visto para a procriação, visto que “quem quer ser um homem de bem só deve fazer amor para ter filhos. O estado de casamento não serve aos prazeres venéreos.” (VEYNE, 2009, p. 47).

O cidadão romano orientou-se para os conflitos internos que necessitam ser resolvidos, mesmo que ainda responsável pelo lar, a mulher agora é sua companheira e não propriedade, única em sua vida. Contudo, o sexo ainda está envolto por uma série de observâncias, dado que a necessidade de exame de si esteve voltada para o pessoal e não mais ao cívico, em que o ser ativo do mesmo modo poderá cair na tentação e nos excessos do prazer. Aqui a prática do ato sexual por intermédio da realização do prazer é vista como igual ao praticado com uma amante ou com meretrizes. Formulou-se uma conduta voltada para a procriação e não para os afetos e carícias, em que concomitantemente o casamento passou a abranger uma visibilidade social, não mais realizado apenas no interior das elites, na medida em que agora qualquer desvio conjugal transparece na comunidade.

O estoicismo, de fato, fora uma filosofia que estimulou a autonomia e o controle de si. Nessa perspectiva, o sexo é vigiado pelo homem no que tange o seu prazer, sempre observando a não exaltação da carne, pautado em um autocontrole. Temos então um mundo pagão dividido em dois momentos, em que questões voltadas ao tema da moral sexual já se faziam presentes. Encontramos um primeiro momento abarcado pela conduta do dever cívico, posto que o casamento e o ato sexual refletem a estrutura da sociedade romana, visto que o homem é obediente ao Império. Ademais, nos deparamos com um segundo momento



e a afirmação da contenção do eu, em que na filosofia estoica o homem é praticante do autocontrole e vigilante do prazer interno.

O que estava em jogo era uma mudança sutil na percepção do próprio corpo. Os homens e mulheres dos séculos subsequentes não apenas foram cercados por um conjunto diferente e mais rigoroso de proibições. Passaram também a ver seus próprios corpos sob um prisma diferente. Vista através da lente do cristianismo plenamente elaborado do início da Idade Média, a imagem do corpo das pessoas do século II parecia estranhamente indistinta. Ela era turvada por uma sensualidade difusa. (BROWN, 1990, p. 35)

Os primeiros discursos cristãos de negação corporal

Embora a comunidade cristã durante os primeiros séculos tenha sido diversificada no que diz respeito à moral sexual, citamos alguns de autores cristãos e seus pareceres acerca do assunto, uma vez que muitos cristãos usaram o corpo como mecanismo demonstrativo da fé, seja pela castidade, clausura ou renúncia de todos os bens materiais. Posto que no mundo pagão a pregação de uma conduta sexual se restringia perante ao estamento do indivíduo, no Cristianismo temos um código moral propagado a toda comunidade, independente da região, raça ou estamento.

Durante os primeiros séculos da era cristã, o apologista cristão grego Clemente de Alexandria (215), pregou um “ideal humano da continência, ou seja, o que é estabelecido pelos filósofos gregos, ensina-nos a resistir à paixão, para que não nos tornemos subservientes a ela, e a treinar os instintos para que busquem metas racionais.” (Clemente de Alexandria, apud BROWN, 1990, p. 36). Para Clemente de Alexandria o prazer sexual é errôneo, entretanto a relação sexual, desde que praticada para o fim reprodutivo, deveria promover a renovação da carne frágil, em que o homem é vigilante desse prazer e seu próprio juiz.

Diferentemente em Cartago, província romana da África, o apologista cristão Tertuliano (220), defendeu uma moral sexual mais rigorosa. O autor cristão promoveu uma doutrina pautada na suspensão da atividade sexual, uma vez que o desejo sexual se faz presente na vida do homem e é incapaz de ser apagado seja pelo batismo ou pela renúncia, posto que a atividade sexual instiga o pecado. Tertuliano também pregava o exame dos



desejos e a vigilância quase que contínua da carne, pois o desejo sexual representa a marca do pecado e rompendo-se com o desejo, rompe-se com o pecado. É levar uma vida sob o exame constante de si.

Especula-se que com o movimento filosófico do gnosticismo no segundo século, com Valentim (160), ocorreu a promoção de um estigma negativo ao corpo. Para o gnóstico, o corpo fora um acidente e estranho ao verdadeiro eu. Nessa mesma perspectiva negativa, Cipriano de Cartago (258), no século III, que teve Ambrósio de Milão (397), e Agostinho de Hipona (437), como seus sucessores, considera a carne dos cristãos como um sinal constante da luta contra as maldades do mundo. Ambrósio, no século IV, também acolhe a visão da carne como um sinal eminente do perigo, posto que é sexualizada. Segundo a filosofia do maniqueísmo, o ato sexual, mesmo que praticado para a reprodução, contribuía para o alargamento das forças do mal, assim como fora defendido por Gregório de Nissa (394), e Jerônimo (420), visto que a sexualidade fora a responsável pela queda original. Nesse sentido, os dirigentes da Igreja Latina repeliram o casamento para longe do sagrado, construindo um aparato discursivo de negação a qualquer ato sexual. (BROWN, 1990, p. 111).

No final do século IV, como um dos principais representantes do Cristianismo dos primeiros séculos, Agostinho irá se dedicar à escrita da doutrina cristã ao optar pela vida ascética no pequeno mosteiro de Hipona. O apologista cristão em suas obras afirma que a sexualidade está presente nos homens, inclusive esteve presente em Adão e Eva de maneira consciente, dado que “as núpcias dignas da felicidade do Paraíso, se não tivesse havido o pecado, teriam gerado filhos dignos de amor e não teriam vergonha da volúpia (libido).” (CD, XIV, XXIII, tradução nossa)³⁰. Vemos em Agostinho a aceitação do matrimônio desde que o intuito final seja a reprodução (CD, XIV, XXIV), entretanto, a castidade e a abstinência ainda são defendidas como os modos mais elevados de vida, pois “esta paixão libidinosa, de

³⁰ Ver no original: “Et ideo illae nuptiae dignae felicitate paradisi, si peccatum non fuisset, et diligendam prolem gignerent et pudendam libidinem non haberent.” (CD, XIV, XXIII).



que agora estamos a tratar, excita a vergonha tanto mais quanto mais o espírito.” (CD, XIV, XXIII, tradução nossa)³¹.

Para Agostinho de Hipona a prática do ato sexual é entendida em função de um *debitum conjugale*, visto que a desobediência é compreendida como desejo sexual não controlado, uma vez que toda desobediência reflete a desobediência original perante ao criador. Temos um Agostinho preocupado com o desejo sexual, em que esse desejo deveria ser disciplinado e observado constantemente.

Mas quando o comando da vontade retém os outros membros, sem os quais os excitados contra essa vontade pela paixão libidinosa não podem alcançar o que desejam, guarda-se a castidade e não desaparece, embora não permitido, o prazer do pecado. No Paraíso as núpcias não teriam esta oposição, esta repugnância, esta luta entre a vontade e a libido ou, pelo menos, esta deficiência da libido ao apelo da vontade, se a desobediência culpável não provocasse o castigo duma desobediência; esses membros obedeceriam, com o todos os outros, à vontade (CD, XIV, XXIII, tradução nossa)³².

A construção do discurso de Agostinho caracteriza-se pela contrariedade ao ato sexual praticado pelo prazer, pois o Pecado Original de Adão e Eva acarretou para os homens a mancha do pecado, transferindo uma negatividade para a prática da atividade sexual, dado que “agora na sua carne é movido pela paixão libidinosa.” (CD, XIV, XXIV, tradução nossa)³³.

Desde o Pecado Original, parece estar sendo construída uma estratégia de controle das sexualidades masculina e feminina, tal como diz o texto bíblico: “o teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará” (Gênesis, Cap. 3, v.16). À desobediência dos homens à vontade de Deus, Ele nos puniu com a desobediência “daquela” parte do corpo dos homens à vontade desses. Doravante, homens e mulheres pagarão pelo pecado do orgulho,

³¹ Ver no original: “Nunc vero pudet animum resisti sibi a corpore, quod ei natura inferiore subiectum est.” (CD, XIV, XXIII).

³² Ver no Original: “Sed cum alia membra retinentur voluntatis imperio, sine quibus illa, quae contra voluntatem libidine concitantur id quod appetunt implere non possunt, pudicitia custoditur, non amissa, sed non permissa delectatione peccati. Hunc renisum, hanc repugnantiam, hanc voluntatis et libidinis rixam vel certe ad voluntatis sufficientiam libidinis indigentiam procul dubio, nisi culpabilis inoboedientia poenali inoboedientia plecteretur, in paradiso nuptiae non haberent, sed voluntati membra, ut cetera, ita cuncta servirent.” (CD, XIV, XXIII).

³³ Ver no original: “ut in eius carne etiam illud non nisi eius voluntate moveretur, quod nunc nisi libidine non movetur.” (CD, XIV, XXIV).



aquele que os impeliu à desobediência, com a incapacidade de governar os seus próprios corpos, a *luxúria* os levará a uma armadilha, da qual quase não há escapatória, o preço da salvação será a eterna vigilância e, não apenas sobre o corpo, mas, sobretudo, sobre o pensamento, pois é neste campo que o pecado se insinua e corrompe o corpo, fato que é recorrente no discurso eclesiástico. (JARDIM, 2006, p.126)

Os discursos dos apologistas cristãos dos primeiros séculos reforçaram a mancha pecaminosa que estará presente no imaginário e representações dos homens medievais, posto que Agostinho de Hipona salientou através de seus discursos a concupiscência atrelada a carne.

Em suma, primeiramente encontramos uma conduta de ordem cívica, em que na Roma antiga do mundo pagão os deveres da cidade refletem no comportamento e na prática sexual do cidadão livre. Com os estoicos, posteriormente, compreendemos a vigência da prática do exame de si, em que o “eu” assume um lugar principal, não mais abrangendo uma ordem cívica. É apenas com a filosofia patrística que ocorre a elaboração dos impulsos sexuais como, quando fogem ao controle, resultado da consequência da desobediência original, surgindo uma luta constante entre os desejos e as verdadeiras necessidade da alma. Nesse sentido, os cristãos se submetem ao discurso religioso pautado no Pecado Original de Adão e Eva perante a lógica da obediência.

Além desse caráter não binário do interdiscurso, as práticas discursivas não são contínuas, uma vez que temos por exemplo a intolerância em relação à Homofilia³⁴, na Roma antiga, assim como na Grécia dos primeiros séculos o sexo servia como meio de suporte para as iniciações ao conhecimento, estando vinculado com as formas de conhecimento da verdade. Passa-se ao caráter da descontinuidade quando na época imperial prevaleceu-se uma moral sexual que privilegiou o casamento apenas entre cônjuges de sexos opostos, valorizando ato sexual apenas no intuito da procriação. Ainda no Alto Império Romano, médicos e filósofos atuaram no sentido de promover uma moral sexual (BROWN, 1990, p. 79), que abraçada pelo Cristianismo, inaugurou uma nova época na Europa. Esse

³⁴ Ato sexual praticado entre dois homens na Grécia Antiga, quando não pertencentes ao mesmo estamento e o membro do estamento mais alto como o ativo da relação.



novo imaginário constituiu-se por meio de um sistema de representações de cunho moral entre o homem e o seu corpo, promovendo um receio ao ato sexual e o amor entre rapazes, visto que a relação entre dois homens passou a ser proibida e taxada como sodomia³⁵ na Idade Média.

No imaginário medieval, esse corpo doente era, então, considerado o sinal externo de algum pecado cometido pelos pais (por exemplo, relação sexual em períodos proibidos), resultado do castigo divino. Daí o fato corriqueiro de atribuírem-se desregramentos sexuais aos leprosos. Em virtude disso, os leprosos foram excluídos do convívio social e confinados em "gafárias" (designação ibérica) e obrigados a usar uma marca da infâmia: um guizo, uma matraca ou um sino quando circulassem pedindo esmolas (na França ocorreram massacres de leprosos em 1321. Mais uma vez, estabelecia-se a ligação entre corpo (doente) e pecado. (SANTOS, 2001, p. 16)

A prática do ato sexual, portanto, não é má, mas necessária quanto à reprodução e para perpetuação da palavra de Deus e deve ser vigiada, pois a satisfação da concupiscência da carne passou a ser retratada como a não vontade de Deus, tendo origem na queda posto que Adão perdeu o controle sobre os desejos.

Para Foucault, os primeiros autores cristãos teriam tomado de empréstimo princípios de uma moral pagã já preconizada por alguns filósofos e médicos na Antiguidade. Outrossim, o autor afirma que a moral cristã não passa de um fragmento da ética pagã introduzido no cristianismo, mas que propôs um novo modelo de concepção de si.⁶ Seria esse o período no qual emergiria uma concepção de família monogâmica, de comportamentos sexuais aceitáveis e de estrita fidelidade entre as pessoas casadas. O cristianismo trouxe novas técnicas para impor seus princípios morais e um conjunto de imperativos e proibições que determinariam as relações entre homem e mulher e o exercício da sexualidade. (SILVA, 2015, p. 42)

³⁵ Sodomia é a prática do coito anal seja entre dois homens ou entre um homem e uma mulher.



Nessa perspectiva, inscreve-se no Cristianismo, juntamente de temas já presentes anteriormente ao seu apogeu, uma moral pautada na desobediência de Adão e Eva e na vigilância constante de si, em que a carne se fez “verbo”.

Uma dupla evolução tende a fazer da carne a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem sob as mais secretas formas. (FOUCAULT, 2014, p. 22)

Essa moral sexual de influência estoica emergirá uma conduta social interiorizada no imaginário medieval, em que surgirá uma vigilância interna e constante. Com o apogeu do Cristianismo e dos inúmeros discursos advindos de diversas comunidades cristãs, a carne adquire o tom da sexualidade, posto que “uma das primeiras novidades trazidas pelo Cristianismo foi o nexos entre a carne e o pecado.” (LE GOFF, 1994, p. 158). Essa carne passa a ser negativa no que tange a satisfação dos desejos e positiva no que concerne a reprodução dos homens para a perpetuação da palavra de Deus.

Assim, percebe-se aqui como a carne cristã estará marcada pela noção de desejo interior, que o sujeito não pode controlar, ou obedecer, implicando uma desobediência constante, fonte de toda impossibilidade de controle por si mesmo. Nesse sentido, a vigilância será mais do que necessária, será fundamental. Esse texto, ainda remete para o fato de que antes da queda, corpo de Adão e cada parte de seu corpo obedecia perfeitamente a alma e a sua vontade. Ele desconhecia a excitação voluntária. (CALÇADO, 2015, p. 159)

O desejo presente nos homens, segundo Agostinho, após o pecado necessita ser controlado e jamais saciado para que o corpo possa refletir a obediência à Deus, pois “o homem já não vive como quer. Julgar-se-ia feliz se vivesse como quer. Mas nem isso seria, se vivesse vergonhosamente.” (CD, XIV, XXIV, tradução nossa)³⁶.

No século XII, com a instituição do sacramento do matrimônio (segundo o modelo do Evangelho, monogâmico e indissolúvel), instalou-se um discurso eclesástico normativo de controle das pulsões do corpo na sociedade dos laicos. Nessa linha de

³⁶ Ver no original: “Hinc evidentior miseria, qua homo non vivit ut vult. Nam si ut vellet viveret, beatum se putaret; sed nec sic tamen esset, si turpiter viveret.” (CD, XIV, XXIV).



pensamento, as relações sexuais só tinham alguma dignidade para a reprodução da espécie, o resto enquadrava-se no pecado carnal da luxúria. Assim, a Igreja imiscuía-se em questões da esfera do privado na Antiguidade e tornava-as da esfera pública, ou seja, da comunidade cristã por ela dirigida. (SANTOS, 2001, p. 15)

Nesse sentido, toda a culpa primária de Adão e Eva fora refletida nas ações dos homens. Esse desejo, segundo a doutrina do Cristianismo se faz presente inicialmente nos sujeitos por meio de um viés negativo, necessitado ser exteriorizado pela pastoral da confissão para que a busca pela verdade ocorra. É por intermédio do estímulo a confissão que a Igreja assegurou o controle sobre os sujeitos cristãos (MAGALHÃES, 2009, p. 188). É perante ao desejo sexual que se trava uma luta interna entre carne e espírito, apontando para um Cristianismo incumbido de reconhecer no indivíduo um sujeito portador de uma sexualidade perigosa e que possa o impedir de alcançar a salvação.

Vistos como os intérpretes da palavra sagrada e da verdade, os *oratores* consideravam que sua proximidade com o mundo divino os autorizava a controlar o resto da sociedade, procurando assim estabelecer normas que garantissem aos vivos a futura entrada no paraíso. (ZIERER, 2001, 117)

Considerações finais

O *discurso*, por assim entendermos, fornece controle e vigilância face a sociedade, na exclusão da permanência de um sujeito de conhecimento dado. Trava-se então, estratégias, perguntas, respostas de dominações, esquivas e lutas, como podemos exemplificar durante a Idade Média nas confissões como formas gerais de pesquisas sobre a verdade. Essa confissão que foi realizada pela Igreja cristã passou a confiscar tudo que se encontrava relacionado ao âmbito interpessoal, agindo como as formas de saber, pois o homem é pecador desde o seu nascimento segundo Tomás de Aquino e essa é uma característica advinda do Pecado Original (ST, I-II, q. 82, a. 1), ou seja, tem muito o que dizer.

Pela pastoral da confissão o pecador confessa todas as suas faltas perante a leis de Deus, tendo o confessor como função principal a guia do pecador para o caminho correto. Na confissão os homens passam a ter noção de suas vidas, atos e de suas almas nas



formulas da doutrina cristão. É uma forma de controle social e das subjetividades humanas. Nesse sentido, o Ocidente medieval elabora sobre a prática da sexualidade a verdade do saber por meio de uma moral exteriorizada, em que na pastoral da confissão o homem tem o dever de falar sobre si para outrem, configurando-se em sujeitos subordinados pelos discursos disciplinadores de efeito verdade.

A Cristandade desde os seus primórdios fora negativa ao ato sexual. Fora a Igreja na Idade Média que, como força dominante na vida moral e espiritual dos homens, especificou o que seria permitido durante à prática do ato sexual (RICHARDS, 1993, p.33). Essa relação da Igreja com a moral sexual seguiu uma linha homogênea durante todo o período, pois já de início o sexo era visto como um mal necessário, uma vez que a perfeição espiritual transcende a carne, por meio da virgindade e do celibato e a “diabolização da carne e do corpo – considerado como suporte da devassidão e centro de produção do pecado – negou ao corpo toda e qualquer dignidade.” (LE GOFF, 1994, p. 160). Nesse sentido, o casamento monogâmico e indissolúvel fora uma tentativa de regulamentação da atividade sexual, como vínculo de combate a fornicção, aceito apenas quando realizado para a procriação. É apenas no século IX, na França, que o casamento se torna doutrina sacramental, dado no que século XII a Igreja assume o total controle da instituição matrimonial. Nesse contexto, o papel da mulher continua subjugado, dentro e fora da instituição do casamento, pois o controle antes do pai passa para o marido. Essa mulher necessita ser disciplinada, visto que é considerada herdeira direta de Eva e que provoca no homem o despertar dos desejos mais profundos.

Sendo assim, por meio da centralidade cristã no período medieval “a visão da Igreja sobre o casamento como a pedra fundamental de sociedade cristã estável era geralmente aceita.” (RICHARDS, 1993, p.44), assim como a visão sobre à prática ato e da moral sexual. Nesse sentido, a proibição ao ato quando praticado atingiu patamares cada vez maiores, chegando a ser proibido em dias de festas religiosas, domingos, durante os períodos de jejuns, na gravidez e o período menstrual da mulher.

Fora por meio das confissões e dos penitenciais que a Igreja pode deter algum conhecimento das práticas realizadas pelos leigos, uma vez que as penas mais graves eram direcionadas aos mais velhos, casados e principalmente aos clérigos, por serem



representantes da ordem moral, ocorrendo por intermédio da negação da carne “o deslizamento do sentido da palavra caro – a humanidade assumida pelo Cristo na Encarnação – para o de carne fraca, corruptível, e do de carnal para o de sexual.” (LE GOFF, 1994, p. 160). Consideramos, então, a Idade Média Central como um espaço de valor cultural, extremamente penetrado e regulado pelos valores religiosos e pela ideologia cristã.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI SANCTI AURELLLI. *De civitate dei*. Vol. II, Lib. XIV-XXII. Liepzig: Lipsiae, 1987.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1994.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade**: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do Cristianismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CALÇADO, Thiago. **A carne se fez verbo**: confissão cristã e sexualidade em Michel Foucault. 2015, 183f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia. Pontífica Universidade Católica, São Paulo.

FEITOSA, Lourdes. Gênero e sexualidade no mundo romano: a antiguidade em nossos dias. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Organização e seleção de textos: Manuel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Coleção Ditos e Escritos. v. V. 2 Ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade do saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

JARDIM, Rejane Barreto. A luxúria como herança de Adão. **Revista do NIESC**, Rio de Janeiro, Vol. 6, p. 120-128, 2006.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A heresia como forma de resistência à exclusão social: o caso dos Beguinos (sul da França e norte da Itália – 1307-1323). **Revista Dimensões**, Vitória, vol. 23, p. 182-198, 2009.



RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação**: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

RANHEL, André Silva. História do corpo na Idade Média: representações, símbolos e cultura popular. **Veredas da História**, v. 11, n.1 p. 10-31, 2018.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante. O corpo dos pecados: As representações femininas nos reinos ibéricos (1250-1350). **Textos de História**, vol. 9, n° 1/2, 13-30, 2001.

SILVA, Roberta Alexandrina da. Das comunidades a Roma: O feminino nas comunidades gnósticas e o processo de segregação sexual entre os porto-ortodoxos (séculos I-IV). **Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos**, Vitória, n. 6, p. 39-57, 2015.

TOMÁS DE AQUINO. **Summa Theologiae**. 2° ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

VEYNE, Paul. “O Império Romano”. In: ARIÈS, P. et DUBY, G. (org.) **História da vida privada**. V. I. Do Império romano ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



HISTÓRIA PÚBLICA E HISTÓRIA DA MÚSICA DO BRASIL E A CRIAÇÃO DO SITE A MÚSICA DE: HISTÓRIA PÚBLICA DA MÚSICA DO BRASIL

PUBLIC HISTORY AND HISTORY OF MUSIC IN BRAZIL AND THE CREATION OF THE SITE THE MUSIC FROM: PUBLIC HISTORY OF MUSIC IN BRAZIL

Daniel Lopes Saraiva³⁷

ABSTRACT

Public history has gained prominence in the historiographic milieu, at the same time that we have seen a dizzying growth in the publishing market, especially with regard to the relationship between history and biography. Therefore, the article proposed here aims to discuss some of the possible relationships between oral history, public history, history of the present time and history of music. For that, some books and a project that contemplates the relationship between academic studies on music and its reverberations beyond the university are analyzed. Finally, the project *The music of: public history of music in Brazil*, which aims to constitute a broad platform on the subject, and some points of the interview with the singer Edy Star made for the website *The music of: history* are presented. of Brazilian music are analyzed in the article.

RESUMO

A história pública tem ganhado destaque no meio historiográfico, ao mesmo tempo em que temos visto um crescimento vertiginoso no mercado editorial, principalmente no que concerne à relação entre história e biografia. Diante disso, o artigo aqui proposto tem como objetivo discutir algumas das possíveis relações entre história oral, história pública, história do tempo presente e história da música. Para isso, são analisados alguns livros e um projeto que contempla a relação entre os estudos acadêmicos sobre a música e suas reverberações para além da universidade. Por fim, são apresentados o projeto *A música de: história pública da música do Brasil*, que tem como objetivo constituir uma plataforma ampla sobre o tema, e os alguns pontos da entrevista com o cantor Edy Star feita para o site *A música de: história pública da música do Brasil* são analisados no artigo.

KEYWORDS

Public history, music, memory, oral history

PALAVRAS-CHAVE

História pública, música, memória, história oral

Introdução

³⁷ Doutor em História, Universidade do Estado de Santa Catarina: danielsaraiva_15@hotmail.com



Nas últimas décadas, temos visto o crescimento no número de biografias e livros de história ao redor do globo. No Brasil não é diferente. Entre os personagens escolhidos, por diversas vezes destacam-se os músicos, compositores, intérpretes, empresários do cenário musical, grupos de artistas e movimentos musicais. Sejam autobiografias, sejam publicações escritas por um profissional, esses livros se avolumam nas estantes das livrarias³⁸. Para além disso, os documentários sobre a música brasileira também vêm ganhando destaque ao falar, por exemplo, de movimentos musicais como *Coisa mais linda* (2005), sobre a história da bossa nova, e *Tropicália* (2012), que aborda o movimento de mesmo nome; ou acerca de trajetórias individuais, como *Raul - O início, o fim e o meio* (2012) e *Eu sou Carlos Imperial* (2013); ou ainda narrando um evento marcante da nossa história, como o sucesso de público *Uma noite em 67* (2010), que narra o festival da Rede Record daquele ano. Há também as minisséries e os filmes sobre personagens que fizeram parte da história da nossa música, como *Maysa: quando fala o coração* (2009), *Dalva e Herivelto: uma canção de amor* (2010) e *Gonzaga: de pai para filho* (2012) — este exibido primeiro no cinema e depois na televisão. Em comum, todos têm a característica de terem sido vinculados na emissora de maior audiência do país, a Rede Globo.

Mas de que forma essas obras ajudam na reelaboração da história da música brasileira? Para responder esta pergunta, observamos a publicação do livro do jornalista Ricardo Alexandre, *A vida e o veneno de Wilson Simonal* (2009), e a realização do documentário sobre a vida do artista, *Ninguém sabe o duro que eu dei* (2009), do mesmo ano. As duas obras, além de apresentarem a trajetória do cantor Wilson Simonal, abordam a questão da reelaboração da memória. Simonal foi considerado “colaborador” da ditadura³⁹ e,

³⁸ Nas últimas décadas, foi lançada uma infinidade de livros ligados a trajetórias de indivíduos e grupos ligados à música. A Editora 34 tem em seu catálogo livros sobre os Festivais da Canção, Jovem Guarda, Os Mutantes e diversos outros títulos. A Editora Cobogó tem na coleção o livro do disco, em que discos célebres ganham uma edição escrita por um jornalista ou pesquisador da área. Entre os livros de memória, temos como exemplo os de André Midani, Rita Lee e César Camargo Mariano. E entre os artistas que foram biografados recentemente, temos Elis Regina, Fagner e Elza Soares. A lista é grande e seria impossível citar todos os nomes nesse momento.

³⁹ Essa colaboração até hoje não foi muito explicada pela historiografia. Apesar de o nome do artista estar presente em documento das forças armadas, não há o que explique como era essa colaboração (<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/documento-do-exercito-revela-nome-de-delatores-no-meio-artistico>).



na ocasião de sua morte, em junho de 2000, amargava um ostracismo. Após o lançamento do livro e do filme, a figura do artista foi redimensionada por meio de questões como a de ser um dos primeiros negros a fazer sucesso no Brasil e de ter tamanha desenvoltura nos palcos, aspectos que sobrepujaram a até então mácula de possível colaborador do regime militar, que assombrava sua trajetória.

Os trabalhos citados nos permitem ver de que forma a rememoração pode alterar a memória de trajetórias como essa. Cabe aqui ressaltar também a importância do trabalho do historiador Gustavo Alonso, que antes do *boom* de pesquisas sobre Simonal, defendeu, em 2007, sua dissertação no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga - Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*, que foi lançada em livro no ano de 2011.

Pensando no trabalho de Gustavo Alonso e de outras pesquisas no campo da história, cabe a pergunta: qual é o estado atual das pesquisas históricas sobre música brasileira?

Os estudos sobre a música no Brasil tiveram início nos anos 1980 e, na década seguinte, aumentaram exponencialmente. Silvano Fernandes Baia (2015, p. 18), em sua análise sobre os estudos da historiografia da música popular no país, diz que o campo, até hoje, vem buscando melhor posicionamento, pois as pesquisas estabelecidas até o fim do século XX versavam quase que exclusivamente sobre a música popular do Rio de Janeiro. O autor cita ainda que alguns movimentos musicais tinham um maior número de pesquisas, como a bossa nova e a tropicália, enquanto outras vertentes da música brasileira ganhavam pouco ou nenhum espaço nos estudos historiográficos. Ao abordar o conceito da sigla MPB, ele deixa claro que não se trata apenas de uma abreviação de música popular brasileira, uma vez que não engloba toda a música popular feita no país, mas, sim, um subconjunto dessa produção. A sigla surgiu na década de 1960 para designar um repertório que despontou na efervescência dos festivais e que foi se configurando um ponto de convergência entre bossa nova, canção engajada, gêneros tradicionais (como samba e baião) e, posteriormente, tropicalismo (Baia, 2015, p. 189). Como pode ser observado no trabalho de Baia, são esses movimentos da música brasileira os principais tópicos tratados nas pesquisas até os anos



1990. Mesmo acenando para uma mudança, a década posterior foi discreta em relação à abertura de temáticas sobre a música popular brasileira, continuando a tratar como preponderantes aquelas cristalizadas pela elite cultural brasileira.

Mas por que os estudos sobre a MPB ganharam mais importância? Segundo Marcos Napolitano (2005, p. 7),

[...] a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora de nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais. Para completar, ela conseguiu, ao menos nos últimos quarenta anos, atingir um grau de reconhecimento cultural que encontra poucos paralelos no mundo ocidental. Portanto, arrisco dizer que o Brasil, sem dúvida uma das grandes usinas sonoras do planeta, é um lugar privilegiado não apenas para ouvir música, mas também para pensar a música.

O autor ressalta ainda o lugar privilegiado que a música popular tem no Brasil, afinal, nela encontram-se mediações, fusões, encontros de diferentes etnias, religiões, classes e regiões, além de ser, por diversas vezes, tradutora de muitos dos nossos dilemas nacionais (Napolitano, 2005, p. 7). Indo ao encontro da fala de Napolitano, Alberto Moby Silva (2008, p. 48) destaca que a música popular, provavelmente mais do que outras manifestações culturais, tem papel fundamental na formação da identidade nacional, muito provavelmente pela sua inserção junto à camada média urbana da população. E para Miriam Hermeto (2012, p. 41), “analisar historicamente a canção popular brasileira é pensar nela como uma produção cultural, conformada e limitada pelas suas condições de produção, circulação, recepção pelos mais diferentes públicos e pelos muitos usos sociais que dela se pode fazer”.

A partir da fala desses pesquisadores, fica evidente que a música tem espaço privilegiado no cotidiano da sociedade brasileira, sendo possível traçar parte da história cultural, política e comportamental a partir de uma canção, movimento musical ou trajetória.

Nos últimos anos, diversos historiadores têm não apenas pesquisado a música, mas também vêm ampliando o público leitor, dialogando com as memórias nacionais sobre o tema e produzindo pesquisas com processo de produção dialógica. Muitos deles, inclusive, trabalhando com história oral, o que faz com que grande parte desses trabalhos sobre a música brasileira tenham convergência com a história pública, que tem ganhado cada vez mais espaço institucional nos últimos anos no Brasil. Chamando atenção para a pluralidade da história pública, Ricardo Santhiago (2018, p. 326) cita que a “ida ao público [...] significou, em grande medida, uma busca por resguardar o valor do historiador, dos métodos de pesquisa



histórica e de sua autoridade profissional frente a outros agentes e procedimentos potencialmente danosos à nossa cultura histórica”.

Muitos agentes dominaram as técnicas narrativas e, em alguns casos, criaram *best-sellers* de história popular, diversas vezes sem o rigor metodológico, sem as devidas citações e sem a preocupação com a narrativa apresentada. É claro que não pode ser feita uma generalização, mas essas situações têm cada vez mais se avolumado no mercado editorial. Para Santhiago (2018, p. 327), o papel do historiador tem se redesenhado no momento em que aspectos da experiência social atual, como a emergência do revisionismo, a polarização política, as ameaças à liberdade de cátedra e a ruptura democrática de 2016, “imbuíram à história pública de oferecer respostas socialmente relevantes às questões mais vivas do presente”. Ele chama atenção ainda para a importância da história oral no crescimento da história pública. De acordo com o historiador, foi a ela que na pós-redemocratização e no registro acadêmico coube pensar o passado recente, tornando-se um dos canais de interlocução mais vigorosos entre a sociedade civil e os historiadores baseados nas universidades (SANTHIAGO, 2018, p. 328).

Juniele Almeida (2016, p. 47), historiadora igualmente dedicada aos estudos e à realização de uma história pública, também ressalta que “no horizonte dos saberes dos movimentos sociais e da história oral, as práticas da história pública são evidenciadas nas interpretações dialógicas desse conhecimento histórico produzido e difundido”. A historiadora destaca ainda que o processo da construção da entrevista surge das duas partes, ou seja, ocorre uma negociação de significados e sentidos entre entrevistador e entrevistado. A história oral possibilita, assim, a criação de fontes que expressam dimensões subjetivas de diferentes momentos históricos e busca, através da memória viva, a construção do vivido, ressaltando que a memória parte sempre do presente (ALMEIDA, 2016, p. 48-9).

A história do tempo presente também conquistou espaço nos últimos 20 anos. Ela possibilita que os historiadores pesquisem com um recuo menor de tempo, pois abordam eventos mais recentes. Além disso, a história do tempo presente tem promovido ampla renovação historiográfica, trazendo consigo a revitalização da história política, a ampliação do uso de fontes, a valorização da interdisciplinaridade e a recusa de explicações



deterministas e totalizantes. Ela traz também a valorização de atores individuais e coletivos e a relação dialética entre história e memória (DELGADO; FERREIRA, 2014, p. 7).

Somado a isso, a história do tempo presente atua com a reelaboração e a reconfiguração de determinados acontecimentos históricos, mas, diferentemente dos períodos mais recuados, trabalha com um jogo de tensões, que operam não apenas diferentes visões de história e de historiadores, mas também dos personagens centrais dessa história. A história como campo de conhecimento é, então, marcada como espaço de travessias, lacerada por demandas inumeráveis. O passado é cada vez mais colocado como chave para a justificativa dos acontecimentos do dia a dia (MENESES, 2016, p. 70).

Em relação às pesquisas sobre música no campo historiográfico, há algum tempo trabalhos na área vêm sendo feitos. Desde 2007, os professores Adalberto Paranhos (UFU) e Tânia da Costa Garcia (Unesp/Franca) propõem na Associação Nacional de História (ANPUH) o Simpósio Temático História e Música. Entre as temáticas predominantes dos trabalhos temos a música no século XX, a indústria fonográfica, os movimentos musicais e as trajetórias de artistas. Em diversos desses trabalhos a MPB e seus integrantes e movimentos formadores têm destaque, entretanto, como já evidenciado, essas temáticas têm sido alargadas. Cabe lembrar que, se na década de 1960 a MPB não incorporava alguns artistas e movimentos, como a tropicália, esse movimento foi incorporado a ela na década seguinte. Em parte desses trabalhos, a história pública, a história do tempo presente e a história oral são elementos que compõem as análises das temáticas.

A sigla MPB tem se tornado cada vez mais abrangente e em alguns momentos tem sido redimensionada, talvez em função das diversas críticas que tem sofrido, como a do jornalista e historiador Paulo César Araújo, que em seu livro *Eu não sou cachorro, não* (2010), critica a exclusão dos artistas que seriam considerados “bregas” da história da música brasileira.

Para Araújo (2010, p. 343), essa “construção” da trajetória dos artistas vinculados à sigla funciona como uma invenção da tradição: esses artistas com destaque na década de 1970 seriam fruto dessa junção da “tradição” do samba de morro com o da “moderna” batida bossa-novista e as letras engajadas. Portanto, os descendentes dessa linha teriam destaque dentro do gênero MPB, sendo considerados os “fundadores” da sigla.



Leituras sobre a MPB em livros e projetos

Cada vez mais historiadores produzem pesquisas que originam livros e que circulam não apenas na academia, mas também entre o grande público. Aqui, são analisados quatro trabalhos de historiadores, frutos de dissertações defendidas em programas de pós-graduação em história que foram transformados em livros e ampliaram sua circulação e público. O primeiro deles é o já citado *Eu não sou cachorro, não*, resultado da dissertação de mestrado em história defendido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) por Paulo César Araújo em 1999 — a obra foi lançada em 2002 e em 2010 já estava na sétima edição. O livro virou referência para quem tinha interesse de estudar fora do panteão da MPB. Redimensionando carreiras, Odair José, que até então tinha um público mais popular, começou a ser visto como um dos cantores mais censurados do regime militar e, assim, angariou um público universitário e teve diversos discos de carreira relançados em CD e plataformas digitais. O outro trabalho é o livro *Solistas dissonantes*, originário da dissertação defendida por Ricardo Santhiago no ano de 2009, no programa de história social pela Universidade de São Paulo (USP). O livro, lançado no mesmo ano, aborda a trajetória de 13 cantoras negras que não se vincularam ao gênero muitas vezes imposto para essas artistas, o samba. Outra obra é o livro *Em busca do falso brilhante* (2015), da historiadora Rafaela Lunardi, que aborda a trajetória de Elis Regina entre os anos de 1965 e 1976 e, como os demais citados, também é fruto de uma dissertação de pós-graduação em história social da USP, defendida em 2011. O último trabalho é o já mencionado livro de Gustavo Alonso que aborda a trajetória do cantor Wilson Simonal. Entre esses quatro trabalhos, três deles usaram entrevistas realizadas pelos autores como fontes — Rafaela Lunardi não fez entrevistas próprias, mas utilizou entrevistas de outros acervos para compor a obra. Outro aspecto interessante do trabalho dessa pesquisadora é que ela utilizou como fontes audiovisuais não apenas os DVDs de carreira, mas também vídeos do YouTube com a performance de artistas, explorando a multiplicidade das fontes do historiador do tempo presente. Se observarmos o currículo Lattes dos quatro autores aqui citados, todos apresentam, no item “entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia”, falas sobre os livros publicados, mostrando que a circulação foi além do espaço acadêmico. Quer



dizer, todos os livros participaram do espaço público na elaboração e na difusão do conhecimento da temática que abordam.

Como exemplo prático de pesquisa acadêmica que transpõe os muros da universidade temos o trabalho da historiadora Sílvia Brügger. A professora da Universidade Federal de São João del-Rei iniciou, em 2002, um processo de catalogação e identificação do acervo da cantora Clara Nunes, que à época estava sob a guarda de sua irmã Maria Gonçalves, mais conhecida como Dindinha. Em 2004, ela iniciou o projeto de pesquisa sobre a cantora, intitulado *O canto do Brasil mestiço: Clara Nunes e o popular na cultura brasileira*, para o qual a professora contou com bolsistas de iniciação científica. Entre os anos de 2007 e 2008, a historiadora fez seu pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo a obra da cantora como tema. Na pesquisa, Brügger entrevistou dezenas de pessoas ligadas à artista, usando como sustentação a história oral. Ainda em 2008, ao lado de Marlon Silva, coordenou uma homenagem à Clara Nunes e deu consultoria para a montagem da exposição *Brasil mestiço*, ambos eventos do Inverno Cultural de São João del-Rei. No mesmo ano, lançou a coletânea *O canto mestiço de Clara Nunes* (2008), que reúne textos de vários integrantes da pesquisa até aquele momento. Em 2012, foi inaugurado o Memorial Clara Nunes, na cidade de Caetanópolis (MG), resultado da parceria com o instituto Clara Nunes, presidido por Maria Gonçalves, e em 2014 foi a vez da exposição *Clara Mestiça*, montada por Sílvia Brügger e equipe e tendo Marlon Silva como curador. Hoje doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor universitário, Silva iniciou sua carreira como bolsista de iniciação científica do projeto de Sílvia Brügger, que até hoje tem um projeto de extensão que contribui com a conservação do acervo, além de fazer parte do conselho de pesquisa do memorial.

O trabalho dessa professora é mais um exemplo de como um projeto acadêmico pode chegar ao público. Desde a inauguração, o memorial se tornou um dos pontos turísticos da cidade onde a cantora mineira nasceu. Além disso, a historiadora tem vasta produção acadêmica sobre a obra da artista, o que mostra que pesquisa e extensão andam lado a lado dentro da universidade.

Diante disso, o que destaco aqui é que os trabalhos saíram do circuito acadêmico e foram para o “público”, evidenciando o potencial da temática que envolve a música popular



brasileira. Esses trabalhos são apenas exemplos de como as pesquisas sobre a música brasileira tem transpassado as barreiras dos muros da universidade.

A história oral ajuda nessa ampliação, uma vez que muitos cantores e movimentos não têm suas trajetórias minuciosamente narradas por veículos da imprensa e por jornalistas e pesquisadores de outra área. É por meio da entrevista, então, que conseguimos entender trajetórias e momentos importantes da história da música brasileira. Por outro lado, temos um número grande de historiadores que, por questão de recursos, geografia ou falta de proximidade com a técnica, ou mesmo por acharem que os artistas não serão acessíveis, não conseguem (ou não tentam) enveredar pela história oral. E isso implica, muitas vezes, no foco nas trajetórias e movimentos que têm mais fontes acessíveis para a pesquisa.

A música de: história pública da música brasileira

A partir do panorama exposto e pensando em uma maneira de criar uma ponte de comunicação e trocas de ideias entre historiadores que trabalham com a temática da música popular brasileira — falando de sentido amplo, sem foco estrito na chamada MPB —, possibilitando acesso público, fácil e gratuito a entrevistas de artistas, produtores e músicos que fizeram a história da nossa música, preenchendo assim uma lacuna, surgiu a ideia da criação do site *A música de: a história pública da música do Brasil*⁴⁰.

O projeto usa como base duas plataformas. A primeira é um site, no qual é possível ler resenhas de discos clássicos e de lançamentos feitas por historiadores ou pesquisadores ligados à academia. Com uma linguagem mais acessível, porém, sem prejuízo ao conteúdo, as resenhas têm de três a seis páginas. Entre os primeiros materiais resenhados, temos *A noite do espantinho* (1974), trilha de filme homônimo ao disco que traz as vozes de Sérgio Ricardo, Alceu Valença e Geraldo Azevedo. Escrita pelo historiador Rafael Hagemeyer, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a resenha tem como

⁴⁰ O projeto foi idealizado conjuntamente por mim, Autor, e por Ricardo Santhiago que somos os coordenadores. Na equipe como editores de seção temos os historiadores Nashla Dahás e Carlos Eduardo Pereira de Oliveira. O site conta também com artes da ilustrado Thaís Mesquita, e tem os vídeos editados pelo estudante de cinema Raffael Righez. O site ainda conta com colaboradores de diversas universidades do Brasil.



fonte entrevistas que ele fez para um documentário sobre o cinema de Sérgio Ricardo. Já o disco *Fátima Guedes* (1980) teve sua resenha feita pelo doutor em letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Jorge Luiz Moraes, enquanto *Tubarões voadores* (1984), de Arrigo Barnabé, foi resenhado pelo professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca) José Adriano Fenerick. No campo dos lançamentos, temos como exemplos *Amor é isso* (2018), disco de Erasmo Carlos resenhado pelo doutorando em história da UDESC Carlos Eduardo Pereira de Oliveira e *Viola perfumosa* (2018), de Lui Coimbra, Ceumar e Paulo Freira, resenhado pelo professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Haroldo de Resende. Ao citar alguns dos discos resenhados, atentamos para a pluralidade dos gêneros musicais, pois a ideia do site é poder abarcar uma base de dados mais abrangente possível, que não foque apenas nos discos considerados clássicos e, muitas vezes, já trabalhados em exaustão em pesquisas acadêmicas.

A segunda plataforma usada pelo projeto é o YouTube, na qual são publicadas entrevistas com a trajetória de vida de artistas ligados à música brasileira. Como baliza para isso usamos a história oral e, a partir de uma extensa pesquisa realizada sobre a vida artística do entrevistado, é montado um roteiro para que ele tenha a possibilidade de abordar diferentes aspectos de sua trajetória. As entrevistas são agendadas a cabe ao artista escolher o lugar onde quer concedê-la. Sem horário delimitado, é ele também quem decide a duração, uma vez que tudo depende de suas respostas e da vontade e disponibilidade de falar. Na edição, são decididas em quantas partes a entrevista será dividida e são introduzidas fotos, canções citadas pelo entrevistado e vídeos de momentos artísticos do depoente.

Os vídeos com os quatro primeiros entrevistados foram lançados no mês de maio de 2019. Os protagonistas dos depoimentos foram Théó de Barros, Martinha, Zé Luiz Maziotti e Edy Star. Em julho foi lançada a entrevista com Claudette Soares e, em setembro, foi a vez da entrevista com a cantora Eliana Pittman ser disponibilizada no site. Portanto, vemos artistas que contemplam MPB engajada, Jovem Guarda, rock, bossa nova e outros movimentos e grupos da canção nacional. Desde o lançamento, o site contabiliza 38.878 minutos de exibição, com 6.911 visualizações⁴¹. A ideia aqui não é pensar esses dados

⁴¹ Acesso aos dados do YouTube Estúdio Beta em 03 de novembro de 2019.



quantitativamente, mas, sim, tentar observar se o canal tem conseguido se comunicar com diferentes públicos.

A entrevista não acontece em um formato como costumamos ver em um *talk show*, pois para a câmera apenas o artista e suas respostas têm destaque — as vozes dos entrevistadores poucas vezes aparecem. Os vídeos, além de entrevistas usuais, também podem ser usados pelos historiadores como uma espécie de banco de dados, porque ao tentar contemplar a trajetória total do artista, o material vira uma fonte para um possível pesquisador ao mesmo tempo em que tem um caráter contemplativo para fãs dos artistas que aparecem na tela. Ou seja, o objetivo é contemplar tanto acadêmicos quanto o grande público. Pelos comentários nos vídeos, podemos perceber que existe uma lacuna, ou uma falta de espaço, nas mídias atuais para esses artistas, o que faz com que espectadores — em geral, admiradores dos narradores — citem a importância do depoimento que está na tela.

Na entrevista de Théó de Barros, por exemplo, temos o seguinte comentário: “THEO DE BARROS é um GIGANTE da MPB! = MARAVILHOSO! Tem belas músicas interpretadas pela maior cantora do Brasil, a gigante ELIS REGINA”. No vídeo de Martinha, por sua vez, vemos o comentário “Belas tardes de Domingo... quantas alegrias!!! Bom te ver Martinha... belos tempos... belos dias”. No de Zé Luiz Mazziotti, temos “Um registro fantástico, de um artista sem igual”, e na entrevista de Edy Star, “Maravilhoso, inteligente e uma memória esplendorosa! Te amamos Edy” e “Top demais, salve salve Edy Star. Parabéns a todos os envolvidos!”⁴². Esses são alguns dos comentários deixados nos vídeos, que vão desde a valorização do trabalho do artista que ali está narrando sua trajetória de vida até um saudosismo em relação ao tempo vivido e à valorização do trabalho da equipe.

Uma das perguntas fixas do roteiro é, talvez, a mais capciosa, pois questiona como os artistas gostariam de ser lembrados na história da música brasileira. A questão, que gera dúvidas em alguns momentos e silêncio em outros, por vezes demora a ser respondida por ser algo imprevisto, demandando espontaneidade e doses de criação.

⁴² Comentários dos vídeos consultados em 5 de agosto de 2019.



Mesmo em estágio inicial, o site tem possibilitado uma constituição de uma rede de pesquisadores no país que tem trabalhado com a história da música. Por esse motivo, há no portal um espaço em que são colocadas pesquisas de mestrado e doutorado que têm ligação com a temática ligada à música. Com isso, temos o intuito de não apenas montar esse banco de dados, mas também de ser também um canal que divulga para o grande público trabalhos que tantas vezes ficam apenas vinculados ao meio acadêmico.

Usamos ainda como ferramenta de divulgação dos trabalhos as redes sociais Instagram e Facebook, que possibilitam a difusão do conteúdo feito pelo projeto. Há também uma frente de entrevistas que conta com nomes como Jane Moraes, Claudya, Maria Alcina e Luiz Ayrão, e que serão divulgadas nos próximos meses, que mostra mais uma vez a ideia plural do site de entrevistar artistas dos mais variados estilos musicais.

Edy Star e as memórias da infância

Um dos nossos primeiros entrevistados foi o cantor Edy Star. Nascido em Juazeiro (BA), em 1938, o cantor começou cedo na vida artística. Na década de 1960, fez teatro amador em Salvador. Além disso fez parte da Companhia Baiana de Comédia (CBC). Em 1967, em Recife (PE), participou do musical *Memória de dois cantadores*, ao lado de Teca Calazans, Geraldo Azevedo e Naná Vasconcelos. Trabalhou na televisão de Recife e de Salvador (BA) e, em 1970, a convite de Raul Seixas, foi contratado pela Columbia (CBS), gravadora na qual fez um compacto simples. Em 1971, foi parte do clássico disco *Sociedade da Grã-Ordem Kavernista apresenta sessão das 10*, com Sérgio Sampaio, Raul Seixas e Míriam Batucada. Em 1974, contratado pela Som Livre, lançou *Sweet Edy*. Depois de décadas morando fora do país, o cantor retornou ao Brasil e, em 2017, lançou o CD *Cabaré star*, produzido por Zeca Baleiro⁴³.

A entrevista com o performer foi realizada em um sábado, dia 2 de novembro de 2018, e teve duração de mais de três horas, nas quais o cantor narrou sua trajetória de vida, da infância aos dias atuais. Para o site, a entrevista foi dividida em cinco partes, porém, aqui, vamos abordar somente a primeira delas, em que o artista aborda sua infância, influências

⁴³ <http://dicionariompb.com.br/edy-star/dados-artistico>



musicais e início da carreira. Essa primeira parte entrou no ar dia 1º de maio de 2019 e acumula 305 visualizações⁴⁴.

O cantor, desde o início, mostrou-se animado ao narrar de forma abrangente sua trajetória de vida, diferentemente do que ocorre nas entrevistas jornalísticas, que são mais curtas e estão interessadas em aspectos específicos. A entrevista para o site, contudo, tinha o objetivo de provocar a memória que o artista poderia elaborar de sua trajetória total. Como já indicamos, as entrevistas têm um roteiro prévio, com um número similar de perguntas a todos os entrevistados, e quem decide a duração da entrevista são eles, de acordo com suas respostas e disponibilidade de falar. A primeira pergunta feita a Edy Star foi: quais eram suas influências musicais? E ele respondeu assim:

Eu sou de uma época da Rádio Nacional, da Rádio Maria (inaudível), então a minha cultura, como a cultura das pessoas, não só das pessoas da Bahia, mas das pessoas da época, é uma cultura de rádio. São os cantores daquela época, os cantores Antônio Sérgio, Francisco Alves, Vicente Celestino, Silvío Caldas, entende? O pessoal que logo veio depois: o sucesso Luiz Gonzaga, Carmélia Alves. Vem o pessoal que fazia os boleros da época: Emília Borba, o pessoal da Rádio Nacional de samba, Marlene, Carmem Costa, Linda Batista, Dircinha Batista. Então a minha influência toda é deste pessoal. Influência do que eu considero a boa, “BM”, boa música popular brasileira, você entende? A minha influência é toda essa (EDY STAR, 2018).

Em seguida, perguntamos ao artista se ele tinha familiares ligados à carreira artística:

Na minha família não tinha ninguém artista. Ninguém nunca foi contra eu ser artista, anos depois, nunca foi contra pelo motivo e incentivo de tentar, que eu cantava sempre, cantava em casa e armava circo, imitava os programas de rádio que eu não sabia como que era, mas eu sempre fazia em casa, eu via fotografias do pessoal sentado com a mesa dentro. Então eu fazia na minha casa, brincava com a minha irmã e com o meu irmão de rádio, de artista de rádio e cantava as músicas do rádio. Mas na minha família nunca teve, eu nunca sofri. Contra? Nada, nada. Mas não tem nenhum artista que tocava, não tinha. Tinha o meu pai de ouvir muita música (EDY STAR, 2018).

Se em um primeiro momento, ao falar de suas influências musicais, Edy Star citou nominalmente diversas pessoas da Era do Rádio, mostrando um conhecimento e uma

⁴⁴ Consulta feita no dia 9 de outubro de 2019.



lembrança de artistas que o influenciaram na música, depois ele lembrou que, mesmo não tendo familiares ligados à trajetória artística, não houve movimento contrário quando ele resolveu seguir essa carreira. O artista disse ainda que sua casa era musical, que seu pai sempre foi muito ligado à música. E seguiu falando do gosto musical do pai:

Meu pai era fã de Luiz Gonzaga, era fã de um cantor do Rio Grande do Sul chamado Pedro Raimundo que tinha uma música chamada “Adeus Mariana que eu já vou me embora”. Entendeu? Eu tive uma conversa sobre isso com a banda Cachorro Grande. Disse: “Edy, você conhece isso?⁴⁵”; e eu disse “conheço, porque isso é anterior ao Teixeira” (EDY STAR, 2018).

Em seguida, Edy, ou Edivaldo Souza — seu nome de batismo —, narrou seus primeiros passos na trajetória artística:

Havia um programa... Olha que loucura. Olha que loucura! Que coincidência que vai acontecer agora. Havia um programa em Salvador chamado Hora da Criança, que era feito pelo professor Adroaldo Ribeiro Costa, que tinha uma ideia de fazer um programa para crianças, por crianças. Então as crianças lá cantavam muito mais coisas de folclore, de cantigas de roda do que músicas populares. As músicas populares não podiam ferir uma certa ética, que hoje não poderia produzir porque hoje não tem ética nenhuma. Então esse programa ali eu conheci o pessoal do Quarteto em Cy, que foi introduzido nesse programa também. Cyva e Cybele, eu cheguei a fazer trio com Cyva e Cybele. Que eram irmãs chamadas Cyva, Cybele, Cynara e Cylene. São as quatro irmãs. E hoje em dia eu me correspondo com Cyna e Cynara. Cybele já foi... Todos da mesma época e por coincidência eu saí para tirar xerox... Olha a carteirinha da Hora da Criança... Cyva não tem isso. Eu vou até tirar para mostrar pra Cyva.

Coincidentemente ou não, Edy Star estava com a carteirinha do programa e, durante a entrevista, foi possível observar que o artista é guardião não apenas de sua memória, mas também de seu acervo, tendo guardado muitas coisas no decorrer da sua carreira. Além disso, nesse momento ele lembrou da amizade com as irmãs baianas que fizeram sucesso ainda na década de 1960, com Quarteto em Cy. A memória do programa é afetiva, ligando Edy Star à sua terra natal, ao seu momento de criança e, ainda, ajudando a desenvolver sua linha narrativa da trajetória artística, do garoto que ainda criança já despontava nas artes em Salvador.

Tinha esse programa e eu queria cantar. Meu pai me levou para cantar nesse programa. Ele me levou e eu comecei a cantar. Era um programa feito por crianças, programa de rádio, e que o professor também fazia montagens teatrais. Fazia

⁴⁵ O cantor refaz a pergunta que algum artista da banda fez para ele.



operetas baseadas nas obras de Monteiro Lobato. Que fez muito sucesso ele fez Narizinho, que era baseado em Narizinho: a menina do nariz arrebitado. Uma opereta, com música do professor Agenor Gomes e os meninos ensaiavam para fazer essas obras. Então era assim: 150, 200 crianças no palco fazendo isso. Tinha os papéis principais, naturalmente, quem tinha a melhor voz, e tinha o coral (EDY STAR, 2018).

Quando você tinha 15 anos você tinha que sair, porque você não era mais criança, entende? Então tinha uma coisa de adeus... “adeus, adeus”. Foi muito triste, as pessoas choravam, era um inferno aquilo. Então (inaudível) foi indo, indo e entrando pessoas novas... Eu saí dali e já fui pegar os meus estudos, e “vamos cantar”, “onde é que eu vou cantar?”. Comecei a cantar na Rádio Sociedade da Bahia, num programa à tarde, que era o Programa JS, e já estava praticamente chegando à televisão na Bahia. A Rádio Cultura da Bahia, que aí eu já encontrei Raul. Reencontrei Raul porque eu já conhecia Raul Seixas de outros carnavais, muito lá atrás. Já cantei com Raul e seus Panteras no programa, que era um programa chamado “só para mulheres”, que era um programa diário, de estúdio, mas no sábado era um programa de auditório (EDY STAR, 2018).

Nos trechos seguintes, o cantor explicou como funcionava o programa e o momento da despedida e, em seguida, relatou que, ao ter que sair do programa, começou a buscar novos espaços artísticos. Cabe aqui fazer uma referência à questão da memória, destacada por Daphne Patai (2010, p. 30):

Do imenso depósito de memória e reações possíveis evocadas pela situação da entrevista, o entrevistado seleciona e organiza temas, episódios e lembranças, então comunicando de maneira particular. Sem dúvida, a memória em si é gerada e estruturada de maneira específica, em função da oportunidade de contar uma história de vida e das circunstâncias que isso acontece. Em outro momento de vida, ou diante de outro interlocutor, é provável que surja uma história bem diferente, com ênfases diferentes.

Na entrevista com Edy Star foi possível observar que o artista entendeu, naquele momento, que o trabalho feito por dois historiadores tinha interesse em ser mais do que anedótico ou factual, tentando, dentro do possível, trazer aspectos da carreira do cantor desde os de maior conhecimento público aos não tão conhecidos. E foi dessa maneira que a entrevista fluiu, com um entrevistado interessado em resgatar sua trajetória e com entrevistadores ávidos para transformar aquela narrativa em história pública.



Edy Star em entrevista para o site A Música de. História Pública da Música do Brasil

O cantor seguiu narrando sua trajetória, falando sobre as amizades que fez na Bahia, seu trabalho na Petrobras e de quando abandonou o “emprego dos sonhos” para se dedicar apenas à carreira artística:

Eu tinha conhecido Gilberto Gil, tinha conhecido o Glauber, tinha conhecido o pessoal e encontrava com esse pessoal à noite quando eu saía da escola. Eu estudava à noite. Já tinha repetido o ano duas vezes e meu pai já não aguentava mais pagar escola particular para mim e eu fui estudar num colégio estadual, chama-se estadual, que era colégio público e eu saía do colégio às dez da noite. Então eu vinha para o centro da cidade e encontrava essa turma, que era uma turma de boêmia completa e a gente passava de puteiro em puteiro, vamos dizer assim, de cabaré em cabaré, cantando (EDY STAR, 2018).

Eu trabalhava na Petrobras. Passei um ano trabalhando na Petrobras e eu era praticamente um rei, praticamente um rei na minha casa, porque eu ganhava quatro, cinco vezes o que meu pai ganhava. Trabalhava num campo de Dom João, campo de Dom João era campo de petróleo de Dom João, da cidade de Dom João. Lá eu tinha direito a um jipe, tinha direito a motorista, roupa lavada. Tinha que passar por... São dez serviços na produção, porque o petróleo tem duas coisas, que é



produção e perfuração. Um ano e um mês; eu disse “chega”. Porque eu só queria mostrar à minha família que eu podia trabalhar (EDY STAR, 2018).

Alessandro Portelli (2016, p. 18) nos lembra que quando trabalhamos com fontes orais devemos traçar um caminho complexo, cobrindo três níveis distintos, mas interconectados: “Um fato do passado (o evento histórico), um fato do presente (a narrativa que ouvimos) e uma relação fluida, duradoura (a interação entre esses dois fatos)”. O trabalho do historiador oral envolve, então: 1 - A historiografia no sentido tradicional (a reconstrução de eventos passados); 2- A antropologia, a análise cultural e a crítica textual (a interpretação da entrevista); e 3 - O espaço intermediário (como esses eventos produzem determinada memória e determinada narrativa).

Ainda segundo Portelli (2016, p. 18), “a memória, na verdade, não é um mero dispositivo de informação, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. Quer dizer, a história oral é não apenas a história dos eventos, mas também a história da memória e a história da interpretação dos eventos através da memória.

E é partindo desse ponto que o site *A música de* trabalha, buscando através da memória a história de trajetórias de atores da música brasileira. Como podemos ver na entrevista de Edy Star, a memória é evocada para narrar sua história, elaborada de forma cronológica, do passado ao futuro, com o intuito de trazer à tona a trajetória artística de um cantor que, por vezes, ainda não recebeu a merecida atenção da historiografia da cultura brasileira.

O site funciona como um emaranhado de memórias sobre a música brasileira, que vai sendo construído não de forma conjunta, entre entrevistadores e entrevistados, mas da junção da necessidade de ouvir com a possibilidade de contar. Nesse sentido, a entrevista de Edy Star é simbólica, pois o site não estava no ar e era uma incógnita como seriam os andamentos das entrevistas — o artista foge das entrevistas “padrão”, geralmente feitas por jornalistas, o que possibilita de uma só vez, ao espectador leigo, compreender a trajetória do artista e do público acadêmico e observar as redes de sociabilidades dele, as mudanças no meio e na indústria musical durante as décadas, a entender aspectos da censura comportamental, assim como observar a trajetória de um artista que não teve sua história narrada de forma ampla em um livro ou em outras plataformas.



Considerações finais

Como observamos, a história pública tem conquistado espaço entre os historiadores brasileiros nas últimas décadas. Por conta da necessidade de fazer com que o conhecimento produzido dentro da universidade ganhe uma plateia maior, tem feito parte da rotina dos historiadores colocarem como horizonte de seus trabalhos essa interlocução entre academia e público. Há diversos historiadores que vêm conectando suas pesquisas sobre história da música e história pública. Nesse movimento, o site *A música de: história pública da música do Brasil* busca essa junção, a fim de conseguir ser um trabalho para um público amplo, mas sem perder o rigor acadêmico.

E é nessa busca que vem sendo construído esse trabalho, seja na construção da rede de parceiros e pesquisadores da área, seja na metodologia da elaboração das entrevistas e no contato com artistas. Mesmo que ainda esteja em processo inicial, o projeto tem em seu embrião o caráter coletivo, uma vez que depende de vários pesquisadores para seu sucesso e que, desde a elaboração, foi montada uma equipe e foram convidados pesquisadores de diferentes instituições. O projeto oferece a formação de uma base de dados de entrevistas e resenhas feitas por acadêmicos que têm como interesse buscar uma multiplicidade de artistas e gêneros a serem pesquisados. Além disso, evita uma hierarquização dos entrevistados e busca sujeitos que poucas vezes tiveram a oportunidade de falar sobre suas trajetórias de forma integral.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Ricardo. Não vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Globo, 2009.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. **Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral**. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria;
- SANTHIAGO, Ricardo (org). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- ALONSO, Gustavo. Simonal: quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga. Rio de Janeiro: Record, 2011.



- ARAÚJO, Paulo César. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BAIA, Silvano Fernandes. **A historiografia da música popular no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **O canto mestiço de Clara Nunes**. São João del-Rei: MG: UFSJ, 2008
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes(org.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- LUNARDI, Rafaela. **Em busca do falso brilhante: performance e projeto autoral na trajetória de Elis Regina (Brasil, 1964-1976)**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MENESES, Sônia. As dimensões públicas da história: sobre pensar a memória e o esquecimento na era do Google. In: SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo; RIOS, Kênia Sousa(org.). **Tempo, cultura e memória**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- SANTHIAGO, Ricardo. **Solistas dissonantes: história(oral) de cantoras negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2009.
- _____. Pode-se falar em história pública brasileira? In: SANTHIAGO, R; MAUAD, A.M; BORGES, V. **Que história pública queremos**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

Sites:

<http://amusicade.com/>

<http://dicionariompb.com.br>

Entrevista:



Entrevista de Edy Star concedida aos pesquisadores Autor e Ricardo Santhiago no dia 2 de novembro de 2018, na cidade de São Paulo. Duração: 03h39min58seg